



**INSTITUTO FEDERAL**  
Ceará

Campus  
Iguatu

**CURSO DE BACHARELADO  
EM SERVIÇO SOCIAL**

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

**IGUATU – CEARÁ  
2013**

# SUMÁRIO

<b>1. EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO DO CURSO...</b>	04
<b>1. INFORMAÇÕES GERAIS</b> .....	04
1.1. INFORMAÇÕES DA INSTITUIÇÃO.....	04
1.2. INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL.....	04
<b>2. JUSTIFICATIVA</b> .....	05
3.1. CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA REGIÃO CENTRO SUL.....	11
<b>3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA</b> .....	14
4.1. OBJETIVOS DO CURSO.....	14
4.1.1. Geral.....	14
4.1.2. Específicos.....	15
4.2. FORMAS DE ACESSO.....	15
4.3. ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	18
4.4. PERFIL PROFISSIONAL.....	19
4.4.1. Competências e Habilidades.....	20
4.5. METODOLOGIA.....	21
4.6. COLEGIADO DO CURSO.....	21
4.7. COORDENAÇÃO DO CURSO.....	23
<b>5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR</b> .....	25
5.1. PRINCÍPIOS NORTEADORES.....	25
5.2. NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	26
5.3. MATRIZ CURRICULAR.....	29
5.3.1. Ementas e Bibliografias (Programas das Unidades Didáticas – PUDs).....	31
5.3.1.1. Disciplinas Obrigatórias.....	31
5.3.1.2. Disciplinas Eletivas.....	115
5.4. ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	131
5.4.1. Princípios Norteadores da Supervisão do Estágio.....	140
5.5. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	141
5.6. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC).....	142
5.6.1. Obtenção do Título.....	142
5.7. PESQUISA, EXTENSÃO E MONITORIA.....	143
5.7.1. Pesquisa e Extensão.....	144
5.7.2. Monitoria.....	146
5.8. AVALIAÇÃO.....	148
5.8.1. Avaliação da aprendizagem.....	148
5.8.2. Avaliação institucional.....	150
5.8.3. Avaliação do Projeto Político-Pedagógico do Curso.....	151
<b>6. RECURSOS HUMANOS</b> .....	152
6.1. CORPO DOCENTE.....	152
6.2. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	154
<b>7. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS</b> .....	155
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO PROJETO</b> .....	158
<b>9. ANEXOS</b> .....	159

9.1. ANEXO I – QUADRO DE MAPEAMENTO DOS PROFISSIONAIS NA REGIÃO.....	159
9.2. ANEXO II – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC).....	161
9.3. ANEXO III – POLÍTICA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR EM SERVIÇO SOCIAL.....	168
9.4. ANEXO IV – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	182

## 1. EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

### ✓ EQUIPE

Prof<sup>ª</sup>. Me. Adriana Alves da Silva  
Prof<sup>ª</sup>. Me. Cynthia Studart Albuquerque  
Prof<sup>ª</sup>. Me. Evelyne Medeiros Pereira  
Prof<sup>ª</sup>. Me. Michele Ribeiro de Oliveira  
Bruno Fernandes Almeida – Técnico-administrativo

### ✓ APOIO

Raí Vieira Soares - Estudante

### ✓ REVISÃO

Prof<sup>ª</sup>. Me. Aurenívia Ferreira da Silva

## 2. INFORMAÇÕES GERAIS

### 2.1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – <i>Campus</i> Iguatu			
Diretor Geral do <i>Campus</i> Iguatu: Dijauma Honório Nogueira			
Logradouro: Unidade I Rua Deoclécio Lima Verde			Número S/N
Bairro: Areias	Cidade: Iguatu	Estado: CE	CEP: 63500-000
Telefone: (88) 3581 3199	FAX: (88) 3581 3199	CNPJ: 394.445/0148-20	Site: <a href="http://iguatu.ifce.edu.br">http://iguatu.ifce.edu.br</a>
Logradouro: Unidade II Rodovia Iguatu-Várzea Alegre km 05 Vila cajazeiras CEP: 63.500-000 Iguatu – CE			
Bairro: Vila Cajazeiras	Cidade: Iguatu	Estado: CE	CEP: 63500-000
Telefone: (88) 3582 1000	FAX: (88) 3581 0868	CNPJ: 394.445/0148-20	Coordenação Curso Serviço Social: (88) 35821000 - Ramal 231

### 2.2. INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

2.2.1. **Nome do Curso:** Bacharelado em Serviço Social

2.2.2. **Título:** Bacharel em Serviço Social

2.2.3. **Resolução de Aprovação da Criação do Curso:** Resolução IFCE N° 023, de 31 de Maio de 2010.

2.2.4. **Turno:** Noturno

- 2.2.5. **Regime Acadêmico:** Semestral
- 2.2.6. **Carga horária:** 3.610h
- 2.2.7. **Duração média:** 4 anos
- 2.2.8. **Vagas:** 35 vagas semestrais
- 2.2.9. **Coordenação do Curso:** Prof<sup>ª</sup>. Evelyne Medeiros Pereira
- 2.2.10. **Núcleo Docente Estruturante (NDE):**
  - Prof<sup>ª</sup>. Adriana Alves da Silva
  - Prof<sup>ª</sup>. Cynthia Studart Albuquerque
  - Prof<sup>ª</sup>. Evelyne Medeiros Pereira
  - Prof. Jerciano Pinheiro Feijó
  - Prof<sup>ª</sup>. Michele Ribeiro de Oliveira
  - Prof<sup>ª</sup> Neidimar Lopes Matias de Paula

### 3. JUSTIFICATIVA

Uma das grandes demandas da sociedade brasileira refere-se ao acesso à educação superior pública, gratuita e laica, pautada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que garanta a formação de qualidade e a produção de conhecimento voltada para o conjunto das demandas sociais. Nesse sentido, as recentes mudanças que configuraram a expansão do ensino superior no Brasil são caracterizadas por contradições e desafios para os diversos sujeitos envolvidos na política educacional.

Nesse contexto adquire notoriedade a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica da qual fazem parte os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), regidos pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Conforme legislação citada, os IFs são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Assim, são equiparados às universidades federais para efeito de: fomento à pesquisa e prática de ações de extensão, contando, para tanto, com o apoio dos programas ministeriais; incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior.

Além disso, os institutos federais possuem autonomia para gerenciar orçamento de custeio, criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para certificar competências profissionais, alterar grade de oferta e registrar diplomas, mediante autorização do seu Conselho Superior (CONSUP), órgão máximo dos IFs de caráter consultivo e deliberativo.

No caso do Ceará, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) representa, hoje, a dimensão da expansão da Rede Federal, diante de suas 23 (vinte e três) unidades distribuídas em todas as regiões do Ceará, sendo 12 *campi* convencionais, localizados nos municípios de Acaraú, Canindé, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Iguatu, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Quixadá e Sobral, e 11 *campi* avançados, nas cidades de Aracati, Baturité, Camocim, Caucaia, Jaguaribe, Morada Nova, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara, Umirim. Segundo informações institucionais<sup>1</sup>, em agosto de 2011, o estado foi contemplado com mais seis novos *campi* a serem instalados nos municípios de Acopiara, Boa Viagem, Horizonte, Itapipoca, Maranguape e Paracuru, todos eles já em processo de implantação. Dessa forma, o Ceará chegará a 29 unidades do IFCE, atendendo a meta do programa de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica que também prevê como natureza dos institutos federais a política de descentralização da oferta de qualificação profissional, cujos propósitos incluem o crescimento e desenvolvimento socioeconômico de cada região e a prevenção ao êxodo de jovens estudantes para a capital (IFCE, 2013).

O IFCE, possuindo autonomia pedagógica, administrativa e financeira, congrega os extintos Centros Federais de Educação Tecnológica do Ceará (Cefets/CE) e as Escolas Agrotécnicas Federais dos municípios de Crato (EAFC) e de Iguatu (EAFI), que passaram a ser um dos *campi* do Instituto. Essa instituição de ensino atende “atualmente cerca de 20.500 estudantes, por meio da oferta de cursos regulares de formação técnica e tecnológica, nas modalidades presenciais e a distância. São oferecidos cursos superiores tecnológicos, licenciaturas, bacharelados, além de cursos de pós-graduação, mais precisamente, especialização e mestrado”<sup>2</sup>.

No que diz respeito às modalidades de ensino desenvolvidas pela instituição em questão, outro aspecto importante que merece destaque é o protagonismo do IFCE no âmbito da educação à distância no estado. Sobre isso, ressalta-se que o instituto no Ceará coordena o programa de Educação à Distância, com 20 polos espalhados em municípios cearenses,

<sup>1</sup> Disponível em <http://www.ifce.edu.br/instituicao/sobre-nos.html#>, acesso em 02.03.2013.

<sup>2</sup> “Hoje, o IFCE mantém 84 cursos técnicos e 64 cursos superiores, entre graduações tecnológicas, bacharelados e licenciaturas, além de 12 pós-graduações (entre especializações e mestrado). O quadro de pessoal da instituição, conforme dados atualizados até o fim de 2011, compreende 956 professores e 759 técnicos administrativos, num total de 1.715 servidores. Completando as ações voltadas à profissionalização no Ceará, foram implantados mais 50 Centros de Inclusão Digital (CIDs) e dois Núcleos de Informação Tecnológica (NITs), em parceria com o Governo do Estado, com o propósito de assegurar à população do interior o acesso ao mundo virtual”. Disponível em [www.ifce.edu.br](http://www.ifce.edu.br), acesso em 02.03.2013.

ofertando, via rede, cursos técnicos, tecnológicos e de formação profissional para não docentes, respectivamente por meio dos projetos Universidade Aberta do Brasil (UAB), Escola Técnica Aberta do Brasil (E-TEC Brasil) e Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (pró-funcionário) (IFCE, 2013).

Observa-se, também, a relevância no desenvolvimento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), instituído pelo Governo Federal, Lei 12.513/2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Conforme dispõe o MEC<sup>3</sup>, o PRONATEC envolve um conjunto de iniciativas, tais como: a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; o Programa Brasil Profissionalizado, fortalecendo a educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio nas redes estaduais; a Rede e-Tec Brasil, que oferece gratuitamente cursos técnicos e de formação inicial e continuada (FIC) ou de qualificação profissional (QP), na modalidade à distância; o Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem, que tem por objetivo ampliar, progressivamente, a aplicação dos recursos do SENAI, do SENAC, do SESC e do SESI, em cursos técnicos e de FIC ou de QP, em vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda; o FIES Técnico e Empresa, com o objetivo de financiar cursos técnicos e cursos de FIC ou de QP para estudantes e trabalhadores em escolas técnicas privadas e nos serviços nacionais de aprendizagem; a Bolsa-Formação, por meio da qual são oferecidos, gratuitamente, cursos técnicos para estudantes matriculados no Ensino Médio e cursos de FIC ou QP para diferentes grupos sociais.

O IFCE, *campus* Iguatu, antiga Escola Agrotécnica Federal (EAFI), criada originalmente pela Portaria N° 25523 de março de 1955, baseada no Decreto Lei n° 9.613, de 20 de Agosto de 1955, com a denominação de Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto<sup>4</sup>, é expressão desse processo de expansão e reconfiguração da educação pública nos últimos anos. É importante destacar que atualmente o *campus* oferece os Cursos Técnicos em Agropecuária,

---

<sup>3</sup> Disponível em <http://pronatec.mec.gov.br/institucional/base-legal>, acesso em 02.03.2013.

<sup>4</sup> A autorização de funcionamento foi a partir de 09 de Agosto de 1955, com o objetivo de formar professores para o magistério do Curso de Extensão em Economia Doméstica. Mediante o Decreto n° 52.666, de 11 de Outubro de 1963, o estabelecimento passou a ministrar o Curso Técnico em Economia Doméstica em nível de 2° Grau. A denominação de Escola Agrotécnica Federal de Iguatu foi estabelecida pelo Decreto n° 83.935, de 4 de setembro de 1979. A Escola teve declarada a sua regularidade de estudos pela Portaria n° 085, de 07 de Outubro de 1980, da Secretaria de Ensino de 1° e 2° Graus do Ministério da Educação e do Desporto, publicada no D.O.U. de 10 de Outubro de 1980. De acordo com a Portaria n° 46, de 24 de Novembro de 1982 da COAGRI (Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário), foi implantada a habilitação de Técnico em Agricultura com ênfase na irrigação. A portaria n° 170, de 15 de março de 1985 substituiu a habilitação de Técnico em Agricultura por Técnico em Agropecuária. Foi transformada em Autarquia pela Lei n° 8.713, de 16 de novembro de 1993.

Agroindústria, Nutrição e Dietética e Desenvolvimento Social<sup>5</sup> nas modalidades de integrado ao Ensino Médio; Cursos Subsequentes em Agroindústria, Agropecuária, Zootecnia, Informática, Comércio e Nutrição e Dietética, destinados a estudantes que já terminaram o ensino médio; além de cursos do PRONATEC, realizados em diversos municípios da região, e do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA e PROEJA-FIC).

Já em relação aos cursos de graduação e pós-graduação, podemos relacionar os seguintes: Especialização em Educação Profissional e Tecnológica; Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Fitotecnia em parceria com a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); Tecnologia em Irrigação e Drenagem (TID); Licenciatura em Química; Bacharelado em Serviço Social.

Nesse sentido, enfatiza-se que, segundo os documentos institucionais<sup>6</sup>, existe uma preocupação no atendimento da função social da instituição, voltada para as demandas locais contribuindo com a melhoria da qualidade de vida da população e com o desenvolvimento regional (IFCE, 2013). Dessa forma, o IFCE orienta-se pela por uma visão de “padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia” e por uma missão de “produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética”<sup>7</sup>. Com tal propósito, existe atualmente uma política de abertura de cursos voltada para a formação em áreas diversas.

Considerando que a realidade dos Institutos Federais é um aspecto que compõe um processo mais amplo da política educacional brasileira na última década, é importante ressaltar que, apesar das iniciativas de expansão da política educacional, encontra-se, ainda, como uma notável reivindicação da população a democratização da educação pública e com qualidade. Isso tendo em vista algumas características que persistem nessa política, tais como a precarização de condições de ensino, dentre essas o próprio trabalho docente<sup>8</sup>, o déficit orçamentário, o aligeiramento da formação e a privatização da educação por intermédio de programas que priorizam o

---

<sup>5</sup> O Curso Integrado em Desenvolvimento Social, antigo Curso de Técnico em Economia Doméstica, funciona atualmente apenas com as turmas abertas até o ano de 2011. Devido ao fato do curso não constar no catálogo do MEC, a instituição paralisou a formação de novas turmas e vem planejando a sua substituição por outro.

<sup>6</sup> Regimento Interno do IFCE, Campus Iguatu, e Estatuto do IFCE. Disponível em <http://www.ifce.edu.br/instituicao/doc-institucionais.html>, acesso em 02.03.2013.

<sup>7</sup> Disponível em <http://www.ifce.edu.br/instituicao/visao-missao-e-valores.html>, acesso em 02.03.2013.

<sup>8</sup> Disponível em <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=5577>, acesso em 02.03.2013.



fomento e a transferência de recursos para a iniciativa privada<sup>9</sup>. Trata-se, portanto, de uma expressão que ainda persiste do predomínio de uma dinâmica econômica e política que historicamente promoveu profundas desigualdades sociais e regionais, privando a maioria da população local ao acesso aos direitos plenos de cidadania.

Levando em consideração a relevância do ensino profissional e tecnológico que entre os anos de 2002 a 2011 o número total de matrículas passou de 565 mil a 1,2 milhão (INEP, 2012), o papel dos IFs e, particularmente, do IFCE nesse processo é motivo de uma importante análise que possibilite conhecer as contradições que permeiam as ações desenvolvidas por essa instituição. Análise esta que, no entanto, extrapola os objetivos do projeto que ora se apresenta.

Em tais circunstâncias, o Curso de Serviço Social originou-se no IFCE, *campus* Iguaçu, a partir de 2010, configurando-se como o segundo curso presencial público do estado, sendo o primeiro oferecido pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) com mais de 60 anos de criação.

O Curso de Serviço Social, hoje com duração de 4 anos, com 8 semestres letivos, é o primeiro curso público da região Centro-Sul do Ceará onde nos últimos anos tem se proliferado a oferta de graduação em Serviço Social, especialmente na modalidade à distância ou semipresencial, por intermédio de instituições privadas e/ou de caráter filantrópico. Em todo o estado, dentre as 20 (vinte) instituições que oferecem o Curso de Serviço Social, devidamente credenciadas no MEC, 02 (duas) são públicas com cursos presenciais, 12 (doze) são privadas com cursos presenciais e 06 (seis) são privadas com cursos à distância distribuídos em 37 polos<sup>10</sup>.

Dessa forma, desde sua criação, o Curso vem enfrentando o desafio de se consolidar na região e no próprio IFCE, tendo em vista que é o primeiro da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em todo território brasileiro e sofre constantemente os rebatimentos das contradições inerentes à atual política de expansão da educação superior pública, fruto de um processo maior caracterizado por transformações societárias profundas, tendo como uma de suas expressões a crise capitalista contemporânea, a precarização do trabalho, a retração das políticas públicas estruturantes e o acirramento da questão social.

Diante dessa realidade, a consolidação de ações voltadas para fortalecer iniciativas de acesso e qualificação da educação pública, particularmente, superior torna-se uma necessida-

---

<sup>9</sup> Ver em Decreto 5154/2004 e Censo Superior 2012. Disponíveis, respectivamente, em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm) e <http://portal.inep.gov.br/home>, acesso em 02.03.2013.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/nova>> Acesso em: 21.02.2013.

de pautada pelo conjunto da sociedade brasileira. É nesse sentido que o Curso de Serviço Social do IFCE, *campus* Iguatu, vem se construindo.

Nesse sentido, o presente documento visa apresentar a organização e os componentes curriculares necessários para a formação profissional de assistentes sociais, levando em consideração as particularidades locais e institucionais, o que deve orientar a consolidação do referido curso.

Vale ressaltar que esse documento tem como fundamento as normatizações da área de Serviço Social, tais como: a Lei 8662/1993 que regulamenta a profissão; as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (1996); Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social do MEC/CNE/2002; o Código de Ética Profissional (1993); Política Nacional de Estágio Supervisionado (2008); Resolução CFESS 533/2008 que regulamenta a supervisão de estágio curricular; Lei 11.788/2008 que dispõe sobre estágio de estudantes. Além disso, serviram também como base legal os seguintes dispositivos:

- A Lei nº. 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas alterações;
- A Lei nº. 10.172 de 09 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação e que destaca como núcleo estratégico do ensino superior a manutenção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além de determinar a implantação de ações extensionistas no currículo de Graduação;
- Resolução CP/CNE nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino em todos os níveis;
- Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre as cotas no ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências;
- Resolução IFCE/CONSUP Nº 033, DE 02 de setembro de 2010, que institui o Regulamento da Organização Didática;
- Portaria Normativa MEC Nº 21, de 5 de novembro de 2012, que institui o Sistema de Seleção Unificado – Sisu;
- Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

### **3.1. CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA REGIÃO CENTRO SUL**

Ao longo da sua trajetória no país, o Serviço Social, como profissão, institucionaliza-se e legitima-se, fundamentalmente, através da intervenção sobre as expressões da questão social nas diferentes dimensões da vida em sociedade. Atualmente, inscreve-se no mercado de trabalho no âmbito das políticas sociais, da defesa de direitos e dos movimentos sociais, sendo uma profissão orientada por princípios ético-políticos pautados na democracia, liberdade, cidadania, pluralismo e justiça social. Isso além das dimensões técnico-operativa e teórico-metodológica. Nesse sentido, avança substantivamente, nas três últimas décadas, no campo da produção do conhecimento com adensamento teórico e diversificada interlocução com outras áreas do saber, e consolida-se como área de conhecimento reconhecida institucionalmente pelos órgãos de fomento e apoio à pesquisa.

Tudo isso, somado a criação de políticas, como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), ao crescimento dos equipamentos e da rede sócioassistencial, ampliada sobremaneira na última década, vem demandando um maior número de profissionais formados na área específica, disponíveis ao mercado de trabalho. Esse fato vem sendo acompanhado por uma expansão de ofertas e vagas para o Curso nas diferentes instituições e modalidades de ensino intensificando as contradições existentes entre a precarização da formação e do trabalho profissional e o acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade, além da geração de emprego no país. Tal situação tem uma atenção especial das entidades representativas da profissão, em especial, a Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e o Conjunto CFESS (Conselho Federal de Serviço Social)/CRESS (Conselho Regional de Serviço Social).

Observam-se as expressões dessa realidade, de forma particular, na região centro sul do Ceará, em especial, no município de Iguatu. Vejamos a seguinte caracterização da realidade local:

O município de Iguatu está localizado na região Centro Sul do Estado do Ceará, ocupa uma área de 728 Km<sup>2</sup> e apresenta localização privilegiada estadual e interestadual – está a menos de 600 Km de cinco capitais estaduais: Fortaleza, Recife, Natal, Teresina e João Pessoa. Possui 96.495 habitantes (IBGE 2010), sendo referência secundária e terciária para diversas áreas, destacando-se: saúde, educação, negócios e comércio, dentre outras, além de atender aos

diversos municípios circunvizinhos, conforme pode ser observado na posição geográfica no Mapa do Ceará.



Inserido na realidade nacional, na condição de uma economia capitalista periférica, Iguatu requer cada vez mais das instituições posicionamentos e respostas às inúmeras demandas e necessidades resultantes da sua construção sócio-histórica. Desse modo, o município tem lutado pela descentralização e regionalização das políticas públicas em diversas áreas visando fortalecer as instâncias gestoras e de controle social, o protagonismo da população organizada na esfera local e, ainda, garantir a gestão de ações definidas a partir das necessidades locais.

Assim, fomentar a formação profissional - fundamentada em práticas que incorporem reflexões e intervenções contextualizadas na realidade local, mediada por um processo de ensino-aprendizagem interativo, por meio do qual se consolidem atitudes de autonomia, criatividade, cientificidade, autoaperfeiçoamento, cooperação, negociação, dentre outras - se faz imprescindível.

O município conta com equipamentos educacionais relevantes para o processo de formação técnico-científica na área social como: Universidade Estadual Regional do Cariri (URCA), Faculdade de Educação Ciências e Letras de Iguatu (FECLI) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Vale do Acaraú (UVA), além do próprio Instituto Federal Tecnológico do Ceará (IFCE), instituições de relevante produção científica e infra-estrutura composta

de laboratórios e acervo bibliográfico que muito podem contribuir no processo de formação profissional dos alunos do curso de Serviço Social, por meio de convênios e parcerias interinstitucionais no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.

No que se refere ao Estágio Curricular Supervisionado, o município conta com diversas instituições públicas e privadas, em que o Serviço Social está inserido. Dentre os espaços sócio-ocupacionais podemos citar: Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Ação Social, Fórum, Juizado, Promotoria, a obra Irmãos Maristas, SEBRAE, SESC, Fundação Edvane Matias/Grupo Tubform, Empresa Dakota S/A, dentre outros.

Quanto à empregabilidade, o quadro disposto no Anexo I mostra as diversas instituições empregadoras do município de Iguatu e região circunvizinha. É válido salientar que o quadro de profissionais assistentes sociais das diversas instituições empregadoras é composto, em sua maioria, de profissionais com vínculo por meio de contrato de trabalho e com procedência de outra região o que, geralmente, acarreta rodízio e descontinuidade no trabalho realizado já que estes profissionais não se sentem vinculados à região e acabam, muitas vezes, por conta disso, desligando-se do emprego em Iguatu e retornando as suas cidades de origens em situações oportunas. Daí a necessidade também do município avançar na realização de concursos públicos para provimento de cargos efetivos, além de nomear e empossar os profissionais que passaram no último concurso, Edital N° 015/2012.

Como podemos observar, o exercício profissional do assistente social na região Centro Sul do Estado do Ceará tem inserção em diversos campos de trabalho, como saúde, educação, habitação, assistência social, previdência social, recursos humanos, meio ambiente, educação, na área jurídica, varas da infância e juventude, varas família e em instituições vinculadas ao sistema penal, entre outras.

Diante dessa realidade, objetiva-se que a consolidação do curso de Serviço Social no IFCE, em Iguatu, possa significar a formação e a qualificação de profissionais para desvelar a realidade na qual se inserem através dos diversos espaços sócio-ocupacionais, articulando respostas às expressões da questão social, bem como participar e contribuir no processo de desenvolvimento sócio-econômico-político e cultural da região.

## **4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

### **4.1. OBJETIVOS DO CURSO**

Atentando para o perfil definido pelo projeto profissional, expressos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, na Lei 8.662, de 07 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social e no Código de Ética Profissional, o Curso de Serviço Social do IFCE – *campus* Iguatu, tem como objetivo formar profissionais que atuem nas expressões da “questão social”, no âmbito das políticas sociais com capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, em termos de competências e habilidades no exercício profissional.

Propõe a formação profissional com um perfil crítico, investigativo e propositivo, capaz de se inserir, especialmente, nas políticas públicas, com competência para atuar no âmbito dos processos político-organizativos, de planejamento e gestão e sócio-assistenciais, conforme as exigências e atribuições da profissão.

Nesse sentido, requer que a análise da vida social e dos objetos da prática profissional assegurem à sua função como profissional que age nas expressões da “questão social”, com competências e habilidades no exercício de atividades técnico-operativas, possibilitando uma atuação competente e crítica como intermediador do acesso dos/as usuários aos serviços e benefícios sociais.

Desse modo, a formação profissional deve contribuir para a análise da realidade social, das políticas sociais e dos objetos da prática profissional.

#### **4.1.1. Geral**

Formar Bacharéis em Serviço Social qualificados nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política capacitados para atuarem nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, por intermédio de políticas sociais e do fortalecimento dos sujeitos coletivos, subsidiando-os na promoção e exercício pleno da cidadania e democracia.

#### **4.1.2. Específicos**

- ✓ Possibilitar a análise crítica do movimento histórico da sociedade, apreendendo as particularidades do capitalismo no país e na região;
- ✓ Possibilitar a compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, no cenário internacional e nacional;
- ✓ Subsidiar a formulação de respostas e construção de estratégias profissionais por meio da elaboração e execução de políticas para o enfrentamento da questão social;
- ✓ Imprimir uma direção à formação profissional, pautando-se pela ética como princípio formativo;
- ✓ Oferecer rigor teórico, metodológico e histórico no trato da realidade social e do Serviço Social que possibilite o entendimento dos desafios com os quais o profissional se depara no mundo da produção e reprodução da vida social;
- ✓ Superar a fragmentação dos conteúdos na organização curricular, de modo a propiciar uma visão de totalidade e de indissociabilidade no ensino, na pesquisa e na extensão.

#### **4.2. FORMAS DE ACESSO**

O curso de Bacharelado em Serviço Social ofertará 35 vagas semestrais, sendo o ingresso disciplinado pelas seguintes normativas: Lei Nº 9394/1996, Lei Nº 12.711/2012, Portaria Normativa MEC nº 21/2012 e Resolução IFCE/CONSUP nº 33 de 2010, as quais prevêem a realização de processo seletivo público vestibular e/ou a utilização da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) por meio do Sistema de Seleção Unificado (SISU), sendo esses processos normatizados por edital.

Ressalta-se que, desde o processo seletivo para o período de 2013.1, o IFCE atende as exigências da Lei nº 12711/2012, a qual estabelece cotas nas instituições federais de ensino para egressos da escola pública e auto declarados índios, pardos e negros.

Outra possibilidade de acesso ao curso é o processo seletivo para admissão de graduados e transferidos de outras instituições com curso de graduação presencial, não-sequencial e credenciadas pelo MEC. Nesse processo, cabe aos professores da área de Serviço Social a análise dos componentes curriculares aproveitáveis, ficando sob a responsabilidade do

Colegiado do Curso de Serviço Social aprovar tal processo indicando a quantidade de vagas disponíveis em cada semestre para o Curso.

Destaca-se que o processo de transferência deverá ser realizado necessariamente por meio de seleção pública, sendo necessário o disciplinamento do processo por edital específico para esse fim, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/1996.

Todos os processos de acesso seguirão as normatizações estabelecidas pelo Regulamento da Ordenação Didática (ROD) conforme segue:

[...]

#### **Seção II - Do Ingresso e da matrícula**

**Art. 9 °** O ingresso nos cursos do IFCE dar-se-á pelos seguintes meios:

- a) processo seletivo público/vestibular, normatizado por edital, que determina o número de vagas, os critérios de seleção para cada curso e o respectivo nível de ensino;
- b) como graduado ou transferido, segundo determinações publicadas em edital, tais como número de vagas, critério de seleção para cada curso e nível de ensino;
- c) como aluno especial mediante solicitação feita na recepção dos campi do IFCE.

#### **Subseção II – Da matrícula nos cursos superiores**

**Art. 14** A matrícula será obrigatória em todos os componentes curriculares no primeiro semestre. Nos demais, o aluno deverá cumprir, no mínimo, doze créditos, salvo se for concludente ou em casos especiais, mediante autorização da Diretoria/Departamento de Ensino.

**Art. 15** A matrícula, com exceção da matrícula inicial, será *on-line* e acontecerá em dois momentos, conforme datas definidas em calendário institucional.

**§1º** No primeiro momento, o aluno fará a solicitação de matrícula nos componentes curriculares da matriz curricular vigente.

**§2º** No segundo momento, o aluno poderá fazer ajustes em sua matrícula, escolhendo, a seu critério, componentes curriculares equivalentes em outros cursos superiores.

**§3º** Passadas essas duas etapas, não será mais permitida a inclusão ou exclusão de nenhum dos componentes curriculares.

**Art. 16** O processo de matrícula será por componente curricular, priorizando-se:

- a) os componentes curriculares do semestre regular;
- b) os componentes curriculares pendentes;
- c) os componentes curriculares equivalentes;
- d) os componentes curriculares de semestres subsequentes;
- e) o desempenho acadêmico do aluno, expresso pelo Índice de Rendimento Acadêmico (IRA).

**Art. 17** Será permitido ao discente solicitar matrícula em componente curricular ofertado em outro curso do mesmo nível daquele em que já está matriculado, desde que não haja choque de horário e que esteja devidamente definida, no sistema acadêmico, a equivalência entre eles.

**Parágrafo único** - Não havendo solicitação de matrícula em nenhum dos componentes curriculares, o aluno será considerado desistente do curso.



### **Subseção III – Da matrícula especial**

**Art. 18** Será admitida matrícula especial, ao aluno que deseje cursar componentes curriculares nos cursos técnicos e de graduação, desde que haja vaga no(s) componente(s) curricular(es) constantes da solicitação e o requerente seja diplomado no nível respectivo ou superior ao pretendido.

§1º O aluno com matrícula especial poderá cursar, no máximo 03 (três) componentes curriculares, podendo posteriormente aproveitá-los, caso ingresse no IFCE.

§2º A solicitação de matrícula especial será feita mediante protocolo na recepção dos campi do IFCE, nos primeiros 50 (cinquenta) dias letivos do semestre imediatamente anterior ao que será cursado, e deverá vir acompanhada dos seguintes documentos:

- a) cópia do diploma;
- b) histórico escolar.

### **Seção III - Do ingresso de graduados e transferidos**

**Art. 19** O IFCE poderá receber, para todos os seus cursos, alunos oriundos de instituições credenciadas pelo MEC.

**Parágrafo único** - O IFCE não receberá alunos oriundos de cursos sequenciais.

### **Subseção I - Do ingresso de graduados**

**Art. 20** A entrada de alunos graduados será regulamentada por Edital próprio, que determinará o número de vagas disponíveis.

**Art. 21** Quando da elaboração do edital de matrícula de graduados, os departamentos deverão atentar para as seguintes prioridades de atendimento:

- a) reabertura de matrícula;
- b) reingresso;
- c) transferência interna;
- d) transferência externa;
- e) entrada como graduado/diplomado.

**Parágrafo único** - A solicitação de ingresso de graduado será feita mediante requerimento protocolizado na recepção e /ou Coordenação do curso pretendido, nos primeiros 50 (cinquenta) dias letivos do semestre, imediatamente anterior ao que será cursado.

**Art. 22** O ingresso de graduados será concedido mediante os seguintes critérios:

- a) maior número de créditos a serem aproveitadas no curso solicitado;
- b) entrevista ou teste de habilidades específicas, quando o curso o exigir.

**Art. 23** O requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) cópia autenticada de diploma;
- b) histórico escolar;
- c) programa dos componentes curriculares cursados, autenticados pela instituição de origem;
- d) outros documentos especificados no Edital.

### **Subseção II – Da transferência externa**

**Art. 24** A entrada de alunos transferidos será definida por edital próprio, em que se determinará o número de vagas disponíveis.

**Art. 25** Quando da elaboração do edital de matrícula de transferidos, valerão as mesmas prioridades elencadas no artigo 21 deste regimento.

**Art. 26** A solicitação de transferência será feita mediante requerimento protocolizado na recepção dos campi do IFCE, nos primeiros 50 (cinquenta) dias letivos do semestre imediatamente anterior ao que será cursado.

§1º Para ter direito à matrícula, o aluno que pleiteia a transferência deverá:

- a) comprovar que foi submetido a um processo seletivo similar ao do IFCE;

- b) ter concluído o primeiro semestre, com aprovação em todos os componentes curriculares, no curso de origem;
- c) estar regularmente matriculado na instituição de origem, no momento da solicitação de transferência;
- d) obter aprovação em teste de aptidão específica, quando o curso pretendido o exigir.

§2º Ao requerimento de transferência deverão ser anexados os seguintes documentos:

- a) declaração da instituição de origem, comprovando estar o aluno regularmente matriculado;
- b) histórico escolar;
- c) programas dos componentes curriculares cursados, autenticados pela instituição de origem;
- d) outros documentos solicitados no edital.

**Art. 27** Para o preenchimento das vagas existentes serão considerados:

- a) o maior número de créditos obtidos nos componentes curriculares a serem aproveitados;
- b) maior índice de rendimento acadêmico ou índice equivalente;
- c) maior idade.

#### **Subseção III - Da transferência interna**

**Art. 28** A transferência interna consiste na mudança de curso e/ou campus, dentro do IFCE, procedimento definido por edital.específico.

**Art. 29** A transferência interna ocorre quando o aluno solicita:

- a) mudança de curso no mesmo campus;
- b) mudança de campus, mantendo o curso;
- c) mudança de campus e de curso.

**Art. 30** A transferência interna só será admitida quando:

- a) o aluno tiver concluído, com aprovação em todos os componentes curriculares, o primeiro período do curso de origem;
- b) houver, preferencialmente, similaridade entre o curso de origem e o pretendido no que concerne à área de conhecimentos ou eixo tecnológico.

**Parágrafo único** - A mudança de curso e/ou de *campus* só poderá ser pleiteada uma vez.

**Art. 31** Para o preenchimento das vagas existentes serão observados os mesmos critérios citados no artigo 27.

**Parágrafo único** - A solicitação de mudança de curso será feita mediante requerimento protocolizado na recepção ou Coordenação do curso pretendido, nos primeiros 50 (cinquenta) dias letivos do semestre, imediatamente anterior ao que será cursado.

### **4.3. ÁREAS DE ATUAÇÃO**

Orientado por princípios e normativas estabelecidas no Código de Ética do/a Assistente Social e na Lei 8.662/93, o profissional assistente social atua em instituições públicas e privadas, entidades e organizações sociais, na prestação de serviços socioassistenciais e na implementação de políticas setoriais em áreas como: educação, trabalho, saúde, previdência e assistên-

cia social, habitação, judiciário, entre outras. Atende diversos segmentos populacionais: idoso, criança, adolescente, jovens, mulher, pessoas com deficiência, entre outros.

Ainda atua na administração de serviços sociais; na elaboração de projetos, diagnósticos e pesquisas na área de Serviço Social; planejamento social, orientações individuais e trabalhos comunitários; assessoria e mobilização a organizações e movimentos sociais, com a orientação da defesa e ampliação dos direitos da população.

De modo geral, a atuação do profissional se desenvolve na proposição e implementação de políticas sociais, de caráter público ou privado, viabilizando a coletividade e universalização no acesso aos direitos conquistados historicamente, mediante os serviços e benefícios sociais.

O mercado de trabalho para o Serviço Social abrange diversas áreas de intervenção na realidade, nas diversas manifestações da questão social, que atinge diferentes sujeitos. A inserção profissional ocorre em empresas públicas, privadas, organizações não governamentais, entidades de defesas de direitos, fundações, sindicatos, movimentos sociais, assessoria e consultoria. Porém, o maior empregador é esfera pública estatal, através das distintas políticas sociais.

Em virtude do processo de municipalização das políticas sociais engendrado com a Constituição Federal de 1988, associado às atuais tendências das políticas sociais, presencia-se expansão de áreas de atuação na esfera pública municipal, em espaços sócio-ocupacionais na política da assistência social, saúde e educação, com diversos programas e projetos sociais. Com isso, permite, também, a atuação junto aos Fóruns e Conselhos vinculados às políticas sociais.

Nas empresas privadas, a atuação do/a assistente social ocorre na política de recursos humanos, administração de benefícios, de planejamento e execução de projetos sociais. Resalva-se que a atuação profissional possui um caráter pedagógico, podendo os profissionais também atuar em processos de organização e formação social e política de segmentos diferenciados de trabalhadores.

#### **4.4. PERFIL PROFISSIONAL**

Conforme as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a Lei 8.662, de 07 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social, o perfil do Bacharel em Serviço Social é definido como: profissional que atua nas expressões da questão social, formulando, implementando e avaliando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, em-

presariais, dos movimentos sociais e das demais organizações não governamentais. É um profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente e qualificado em sua área de desempenho, comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social.

Dessa forma, a formação profissional deve subsidiar e apresentar como principais características: a capacidade crítica de analisar as relações sociais nas quais se insere o exercício profissional, permitindo decifrar sua historicidade e contradições da sociedade; a competência teórica embasado no conhecimento das vertentes teórico-filosóficas como forma de explicação da realidade social; a competência ético-política para posicionar profissional e politicamente nos espaços sócio-institucionais atendendo as diretrizes e princípios do Código de Ética Profissional; e a competência técnico-operativa para saber adotar e acionar o conhecimento, instrumentos e técnicas no exercício profissional.

#### **4.4.1. Competências e Habilidades**

Conforme as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a formação profissional deve viabilizar a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, propiciando: a apreensão de forma crítica dos processos sociais, numa perspectiva de totalidade; a análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país; a compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; e a identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.

Esses elementos tem por base a Lei n. 8.662/1993, que regulamenta a profissão e estabelece as seguintes competências e habilidades profissionais:

- Formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil;
- Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- Contribuir para viabilizar a participação dos/as usuários/as nas decisões institucionais;
- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- Realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais;

- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada com as políticas sociais, e com a garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- Realizar estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais;
- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;
- Exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de Serviço Social;
- Assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino nessa área;
- Supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social;
- Exercer os princípios da ética profissional;
- Trabalhar em equipe multiprofissional ou multidisciplinar, contribuindo com o saber profissional do Serviço Social nas práticas que demandam concepções e/ou abordagens no campo dos processos ético-políticos e sociais.

#### **4.5. METODOLOGIA**

Os princípios metodológicos que embasam a realização desse curso buscam contemplar métodos de ensino plurais e o envolvimento dos diferentes segmentos, dentre os quais corpo administrativo, docentes e discentes para que as atividades desenvolvidas favoreçam à construção do perfil de um profissional qualificado, com capacitação teórico-metodológica e técnico-operativa comprometida com padrões ético-políticos e reconhecimento do significado social da profissão, para enfrentar os desafios da sua prática cotidiana a partir do uso dos conhecimentos acadêmicos, compreensão e contextualização desses conhecimentos na realidade sócio-histórica, através da pesquisa e dos recursos das tecnologias.

#### **4.6. COLEGIADO DO CURSO**

O Colegiado de Curso de Serviço Social é um órgão normativo, consultivo e deliberativo que tem por finalidade acompanhar a implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso, que deverá ser constantemente avaliado. Esse órgão deve ser regulamentado por Regime Interno, atentando para as disposições da legislação e do estatuto do IFCE.

No Colegiado, mediante trabalhos desenvolvidos e proposições apresentadas pela coordenação do curso e de estágio supervisionado em Serviço Social, pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e demais comissões e grupos de trabalho do curso, são analisados os processos referentes à: lista de oferta de disciplinas, reintegração de alunos, trancamentos justificados, transferências de alunos, recursos gerais de revisão de nota, criação e alteração de disciplinas, equivalência de disciplinas, revisão e avaliação, projeto político pedagógico do Curso, outorga de grau antecipada, planejar e avaliar semestralmente as atividades acadêmicas do curso, entre outras ações e atividades que se relacionem ao funcionamento e interesses do Curso de Serviço Social.

O Colegiado de Curso reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros, considerando que o comparecimento terá caráter prioritário nas atividades docentes. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes.

Diante da recente implantação e funcionamento de cursos superiores no IFs, é necessário considerar que a concepção, atribuições, composição e funcionamento do Colegiado, poderão ser revisados para atender a demanda e exigências das particularidades do ensino superior.

Atualmente, as reuniões são convocadas, organizadas e presididas pela Coordenadora do Curso de Serviço Social. Entretanto, essa organização não é normatizada institucionalmente, uma vez que o Regimento Interno do IFCE – campus Iguatu, estabelece que o presidente dos Colegiados de Cursos Superiores será o Coordenador de Graduação e Pós-graduação. Nesse aspecto, defende-se que a presidência do Colegiado seja realizada pela Coordenação do Curso de Serviço Social. Ainda, as reuniões do Colegiado devem ser realizadas mensalmente e, quando necessário, de forma extraordinária.

O Colegiado deve ser composto, com direito a voz e voto, por docentes das áreas específicas e afins, vinculados ao Curso de Serviço Social; representação discente (efetiva e suplente) que deve ser eleita entre os estudantes que compõem o Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS) e/ou o Conselho de Representantes de Turmas (CORETUR) do curso; representação do corpo técnico-administrativo que realiza o acompanhamento pedagógico do Curso de Serviço Social. Dessa forma, sendo o Colegiado um dos mecanismos de participação, é primordial garantir que todos os docentes vinculados ao curso participem das discussões e deliberações pertinentes ao funcionamento e desenvolvimento do mesmo.

#### 4.7. COORDENAÇÃO DO CURSO

Diante da importância para organização e planejamento dos cursos de graduação, inclusive, para o desenvolvimento das propostas do Projeto Político Pedagógico, constituiu-se a Coordenação de Curso, com escolha de um docente para coordenar e organizar atividades de pertinentes ao curso.

Em relação às atribuições e competências do Coordenador de Curso, este vem assumindo as atividades de:

- Orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso e execução (ou no desenvolvimento) do Projeto Político Pedagógico;
- Reunir os docentes para planejarem as atividades e diretrizes pedagógicas do Projeto Político Pedagógico, através do Colegiado do Curso e do NDE, priorizando por trabalhos em equipe e gestão participativa e interdisciplinar;
- Elaborar a lista de oferta de disciplinas do semestre;
- Construir horários das disciplinas e encaminhar à Diretoria de Ensino para organização do calendário acadêmico;
- Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;
- Representar o Curso junto às instâncias institucionais;
- Acompanhar os trâmites de matrícula, ajuste e trancamento em disciplinas, para orientar os discentes;
- Encaminhar ao Departamento de Ensino a demanda de docentes, oferta de disciplinas para cada semestre e a relação de professores com as disciplinas que poderão ministrar;
- Executar e fazer executar as decisões do Colegiado de Curso;
- Propor ações e atividade de acordo com as necessidades e prioridades para o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico do curso;
- Encaminhar demandas por monitorias acadêmicas e relação de disciplinas prioritárias à Coordenação de Graduação e Pós-graduação;
- Realizar atendimento aos estudantes sobre assuntos acadêmicos (acompanhamento de notas, frequências, matrículas, entre outros).

Para a realização de ações e atividades da Coordenação, são apresentadas algumas demandas, tais como: espaço físico destinado a execução das atividades administrativas, atendimento aos discentes e docentes do curso, garantia do sigilo profissional e arquivamento de docu-

mentos pertinentes ao curso; recursos humanos (servidor técnico administrativo) para auxiliar nas atividades; carga horária suficiente para assumir a Coordenação, diante das demandas das disciplinas lecionadas; gratificação pecuniária.

Assim, a Coordenação é fundamental para a organização, sistematização e fortalecimento do Curso, sendo indispensável à criação legal desse órgão para composição da estrutura organizacional do IFCE.

Nesse sentido, cabe a direção do IFCE – campus Iguatu, apoiar a Coordenação do Curso na obtenção de recursos físicos, materiais, humanos e financeiros para que ações e atividades do curso, do Projeto Político Pedagógico, sejam efetivadas. Dessa forma, compete a direção do IFCE – campus Iguatu, viabilizar iniciativas e mecanismos pedagógicos e estruturais que contribuam para o aprimoramento do ensino do Serviço Social. Deverá também propiciar condições para que a Coordenação, junto aos setores pedagógicos e de registros acadêmicos, implemente um banco de informações referente aos dados estatísticos e indicadores relativos à evasão, aprovação, retenção, quantitativo de formandos, perfil do egresso, avaliação discente e a inserção dos estudantes em diferentes programas (monitoria, iniciação científica, projetos entre outros).

A Coordenação de Curso de Serviço Social deverá ser exercida por docente com formação específica, em regime de dedicação exclusiva (DE) e, de preferência, com pós-graduação *stricto sensu*, indicado ou eleito pelo seu respectivo Colegiado, que coordenará todas as atividades da graduação do curso durante o período de 2 (dois) anos consecutivos, podendo ser indicado ou reeleito por mais 2 (dois) anos.

Ainda, a Coordenação do Curso de Serviço Social estimulará as iniciativas de pesquisa e extensão, primando pela indissociabilidade com o ensino, oportunizando a produção do conhecimento mediante a pesquisa e desenvolvimentos de metodologias de aproximação e trabalho junto às comunidades, grupos, movimentos e organizações sociais.

Também, estimulará a criação e/ou fortalecimento de grupos de estudos e pesquisa e a participação nos eventos acadêmico-científicos e profissionais e das entidades organizativas dos estudantes, contribuindo para articulação aos debates e deliberações nacionais. Dessa forma, é fundamental que o IFCE, campus Iguatu, ofereça condições para que a coordenação do curso participe das ações na esfera regional e nacional organizadas pelas entidades da categoria (ABEPSS, CFESS, CRESS), a exemplo dos Grupos de Trabalho (GTs) e Oficinas, que visem a implementação, consolidação e avaliação do PPP.



## **5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

### **5.1. PRINCÍPIOS NORTEADORES**

As transformações societárias, decorrentes das profundas mudanças nas relações do trabalho, as reconfigurações do Estado, repercutindo em suas políticas sociais, concomitante ao agravamento das expressões da questão social e nas formas de seu enfrentamento, requisitam um novo perfil de profissional e, conseqüentemente, de formação profissional, que atente para as novas necessidades sociais. Nesse sentido, os princípios que norteiam a formação profissional, orientam para:

- Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na lógica de sua configuração e na disposição dos diferentes componentes curriculares – disciplinas, oficinas, seminários temáticos e atividades complementares;
- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, apoiado na teoria crítica e no debate plural entre as principais matrizes do pensamento social, possibilitando a compreensão das contradições e desafios com os quais o profissional se defronta no cotidiano profissional;
- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípio formativo e condição fundamental da relação teoria e realidade;
- Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular;
- Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como condição central da formação profissional, articulando a relação teoria e realidade;
- Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos;
- Interdisciplinaridade nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
- Indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na efetivação das funções da Unidade de Ensino, possibilitando a integração entre teoria e prática;
- Pluralismo teórico, debate na construção e consolidação da direção social da formação profissional;
- Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular

- Articulação do estágio à supervisão acadêmica e profissional;
- Permanente relação entre Universidade e Sociedade, de forma a garantir o enraizamento do Curso na realidade regional/local e a permanente interlocução com a sociedade.
- Desenvolvimento permanente de uma atitude ética no processo formativo;
- Integração na vida universitária, intensificando o intercâmbio com outras áreas de conhecimento conexas, viabilizando a ampliação da oferta de disciplinas eletivas e projetos acadêmicos interdisciplinares;
- Atualização permanente do conteúdo programático, sintonizando-o com a realidade do presente e suas tendências de desenvolvimento;
- Reconhecimento do aluno como sujeito ativo do processo de ensino-aprendizagem, estimulando o desenvolvimento da sociabilidade, da eticidade e das competências cognitivas e habilidades operativas profissionais.

Essas diretrizes fundamentam a construção de um projeto de formação profissional que contempla e visa o Projeto Ético-Político do Serviço Social, além de orientar para formas criativas e dinâmicas no processo ensino-aprendizagem e estabelecer sintonia com as demandas e discussões priorizadas pelas entidades representativas do Serviço Social.

## 5.2. NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A estrutura curricular do Curso Superior de Serviço Social Bacharelado sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam:

- ✓ Núcleo de **Fundamentos Teórico-Methodológicos da Vida Social**, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório;

<b>Componente Curricular (obrigatório)</b>	<b>Carga-horária</b>	<b>Semestre</b>
- Fundamentos do Pensamento Sociológico	80 h/a	1º
- Economia Política	80 h/a	1º
- Introdução à Filosofia	80 h/a	1º
- Metodologia Científica	40 h/a	1º

- Produção Textual	40 h/a	1º
- Teoria Política I	80 h/a	2º
- Correntes Modernas da Filosofia	80 h/a	2º
- Antropologia Social	80 h/a	2º
- Teoria Política II	80 h/a	3º
- Psicologia Social	80 h/a	3º
- Trabalho e Sociabilidade	60 h/a	4º

✓ Núcleo de fundamentos da **Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira** que remete à compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Compreende ainda a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no bojo das relações entre as classes e destas com o Estado, abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas estatal e privada;

<b>Componente Curricular (obrigatório)</b>	<b>Carga-horária</b>	<b>Semestre</b>
- Formação Sócio-histórica e econômica do Brasil	80 h/a	2º
- Questão Social e Serviço Social	80 h/a	3º
- Política Social e Serviço Social I	80 h/a	3º
- Direito e Legislação Social	80 h/a	4º
- Classes, Movimentos Sociais e Serviço Social	60 h/a	4º
- Política Social e Serviço Social II	80 h/a	4º
- Capitalismo e questão regional	40 h/a	5º
- Relações de gênero, classe e etnia	80 h/a	6º
- Seguridade Social e Serviço Social	80 h/a	6º
- Direitos Humanos e Serviço Social	40 h/a	7º

✓ Núcleo de **Fundamentos do Trabalho Profissional** que compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por lei.

<b>Componente Curricular (obrigatório)</b>	<b>Carga-horária</b>	<b>Semestre</b>
- Introdução ao Serviço Social	80 h/a	1º
- Fundamentos históricos e teórico – metodológicos do Serviço Social I	80 h/a	2º
- Fundamentos históricos e teórico – metodológicos do Serviço Social II	80 h/a	3º
- Fundamentos históricos e teórico – metodológicos do Serviço Social III	80 h/a	4º
- Seminário Temático I	40 h/a	4º
- Seminário Temático II	40 h/a	5º
- Fundamentos históricos e teórico – metodológicos do Serviço Social IV	80 h/a	5º
- Ética Profissional e Serviço Social	80 h/a	5º
- Processo de Trabalho e Serviço Social	80 h/a	5º
- Pesquisa em Serviço Social I	80 h/a	5º
- Estágio Supervisionado I	80 h/a	6º
- Pesquisa em Serviço Social II	80 h/a	6º
- Serviço Social e Instrumentalidade	80 h/a	6º
- Estágio Supervisionado II	80 h/a	6º
- Administração e Planejamento em Serviço Social	80 h/a	7º
- Fundamentos de TCC	80 h/a	7º
- Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	160 h/a	8º

Tal estrutura é uma lógica inovadora que supera as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional. Não admite tratamento classificatório, nem autonomia e subsequência entre os núcleos, expressando, ao contrário, diferentes níveis de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social. Agrega um conjunto de conhecimentos indissociáveis para apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional.

Os núcleos englobam, pois, um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em matérias, enquanto áreas de conhecimentos necessários à formação profissional. Essas matérias, por sua vez, se desdobram em disciplinas (obrigatórias e eletivas), seminários temáticos, estágio supervisionado, atividades complementares, entre outros componentes curriculares.

### 5.3. MATRIZ CURRICULAR

O Curso Superior de Serviço Social Bacharelado do IFCE – Campus Iguatu é composto de oito semestres letivos, totalizando 3.610 h/a. A carga horária está distribuída na matriz curricular do seguinte modo:

PERÍODO	DISCIPLINAS	CR/H/A	PRÉ-REQUISITO
1º	Introdução a Filosofia	4 /80	-----
	Fundamentos do pensamento sociológico	4 /80	-----
	Economia Política	4 /80	-----
	Introdução ao Serviço Social	4 /80	-----
	Produção Textual	2/40	-----
	Metodologia do Trabalho Científico	2/40	-----
<b>Total</b>		<b>20/400</b>	-----
2º	Correntes modernas da filosofia	4 /80	Introdução a Filosofia
	Teoria Política I	4 /80	-----
	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I	4/80	Introdução ao Serviço Social
	Antropologia Social	4/80	-----
	Formação Sócio-histórica e econômica do Brasil	4/80	-----
<b>Total</b>		<b>20/400</b>	-----
3º	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II	4/80	Fund. Históricos, Teóricos e Metodol. do Serviço Social I
	Psicologia Social	4/80	-----
	Questão Social e Serviço Social	4/80	-----
	Teoria Política II	4/80	Teoria Política I
	Política Social e Serviço Social I	4/80	-----
<b>Total</b>		<b>20/400</b>	-----
4º	Política Social e Serviço Social II	4/80	Política Social e Serviço Social I
	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III	4/80	Fund. Históricos, Teóricos e Metodol. do Serviço Social II
	Classes, Movimentos Sociais e Serviço Social	4/60	-----
	Trabalho e sociabilidade	2/60	-----
	Direito e Legislação social	4/80	-----
	Seminário Temático I	2/40	-----
<b>Total</b>		<b>20/400</b>	-----
5º	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV	4/80	Fund. Históricos, Teóricos e Metodol. do Serviço Social III
	Ética Profissional e Serviço Social	4/80	-----
	Pesquisa em Serviço Social I	4/80	-----
	Processos de Trabalho em Serviço Social	4/80	Trabalho e Sociabilidade
	Capitalismo e Questão Regional	2/40	Questão Social e Serviço Social
	Seminário Temático II	2/40	-----
<b>Total</b>		<b>20/400</b>	-----
6º	Estágio Supervisionado I <sup>11</sup>	4/80	Ética Profissional e Serviço

			Social; Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV.
	Serviço Social e Instrumentalidade	4/80	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV
	Pesquisa em Serviço Social II	4/80	Pesquisa em Serviço Social I
	Relações de Gênero, Classe e Etnia	4/80	-----
	Seguridade Social e Serviço Social	4/80	-----
<b>Total estágio supervisionado (externo)</b>		<b>225</b>	-----
<b>Total</b>		<b>20/400</b>	-----
7º	Estágio Supervisionado II <sup>12</sup>	4/80	Estágio Supervisionado I
	Direitos Humanos e Serviço Social	2/40	-----
	Administração e Planejamento em Serviço Social	4/80	-----
	Fundamentos de TCC	4/80	Pesquisa em Serviço Social II
	<b>Eletiva I</b> <sup>13</sup> :	2/40	-----
	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS		-----
	Política de proteção à criança e ao adolescente		-----
	Serviço Social e Envelhecimento		-----
Educação e Serviço Social	-----		
<b>Total estágio supervisionado (externo)</b>		<b>225</b>	-----
<b>Total</b>		<b>16/320</b>	-----
8º	TCC	8/160	Fundamentos de TCC
	<b>Eletiva II:</b>	3/60	-----
	Política da Assistência Social e Serviço Social		-----
	Política da Saúde e Serviço Social		-----
	Serviço Social e Sociojurídico		-----
	Previdência e Serviço Social		-----
	Saúde mental e Serviço Social	3/60	-----
	<b>Eletiva III:</b>		-----
	Educação Popular		-----
	Questão Urbana e Habitação		-----
	Políticas públicas, questão social e Meio Ambiente		-----
<b>Total</b>		<b>14/280</b>	-----
<b>Total geral disciplinas</b>		<b>150/3000</b>	-----
Total disciplinas obrigatórias		142/2840	-----
Total disciplinas eletivas		08/160	-----

<sup>11</sup>O componente curricular obrigatório Estágio Supervisionado I possui 04 créditos e deve ser organizado da seguinte forma: 80 horas de supervisão acadêmica e 225 horas de supervisão de campo, realizado por profissional tal como consta a política de estágio supervisionado no Anexo III.

<sup>12</sup> O componente curricular obrigatório Estágio Supervisionado II possui 04 créditos e deve ser organizado da seguinte forma: 80 horas de supervisão acadêmica e 225 horas de supervisão de campo, realizado por profissional tal como consta a política de estágio supervisionado no Anexo III.

<sup>13</sup> As disciplinas Eletivas I, II e III são componentes curriculares que o estudante terá a possibilidade de escolher entre as alternativas (listadas na matriz acima), conforme a oferta das disciplinas no semestre, a ser decidido pelo Colegiado do Curso.

<b>Total geral estágio supervisionado (externo)</b>	<b>450</b>	-----
<b>Atividades complementares</b>	<b>8/160</b>	-----
<b>Total geral</b>	<b>158/3.610</b>	-----

### 5.3.1. Ementas e Bibliografias (Programas das Unidades Didáticas)

#### 5.3.1.1. Disciplinas Obrigatórias

#### 1º SEMESTRE



DEPARTAMENTO DE ENSINO

#### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

<b>1 DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.03	<b>Carga Horária:</b> 80 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 04
<b>Código pré-requisito:</b> -	<b>Semestre:</b> 1º	
Nível: Superior		
<b>Prof.<sup>a</sup> Responsável</b>	Cynthia Studart Albuquerque	
<b>2 EMENTA</b>		
A institucionalização do Serviço Social no Brasil. Perspectivas teórico-metodológicas sobre o surgimento da profissão. Reação católica e as protoformas do Serviço Social. Questão social: gênese e particularidades na realidade brasileira. Estado e o enfrentamento político da questão social. Direção social da profissão: do conservadorismo a construção do projeto ético-político. Entidades representativas da profissão.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
Compreender os processos de institucionalização e profissionalização do Serviço Social no mundo e no Brasil. Refletir sobre a questão social, sua gênese e particularidade brasileira, como também as formas de enfrentamento político assumidas pelo Estado. Conhecer as entidades representativas da profissão.		

#### 4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### **Unidade I – O processo de gênese, institucionalização e legitimação do Serviço Social: do projeto conservador à intenção de ruptura.**

- As perspectivas teórico-metodológicas sobre gênese e institucionalização do Serviço Social;
- A legitimidade tensionada dos/as assistentes sociais;
- As políticas sociais e o Serviço Social;
- A herança conservadora do Serviço Social: atualização e busca de ruptura.

##### **Unidade II – O projeto ético-político do Serviço Social: as entidades da categoria e os desafios contemporâneos.**

- O projeto profissional: Código de Ética e Lei de Regulamentação da Profissão;
- A trajetória de lutas e conquistas do Conjunto CFESS/CRESS;
- A importância de articulação das entidades representativas da categoria para consolidação do Projeto Ético-Político e os desafios postos na contemporaneidade.

#### 5 METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialogadas. Debate em grupos. Leitura dirigida. Estudos dirigidos. Exibição de filmes/documentários relacionados às discussões da disciplina. Exposição de ideias a partir de indicação de leituras/filmes. Seminários. Atividade integrada com outras disciplinas. Visita de campo/institucional.

#### 6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS

TÍTULO DA AULA	LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)
-	-

#### 7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS

TIPO (interna ou externa)	LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)	CIDADE
Externa	Aula de Campo no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 3ª Região sobre as entidades representativas da categoria profissional: Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO.	Fortaleza/Ce

#### 8 AVALIAÇÃO

A avaliação é contínua e processual, assim, são considerados elementos como a capacidade de reflexão, apropriação, correlações entre os conteúdos e as sínteses produzidas pelos alunos. Dentre os critérios, além das provas individuais e trabalhos em equipe, tem-se a presença nas aulas (mínimo 75%), a participação em sala e nas atividades propostas como trabalhos individuais e/ou em grupos e pesquisas. O processo de avaliação nesta disciplina será composto por múltiplas atividades a serem desenvolvidas durante o semestre, tais como: prova individual, exercícios individuais e grupais, trabalhos em grupo e seminário.

#### 9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CFESS. **Código de Ética Profissional e Lei de Regulamentação da Profissão**. Brasília: CFESS, 2011.  
IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2004.  
MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidades e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

#### 10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



CFESS. **Revista Inscrita**. Edição Especial: 50 anos do CFESS. Ano 9. Número 13, 2012.  
 IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25ª ed. São Paulo. Cortez. 2008.  
 IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 9ª ed. São Paulo. Cortez. 2004.  
 RAMOS, Sâmia. **A importância da articulação entre ABEPSS, CONJUNTO CFESS/CRESS e ENESSO para construção do projeto ético-político do serviço social brasileiro**. In: Revista Temporalis, Ano 11, n.22., 2011.  
 SANTOS, Tássia Rejane. **Dilemas e Perspectivas da organização sindical dos (as) assistentes sociais no Brasil**: da democratização ao contexto neoliberal (mimeo).

Professora	Chefe do Depto. de Ensino
------------	---------------------------



DEPARTAMENTO DE ENSINO

**PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<b>1 DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO</b>		
Curso: Serviço Social		
Código: 09.500.02	Carga Horária: 80 h/a	Nº de Créditos: 04
Código pré-requisito: -	Semestre: 1º	
Nível: Superior		
Prof. Responsável	Jerciano Pinheiro Feijó	
<b>2 EMENTA</b>		
As relações de produção capitalista e as relações sociais. Alicerces conceituais das ciências sociais. A constituição da sociologia como ciência. Os paradigmas sociológicos clássicos. As contribuições de Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx para o entendimento da relação indivíduo e sociedade. O fato social em Durkheim, a teoria compreensiva de Weber, a ontologia do ser social em Marx. O Pensamento dos teóricos da Escola de Frankfurt e Chicago.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
<u>GERAL</u>		
Compreender o contexto sócio-histórico de surgimento da Ciência Sociológica, abordando o pensamento		

inicial de seus precursores e pensadores clássicos. Debater a constituição da Escola de Frankfurt e de Chicago. Expandir o olhar para temáticas contemporâneas da Sociologia.

#### ESPECÍFICO

- Estudar o surgimento da Sociologia enquanto ciência que estuda os homens em suas interações sociais, percebendo a importância desta ciência para compreender o homem hodierno.
- Entender o pensamento central das Escolas de Frankfurt e Chicago.
- Debater temas atuais da ciência sociológica.

#### **4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I** – A sociedade moderna, o pensamento iluminista e a origem da Sociologia: o pensamento sociológico através dos seus fundadores - Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim.

**UNIDADE II** – Sociologia no século XX: os principais representantes das Escolas de Frankfurt e Chicago.

#### **5 METODOLOGIA DE ENSINO**

A metodologia da disciplina tem por base os seguintes aspectos: 20% das atividades a serem desenvolvidas extraclasse com pesquisa bibliográfica e de campo; aulas expositivas com apoio dos textos; aulas de campo; oficinas de leitura; exibição de vídeos; debate em sala.

#### **6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS**

<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>
-	-

#### **7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS**

<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
-	-	-

#### **8 AVALIAÇÃO**

A avaliação será desenvolvida de forma processual através de: participação nos debates; prova; artigos; banner; seminários.

#### **9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo, Martins Fontes, 1995.  
 QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos** – Marx, Durkheim e Weber. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2007.  
 WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 5ªed., São Paulo, Pioneira, 1987.

#### **10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2003.  
 ALTHUSSEER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.  
 LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. 18ª ed. São Paulo. Cortez. 2008.  
 MARX, Karl & ENGELS, Friederich. **Manifesto do Partido Comunista**. 6ed., São Paulo, Global Editora, 1986.  
 TÓTORA, T.B.S.; VÉRAS, M.P.B. **Ciências Sociais na Atualidade: Brasil – resistência e invenção**. São Paulo: Paulus, 2004.

Professor	Chefe do Depto. de Ensino
-----------	---------------------------



DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

<b>1 DISCIPLINA: ECONOMIA POLÍTICA</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.04	<b>Carga Horária:</b> 80 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 04
<b>Código pré-requisito:</b> -	<b>Semestre:</b> 1º	
<b>Nível:</b> Superior		
<b>Prof.ª Responsável</b>	Evelyne Medeiros Pereira	
<b>2 EMENTA</b>		
Aspectos gerais da Economia Política Clássica e do liberalismo econômico. Os fundamentos da Crítica da Economia Política: a sociedade capitalista na ótica marxista. Modos de produção: comunismo primitivo, escravismo, feudalismo e capitalismo. Produção mercantil simples e produção mercantil capitalista. Características gerais do modo de produção capitalista: trabalho, valor, acumulação e alienação. Tendências, contradições e crises do capitalismo. As transformações contemporâneas no padrão de (re)produção do capital: neoliberalismo e financeirização.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
Identificar e apreender os determinantes sócio-históricos, as contradições da sociedade capitalista e seus rebatimentos no Serviço Social a partir de um arcabouço histórico-teórico-metodológico que fundamentam a crítica da economia política, possibilitando o aprofundamento dos conteúdos pertinentes a formação profissional relacionando-os com temas da atualidade.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>Unidade I – Da Economia Política à Crítica da Economia Política</b>		
1. Pressupostos da Economia Política Clássica e do liberalismo econômico: Adam Smith e David Ricardo 2. Características gerais da Crítica da Economia Política e do Marxismo: trabalho e valor em O Capital de Karl Marx		
<b>Unidade II – Os fundamentos da (Crítica da) Economia Política</b>		

1. Os modos de produção: comunismo primitivo, escravismo, feudalismo e capitalismo
2. Processo de trabalho: meios de trabalho, objetos do trabalho e força de trabalho
3. Produção mercantil simples x produção mercantil capitalista
4. Modo de produção capitalista: trabalho assalariado e divisão social do trabalho; a lei do valor; lucro e mais-valia; alienação e fetichismo da mercadoria

### Unidade III – Crises, tendências e contradições do capitalismo

1. Reprodução ampliada e movimento de concentração e centralização capital: da fase concorrencial a monopolista e imperialista
2. Lei Geral da Acumulação Capitalista e tendência à queda da taxa de lucro
3. As crises capitalistas e o ciclo econômico
4. Transformações contemporâneas e as novas configurações no padrão de acumulação e regulação social: Crise do capital, neoliberalismo, reestruturação produtiva e financeirização.

### 5 METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas dialogadas; Trabalhos e grupos de discussões; Estudos Dirigidos e debates monitorados; Visitas de Campo; Exibição, análise e debate sobre filmes referentes ao conteúdo da disciplina.

### 6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS

TÍTULO DA AULA	LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)
-	-

### 7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS

TIPO (interna ou externa)	LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)	CIDADE
Externa	Indústrias e/ou Grupos de Produção	Iguatu /cidades circunvizinhas

### 8 AVALIAÇÃO

As avaliações (processuais) serão realizadas na forma de atividades orais e escritas, especialmente com aplicação de provas e debates monitorados. O grau de exigência acompanhará o desenvolvimento dos conteúdos. Esse processo levará em consideração alguns critérios, como: assiduidade, participação e desempenho nos trabalhos escritos. Será priorizada na avaliação final a realização de prova escrita contemplando os principais conteúdos trabalhados na disciplina.

### 9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I, volumes II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 26 ed., 2008.  
 NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo, Cortez, 2006.  
 TEIXEIRA, Francisco Soares. **Trabalho e valor**: contribuição para a crítica da razão econômica. São Paulo: Cortez, 2004.

### 10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.  
 MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.  
 SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.  
 TEIXEIRA, Francisco Soares. **Pensando com Marx**: uma leitura crítico-comentada de O capital. São Paulo: Editora Ensaio, 1995.

WOOD, Ellen. <b>A Origem do Capitalismo</b> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.	
Professora	Chefe do Depto. de Ensino



DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

<b>1 DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À FILOSOFIA</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.01	<b>Carga Horária:</b> 80 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 04
<b>Código pré-requisito:</b>	-	<b>Semestre:</b> 1º
Nível: Superior		
<b>Prof. Responsável:</b>	Tiago Gomes Landim	
<b>2 EMENTA</b>		
A relação entre a filosofia e a vida cotidiana. A importância da filosofia na constituição de uma <i>visão de mundo</i> e a relação com o senso comum. A filosofia como busca do fundamento e do sentido científico. Ciência e filosofia: relação complexa e unidade intrínseca. A relação entre ciência e método. Aspectos sócio-históricos da origem e do nascimento da Filosofia ocidental. Principais períodos e correntes da Filosofia.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
<p>Ao final do semestre o aluno deverá ser capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Relacionar às áreas de concentração da especulação filosófica com outros conhecimentos, principalmente, a ciência e a tecnologia para a compreensão da Epistemologia, Cidadania, Ética, Moral e Política.</li> <li>✓ Compreender a estrutura e organização do raciocínio lógico para o senso de investigação e construção da argumentação escrita e oral.</li> <li>✓ Entender a relação da atividade filosófica e sua aplicação em diversos planos: pessoal-biográfico, sócio-político, histórico-cultural e técnico-científico.</li> <li>✓ Compreender, comunicar e contextualizar conhecimentos filosóficos.</li> </ul>		
<b>6. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		

<p>✓ <b>Unidade I : Introdução à Filosofia:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apresentação da disciplina (Ementa, cronograma, avaliações)</li> <li>2. Visão de pré-conceitos que o aluno traz consigo</li> <li>3. Do Mito à Filosofia.</li> <li>4. O conhecimento: científico, teológico, estético e filosófico.</li> </ol> <p>✓ <b>Unidade II: Áreas do Pensamento Filosófico:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. A Política: filosofia na Ágora</li> <li>2. Filosofia e Educação: educar-se para refletir e refletir sobre o educar-se</li> <li>3. Filosofia e Tecnologia: a <i>sophia</i> e a <i>techné</i></li> <li>4. Lógica.</li> <li>5. Ética e a Objetividade dos valores.</li> </ol> <p>✓ <b>Unidade III – Filosofia, Conhecimento e Senso Comum</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. A vida cotidiana: o senso comum e o olhar crítico</li> <li>2. Fundamentos da atitude e do conhecimento filosófico: a construção da <i>visão de mundo</i></li> <li>3. Relação entre Filosofia, Ciência e Método: relação teoria/prática</li> </ol> <p>✓ <b>Unidade IV – Fundamentos sócio-históricos da Filosofia</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aspectos sócio-históricos da origem e do nascimento da Filosofia</li> <li>2. Principais períodos e correntes da Filosofia: <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Da Antiguidade à Idade Média</li> <li>2. O Pensamento Moderno</li> <li>3. Aspectos gerais da Filosofia Contemporânea.</li> </ol> </li> </ol>		
<p>✓ <b>METODOLOGIA DE ENSINO</b></p>		
<p>A metodologia a ser utilizadas nas aulas privilegiará a apresentação dos temas do conteúdo programático, mediante realização de aulas expositivas, aulas dialogadas e debate de ideias. Apresentação de Filmes. Discussão com o aluno para ampliar conhecimento e tornar claros alguns elementos centrais do conteúdo. Haverá análise e discussão de textos e vídeos através de estudos em grupo, apresentação de reflexões produzidas pelo aluno. Confecção, em casa, de portfólio por parte do aluno, à luz de questões dadas e debate na aula seguinte, após as leituras recomendadas, para explicitar o que foi exposto e relacioná-lo com a realidade vivida pelo aluno. Ao final de cada período pedir-se-á ao aluno que responda a uma avaliação presencial escrita na qual o educando apresente o aprendizado dos principais elementos trabalhados na disciplina.</p>		
<p><b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b></p>		
<p><b>TÍTULO DA AULA</b></p>		<p><b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b></p>
<p>-</p>		<p>-</p>
<p><b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b></p>		
<p><b>TIPO (interna ou externa)</b></p>	<p><b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b></p>	<p><b>CIDADE</b></p>
<p>-</p>	<p>-</p>	<p>-</p>
<p>✓ <b>AVALIAÇÃO</b></p>		
<p>1 <u>Aluno faz auto avaliação:</u> construção de um portfólio no qual o aluno deverá deixar claro: o que percebe que aprendeu, como aprendeu, a partir de que fontes aprendeu e de que maneira aprendeu.</p> <p>2 <u>Professor avalia o Aluno:</u> a partir da produção de reflexões em sala de aula e fora dela, com duas</p>		

avaliações escritas presenciais em sala de aula, com os debates em sala e com a produção do portfólio, bem como da síntese final.	
3 <u>Aluno avalia Professor</u> : o aluno que deseje, poderá apresentar fazer a avaliação de desempenho do professor na aula, poderá enviá-la através do e-mail <a href="mailto:tg.landim@bol.com.br">tg.landim@bol.com.br</a> . No caso de não dispor de acesso à internet, poderá entregar tal avaliação por escrito pessoalmente ao professor.	
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
CHAUI, Marilena. <b>Convite à Filosofia</b> . São Paulo: Ed. Ática, 1994. MODIN, Battistta. <b>Introdução à Filosofia</b> . 14. ed. São Paulo: Paulus, 2003. VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. <b>Filosofia da práxis</b> . Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.	
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
ABBAGNANO, Nicola. <b>Dicionário de Filosofia</b> . São Paulo: Martins Fontes, 2007. ARISTÓTELES. <b>A política</b> . São Paulo: Martins Fontes, 2006 (Clássicos). PLATÃO. <b>A República</b> . São Paulo: Nova Cultural, 1997 (Os Pensadores). PRADO Jr, Caio. <b>O que é Filosofia</b> . São Paulo: brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos). TOURINHO, Carlos Diógenes C. <b>Saber-fazer filosofia: da antiguidade à Idade Média</b> . Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010.	
_____ Professor	_____ Chefe do Depto. de Ensino



DEPARTAMENTO DE ENSINO

**PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<b>1 DISCIPLINA: LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL</b>		
Curso: Serviço Social		
Código: 09.500.05	Carga Horária: 40 h/a	Nº de Créditos: 02
Código pré-requisito:	-	Semestre: 1º
Nível: Superior		
Prof. (es) responsável (eis)	Aurenívia Ferreira da Silva	
<b>2 EMENTA</b>		

<p>Estudo e caracterização do texto como unidade comunicativa. Interdependência entre leitura e escrita. Propriedades da textualidade. Diretrizes para leitura, análise e interpretação de textos. Procedimentos da escrita (fases da produção textual). Noções gerais sobre gêneros e tipos textuais. Textos dissertativos: definição, tipos (expositivos e argumentativos), características da produção. Caracterização e produção de gêneros discursivos acadêmicos: fichamento, resumo, esquema, resenha, artigo científico, <i>paper</i>, seminário, painel, mesa redonda, palestra, conferência, relatório. Normas de apresentação de trabalhos acadêmico-científicos: noções gerais.</p>
<p><b>3 OBJETIVOS</b></p>
<p>Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de identificar e trabalhar: O conceito de texto, considerando: sua natureza sociointerativa, suas principais características, sua estruturação por meio dos parágrafos e sua configuração nos gêneros textuais; As estratégias de leitura e produção de textos que permitem aos usuários da língua escrever com organização, clareza, coesão, coerência e correção linguística; As principais características dos textos dissertativos: tipo textual predominante, usos lexicais e semânticos, propósito comunicativo, etc.; Exemplos de textos, analisando-os e discutindo suas características gramaticais e textuais; As formas de produção de textos de circulação geral e acadêmica, tais como fichamentos, resumos, resenhas, relatórios, <i>papers</i>, ensaios científicos, seminários.</p>
<p><b>4 PROGRAMA</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Leitura e escrita - considerações iniciais;</li> <li>- Padrões de textualidade em língua portuguesa;</li> <li>- O texto e as propriedades da textualidade;</li> <li>- Mecanismos de coesão e coerência textuais;</li> <li>- Diretrizes para leitura, análise, interpretação e produção de textos;</li> <li>- Os procedimentos de escrita: fases da produção textual;</li> <li>- Textos dissertativos: definição, tipos, processo de produção;</li> <li>- Produção de gêneros acadêmicos: fichamento, resumo, esquema, resenha, artigo científico, <i>paper</i>, seminário, painel, mesa redonda, palestra, conferência, relatório.</li> </ul>
<p><b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b></p>
<p>Exposição dialogada dos conteúdos para promover sua análise e apreensão por meio de discussão e aplicação das teorias propostas. Utilização de roteiro de estudo para direcionar atividades individuais ou em grupo; utilização de textos, multimídia e outros recursos que favoreçam a aprendizagem.</p>
<p><b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b></p>
<p><b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b></p>
<p><b>8 AVALIAÇÃO</b></p>
<p>Aplicação de trabalhos individuais ou em grupo, escritos (pesquisa e produção) ou orais (seminário); Avaliação escrita.</p>
<p><b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p>
<p>FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. <b>Prática de textos para estudantes universitários</b>. 20ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.  GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. <b>Técnica de redação: o que é preciso saber para escrever bem</b>. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.  GARCIA, Othon M. <b>Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar</b>. 26ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.</p>
<p><b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p>



FAULSTICH, Enilde L. De J. **Como ler, entender e redigir um texto**. 24º ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda. 2012.  
 FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. 17ed. São Paulo: Ática, 2007.  
 LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 7ed. São Paulo: Atlas; 2009.  
 MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11ed. São Paulo: Atlas, 2011.  
 RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. 4ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

Professora	Chefe do Depto. de Ensino
------------	---------------------------



DEPARTAMENTO DE ENSINO

**PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<b>1 DISCIPLINA: METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.06	<b>Carga Horária:</b> 40 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 02
<b>Código pré-requisito:</b> -	<b>Semestre:</b> 1º	
Nível: Superior		
<b>Professora responsável</b>	Aurenívia Ferreira da Silva	
<b>2 EMENTA</b>		
Noções básicas sobre conhecimento científico e pesquisa científica. Estudo dos tipos e das modalidades da pesquisa. Métodos científicos e sua utilização. Fases do processo metodológico. Etapas da pesquisa científica. Normas para apresentação de trabalhos acadêmico-científicos, segundo a ABNT. Projeto de pesquisa: definição, caracterização e elaboração.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de: Tratar dos vários tipos de conhecimento (de modo específico, do científico); Compreender o conceito de pesquisa científica e suas peculiaridades (tipos, métodos, objetivos, etapas, etc.), uma vez que familiarizado com os processos formais da investigação científica; Utilizar a Metodologia Científica na produção de textos acadêmicos e no desenvolvimento de		

<p>pesquisas, elaborando e apresentando trabalhos cientificamente normatizados; Examinar e avaliar as técnicas de pesquisa, bem como a geração ou verificação de novos métodos que conduzem à captação e processamento de informações com vistas à resolução de problemas de investigação; Conhecer as normas referentes à elaboração e apresentação de trabalhos científicos; Elaborar um projeto de pesquisa.</p>	
<p><b>4 PROGRAMA</b></p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Considerações sobre conhecimento científico e pesquisa científica;</li> <li>✓ Tipos e modalidades de pesquisa;</li> <li>✓ Métodos científicos;</li> <li>✓ Fases do processo metodológico;</li> <li>✓ Métodos e etapas da pesquisa científica;</li> <li>✓ Normas para apresentação de trabalhos acadêmico-científicos;</li> <li>✓ Projeto de pesquisa: definição, estruturação, elaboração.</li> </ul>	
<p><b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b></p>	
<p>Exposição dialogada dos conteúdos para promover sua análise e apreensão por meio de discussão e aplicação das teorias propostas. Utilização de roteiro de estudo para direcionar atividades individuais ou em grupo; utilização de textos, multimídia e outros recursos que favoreçam a aprendizagem.</p>	
<p><b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b></p>	
<p><b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b></p>	
<p><b>8 AVALIAÇÃO</b></p>	
<p>Aplicação de trabalhos individuais ou em grupo, escritos (pesquisa e produção) ou orais (seminário); Avaliação escrita.</p>	
<p><b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p>	
<p>CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. <b>Metodologia científica</b>. 6ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.  GIL, Antonio Carlos. <b>Como elaborar projetos de pesquisa</b>. 4ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.  SEVERINO, Antônio Joaquim. <b>Metodologia do trabalho científico</b>. - 23ed. rev. e atual. - São Paulo: Cortez, 2007.</p>	
<p><b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p>	
<p>ANDRADE, Maria Margarida de. <b>Introdução à metodologia do trabalho científico</b>: elaboração de trabalhos na graduação. 10ªed. São Paulo: Atlas. 2010.  CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. <b>Construindo o saber</b>: metodologia científica - fundamentos e técnicas. 24ªed. 2012.  LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. <b>Metodologia do trabalho científico</b>. 7ed. São Paulo: Atlas; 2009.  MEDEIROS, João Bosco. <b>Redação científica</b>: a prática de <i>fichamentos</i>, resumos, resenhas. 11ed. São Paulo: Atlas, 2011.  RAMPAZZO, Lino. <b>Metodologia científica</b>. 4ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.</p>	
<hr/> <p>Professora</p>	<hr/> <p>Chefe do Depto. de Ensino</p>

## 2ª SEMESTRE



DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

<b>1 DISCIPLINA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.08	<b>Carga Horária:</b> 80 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 04
<b>Código pré-requisito:</b> 09.500.03	<b>Semestre:</b> 2º	
Nível: Superior		
<b>Prof. (es) responsável (eis)</b>	Willyana de Lima Antero	
<b>2 EMENTA</b>		
Expansão do capitalismo monopolista e o surgimento do Serviço Social na Europa e nos Estados Unidos. As formas de expressão e enfrentamento da questão social na América Latina, particularmente no Brasil e no Ceará, e a institucionalização do Serviço Social no contexto do capitalismo tardio. Influências teórico-metodológicas do “Serviço Social tradicional”: neotomismo e positivismo.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
Desenvolver a criticidade quanto ao processo de evolução e trajetória histórico metodológica do Serviço Social no âmbito internacional e nacional, situando os acontecimentos históricos que marcaram as mudanças societárias, bem como a compreensão do real significado da profissão na sociedade do capital e de sua participação no processo de reprodução das relações sociais.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>Unidade I – Serviço Social, Identidade e Alienação</b>		
1.1. Serviço Social a ilusão de servir;		
1.2. Os ardis do capitalismo;		
1.3. Serviço Social: rompendo com a alienação		
<b>Unidade II – Serviço Social e Filosofia das Origens a Araxá</b>		
2.1. A Igreja, o Tomismo e o Serviço Social		
<b>Unidade III – História do Serviço Social na América Latina</b>		
3.1. A Igreja Católica e a formação das escolas de Serviço Social na América Latina		

3.2. A fundação das escolas pioneiras de Serviço Social no Brasil		
<b>Unidade IV- Relações Sociais e Serviço Social no Brasil</b>		
4.1. Protoformas do Serviço Social		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aulas expositivas dialogadas;</li> <li>- Trabalhos e grupos de discussões;</li> <li>- Estudos Dirigidos;</li> <li>- Debates Monitorados e/ou Ciclos de Debate;</li> <li>- Realização de seminários.</li> </ul>		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
-	-	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
-	-	-
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
<p>A avaliação será baseada na assiduidade, participação e desempenho dos (as) alunos (as) nos trabalhos escritos (provas, exercícios, fichamentos, elaboração de textos), exposições orais (seminários) e outras atividades acadêmicas previamente estabelecidas entre professor (a) e alunos (as). As avaliações escritas valerão 7 pontos, os outros 3 pontos serão atribuídos a participação, assiduidade e atividades desenvolvidas em sala de aula.</p>		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
<p>CASTRO, Manuel Manrique. <b>História do Serviço Social na América Latina</b>. Tradução José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 12ª ed. São Paulo. Cortez. 2011.</p> <p>IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. <b>Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica</b>. 25ª ed. São Paulo. Cortez. 2008.</p> <p>MARTINELLI, Maria Lucia. <b>Serviço social: identidade e alienação</b>. 10ª ed. São Paulo. Cortez. 2006.</p>		
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
<p>ABREU, Marina Maciel. <b>Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional</b>. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>AGUIAR, António Geraldo de. <b>Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá</b>. 6ª ed. São Paulo. Cortez. 2011.</p> <p>COSTA, L.F.A, BEZERRA, L.P, PIO, M.C. (Orgs.). <b>Fragments do Passado e do Presente: 60 anos de Serviço Social no Ceará</b>. Fortaleza: Ed. UECE, 2011.</p> <p>FALEIROS, Vicente de Paula. <b>Metodologia e ideologia do trabalho social</b>. 10ª ed. São Paulo. Cortez. 2007.</p> <p>MONTAÑO, Carlos. <b>A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidades e sua reprodução</b>. São Paulo. Cortez. 2007.</p>		

Professora	Chefe do Depto. de Ensino
------------	---------------------------



DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

<b>1 DISCIPLINA: TEORIA POLÍTICA I</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.10	<b>Carga Horária:</b> 80 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 04
<b>Código pré-requisito:</b> -	<b>Semestre:</b> 2º	
Nível: Superior		
<b>Prof. Responsável:</b>	Tiago Gomes Landim	
<b>2 EMENTA</b>		
A formação do Estado moderno e sua relação com a sociedade civil a partir dos clássicos da política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau e Hegel. O Estado moderno e sua relação com a sociedade civil. Estado, regimes políticos e sistemas de governo. A concepção de Estado e sociedade civil na tradição marxista: Marx e Engels.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
<p>Ao final do semestre o aluno deverá ser capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Refletir sobre o exercício do poder político, da formação e da organização do Estado moderno a partir dos clássicos da política. <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Discutir e analisar os regimes políticos e sistemas de governos que expressam a organização do Estado e que estruturam as formas de participação da sociedade civil.</li> <li>2. Oferecer elementos para uma compreensão crítica sobre as relações entre Estado e sociedade na realidade sócio-política contemporânea do mundo e do Brasil.</li> </ol> </li> </ul>		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>Unidade I – Introdução Geral à disciplina</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Política, pensamento político e Ciência Política</li> <li>2. O pensamento Grego: Platão e Aristóteles como as bases do pensar político</li> <li>3. O pensamento político cristão: uma adaptação dos gregos</li> </ol>		

4. Críticas possíveis aos conceitos básicos ligados à Política Clássica		
<b>Unidade II - A ciência política Moderna e a teoria do Estado</b>		
1. A construção do Estado moderno em Maquiavel		
2. O Estado absoluto		
3. Soberano e governo		
4. A Tirania e a Servidão Política em La Boétie		
5. O conceito de Estado de natureza perverso e o contrato em Hobbes		
6. O Contratualismo		
7. O pensamento Político de Jean-Jacques Rousseau		
8. O liberalismo como legitimação da Burguesia em John Locke		
<b>Unidade III – Conceção marxista de Estado</b>		
1. Marx e Engels: o Estado como expressão das relações de produção		
2. O Estado ampliado em Gramsci		
3. As Críticas possíveis aos conceitos básicos do Marxismo		
<b>Unidade IV – Estudos Comparativos sobre os conceitos básicos em Política</b>		
1. Poder, Liberdade e Soberania		
2. Alienação e Ideologia		
3. Hegemonia, Autocracia, Cidadania e Democracia		
4. A Libertação como conceito fundamental para a análise e o repensamento da Política na América Latina.		
<b>✓ METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
A metodologia a ser utilizadas nas aulas privilegiará a apresentação dos temas do conteúdo programático, mediante a realização de Aula Expositivas. Aulas dialogadas. Apresentação de Filmes. Discussão com o aluno para ampliar conhecimento e tornar claros alguns elementos centrais do conteúdo. Haverá análise e discussão de textos e vídeos através de estudos em grupo, apresentação de reflexões produzidas pelo aluno. Confecção, em casa, de portfólio por parte do aluno, à luz de questões dadas e debate na aula seguinte, após as leituras recomendadas, para explicitar o que foi exposto e relacioná-lo com a realidade vivida pelo aluno. Ao final pedir-se-á ao aluno que construa uma síntese com qualidade de publicação adequada ao nível no qual o educando se encontra, fazendo um paralelo entre os principais teóricos trabalhados e a realidade política atual, dando especial atenção ao cenário latino-americano.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>		<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>
-		-
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
-	-	-
<b>a) AVALIAÇÃO</b>		
✓ <u>Aluno faz auto avaliação:</u> construção de um portfólio no qual o aluno deverá deixar claro: o que percebe que aprendeu, como aprendeu, a partir de que fontes aprendeu e de que maneira aprendeu.		
✓ <u>Professor avalia o Aluno:</u> a partir da produção de reflexões em sala de aula e fora dela, com duas		

<p>avaliações escritas presenciais em sala de aula, com os debates em sala e com a produção do portfólio, bem como da síntese final.</p> <p>✓ <u>Aluno avalia Professor</u>: o aluno que deseje, poderá apresentar fazer a avaliação de desempenho do professor na aula, poderá enviá-la através do e-mail <a href="mailto:tg.landim@bol.com.br">tg.landim@bol.com.br</a>. No caso de não dispor de acesso à internet, poderá entregar tal avaliação por escrito pessoalmente ao professor.</p>	
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>HEGEL, W.G. F., <b>Princípios da Filosofia do Direito</b>, São Paulo, Abril cultural, 1978;          MAQUIAVEL, Nicolau. <b>O Príncipe</b>. São Paulo Revista dos tribunais, 1996.          ROUSSEAU, Jean Jaques. <b>O contrato Social</b>. São Paulo, Abril cultural, 1978.</p>	
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>CHATELET, F. e PISIER-KOUCHNER, E. <b>História das ideias políticas</b>. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.          HOBBS, Thomas. <b>O Leviatã</b>. S. Paulo: Martin Claret, 2000.          LA BOÉTIE, <b>Discurso da Servidão Voluntária</b>. São Paulo. Revista dos tribunais, 1996.          LOCKE, John. <b>Segundo tratado sobre o governo civil</b>. São Paulo: Martin Claret, 2000.          WEFFORT, Francisco. <b>Os clássicos da Política</b>. Vol I e II. 14. ed. Editora Ática, 2006.</p>	
_____ Professor	_____ Chefe do Depto. de Ensino



DEPARTAMENTO DE ENSINO

**PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<b>1 DISCIPLINA: FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E ECONÔMICA DO BRASIL</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.09	<b>Carga Horária:</b> 80 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 04
<b>Código pré-requisito:</b> -	<b>Semestre:</b> 2º	
Nível: Superior		
<b>Prof. Responsável</b>	Jerciano Pinheiro Feijó	
<b>2 EMENTA</b>		
Aspectos sócio-históricos da formação do Brasil: o escravismo colonial e sua herança. A particularida-		

de do processo de inserção brasileira nas relações capitalistas de produção e seu papel na divisão internacional do trabalho. O desenvolvimento econômico de caráter dependente e agroexportador. A modernização conservadora e suas implicações políticas e econômicas: nacionalismo, patrimonialismo e desenvolvimentismo. Configuração do Estado brasileiro: classes sociais e institucionalidade do poder político. Os impactos contemporâneos da reestruturação e crise capitalista no sistema político e econômico brasileiro.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
GERAL Reconstruir a visão do processo de formação socioeconômica do Brasil.		
ESPECÍFICOS A – Compreender ideologicamente a formação da sociedade brasileira; B – Estudar a formação econômica do Brasil. C – Analisar o surgimento da burguesia no Brasil.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<u>UNIDADE I</u> - Desmistificando a construção ideológica do Brasil.		
<u>UNIDADE II</u> - A construção socioeconômica, étnica e cultural do Brasil: a sociedade brasileira e o mundo capitalista globalizado.		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
– 20% das atividades serão desenvolvidas extraclasse com pesquisa bibliográfica e de campo. – Aulas expositivas com apoio dos textos; – Aulas de Campo; – Oficinas de leitura; – Exibição de vídeos; – Debate em sala.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>		<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>
A Construção do Semióforo Pe. Cícero		Espaços de Romaria – Cidade de Juazeiro do Norte/Ceará
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
Externa	Horto de Juazeiro, Capela e Cemitério do Socorro, Pousada de Romeiros, Igreja Matriz, Museu do Pe. Cícero, Memorial do Pe. Cícero	Juazeiro do Norte
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
– Participação nos debates; – Prova; – Artigo e Banner;		



– Seminários.	
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
CHAUI, Marilena. <b>Brasil</b> . Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. FERNANDES, Florestan, <b>A revolução burguesa no Brasil</b> . Ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006. HOLANDA, Sergio Buarque. <b>Raízes do Brasil</b> . São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.	
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
FAORO, Raymundo. <b>Os donos do poder</b> (Formação do patronato político brasileiro) 8ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1989. (2 volumes) FREYRE, Gilberto. <b>Casa grande e senzala</b> . 51 ed. São Paulo: Global Editora, 2006. IANNI, Octavio. <b>Pensamento social no Brasil</b> . São Paulo: EDUSC, 2004. PRADO JR, Caio. <b>Formação do Brasil Contemporâneo</b> . São Paulo: Brasiliense, 2008. RIBEIRO, Darcy – <b>O povo brasileiro</b> - a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.	
Professor	Chefe do Depto. de Ensino



DEPARTAMENTO DE ENSINO

**PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<b>1 DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA SOCIAL</b>		
Curso: Serviço Social		
Código: 09.500.11	Carga Horária: 80 h/a	Nº de Créditos: 04
Código pré-requisito: -	Semestre: 2º	
Nível: Superior		
Prof. <sup>a</sup> Responsável	Jerciano Pinheiro Feijó	
<b>2 EMENTA</b>		
Noções básicas sobre Antropologia Social: conceitos fundamentais, história e principais representantes. A abordagem antropológica da realidade social: a observação e o trabalho de campo; a perspectiva comparativa no estudo da sociedade; e a pesquisa etnográfica. A relação dialética entre o material e o simbólico na cons-		

trução do ser social, com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
GERAL - Debater o processo de formação da Antropologia Social e sua importância para compreensão da sociedade moderna.		
ESPECÍFICOS - Estudar a Formação da Antropologia e suas ramificações. - Aprofundar a compreensão de antropologia cultural e social, enfocando aspectos da realidade brasileira. - Desenvolver estudo temático abordando elementos da antropologia cultural e social.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<u>UNIDADE I</u> – Antropologia: notas introdutórias - conceitos, suas diversas ramificações e a importância para a interpretação da sociedade contemporânea.		
<u>UNIDADE II</u> – Antropologia Social e cultural: história, perspectivas e correntes.		
<u>UNIDADE III</u> – A pesquisa antropológica: a observação e o trabalho de campo.		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
A metodologia da disciplina levará em consideração os seguintes aspectos: 20% das atividades desenvolvidas extraclasse com pesquisa bibliográfica e de campo; aulas expositivas com apoio dos textos; aulas de campo; oficinas de leitura; exibição de vídeos; debate em sala.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
Pesquisa de campo – aspectos da cultura local: grupos de reisado; espaços religiosos populares; personalidades folclóricas, entre outros.	Cidades, comunidades rurais, entidades, organizações do município de Iguatu e demais da região Centro-Sul.	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
Externa	Espaços de exposição da cultura popular	Juazeiro do Norte/CE
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
A avaliação será desenvolvida de forma processual através de: participação nos debates; realização de prova; elaboração de artigos e banners; realização de seminários.		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
GEERTZ, Clifford. <b>A interpretação das culturas</b> . Rio de Janeiro, LTC, 2008.		
LAPLATINE, François. <b>Aprender Antropologia</b> . São Paulo: Brasiliense, 2007.		
LARAIA, Roque de Barros. <b>Cultura: um conceito antropológico</b> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.		
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. <b>A Antropologia Social</b> . In MARCELINO, Nelson C (org.). Introdução às Ciências Sociais. São Paulo: Papirus, 1996.		
DA MATTA, Roberto. <b>Relativizando: uma introdução à Antropologia Social</b> . Petrópolis Vozes, 1981.		

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. UNESP, 2000.  
 PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.  
 SANTOS, José Luiz dos Santos. **O que é cultura**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983 (Coleção Primeiros Passos)

Professor	Chefe do Depto. de Ensino
-----------	---------------------------



DEPARTAMENTO DE ENSINO

**PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<b>1 DISCIPLINA: CORRENTES MODERNAS DA FILOSOFIA</b>		
Curso: Serviço Social		
Código: 09.500.07	Carga Horária: 80 h/a	Nº de Créditos: 04
Código pré-requisito: -	Semestre: 2º	
Nível: Superior		
Prof. <sup>a</sup> Responsável	Anastácio Ferreira de Oliveira	
<b>2 EMENTA</b>		
O advento da modernidade: a filosofia na sociedade burguesa. As principais correntes filosóficas: positivismo, estruturalismo, fenomenologia, existencialismo e materialismo histórico-dialético. Aspectos gerais da Filosofia Contemporânea. Debate modernidade e pós-modernidade.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
GERAL: Possibilitar análise sobre as principais correntes filosóficas modernas, entendendo sua relação com contexto socio-histórico e forma de explicação do mundo, da construção do conhecimento.		
ESPECÍFICOS: Discutir o idealismo e materialismo histórico na explicação e entendimento do mundo, das relações sociais; Compreender principais características e perspectivas do positivismo, estruturalismo, fenomenologia, existencialismo e marxismo; Analisar o debate sobre a modernidade e pós-modernidade; Relacionar a influência do positivismo/estruturalismo, fenomenologia e marxismo no Serviço Social.		

<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<p><b>1ª Unidade: Modernidade e as correntes filosóficas: idealismo e materialismo histórico e dialético.</b> Contexto de emergência da filosofia moderna. Principais perspectivas e características dessas correntes na explicação e compreensão da realidade.</p> <p><b>2ª Unidade: Positivismo, estruturalismo, fenomenologia, existencialismo e marxismo.</b> Debate sobre o positivismo e sua derivação funcionalista. Entender elementos da fenomenologia e existencialismo, contexto de emersão. Aspectos dessas correntes e sua relação com a sociedade burguesa. Marxismo – crítica a sociedade burguesa, compreensão da realidade social, do movimento, do contraditório.</p> <p><b>3ª Unidade: Debate sobre modernidade e pós-modernidade.</b> Discussão sobre a pós-modernidade: aspectos gerais, perspectivas e recusa a teoria social crítica, revigoramento de elementos idealistas, superficiais sobre a realidade.</p>		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
<p>Considerando importante para o processo educativo o pensar crítico, participativo e reflexivo dos sujeitos envolvidos (docente e discentes), o conteúdo programático será exposto e discutido através dos seguintes recursos didáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Aula expositiva – debates;</li> <li>✓ Estudo e produção de textos individual e em grupo;</li> <li>✓ Seminário, fichamento ou resumo crítico;</li> <li>✓ Filmes;</li> <li>✓ Debates em pequenos grupos;</li> <li>✓ Palestras com temas correlatos;</li> <li>✓ Atividade integrada com outra disciplina.</li> </ul> <p>Recursos Técnico-Pedagógicos: quadro branco; pincel, apagador, data show; CD (vídeo); aparelho de som; textos.</p>		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
-	-	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
-	-	-
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
<p>A avaliação da disciplina dar-se-á através de provas escritas, que poderão ser associados ao processo avaliativo as atividades sugeridas em sala de aula: estudos dirigidos, apresentações de trabalhos, assiduidade e participação nos debates em sala de aula.</p>		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
<p>COUTINHO, Carlos Nelson. <b>O estruturalismo e a miséria da razão</b>. 2ª ed. São Paulo. Expressão Popular. 2010.</p> <p>MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. <b>A ideologia alemã</b>. São Paulo. Expressão Popular. 2009.</p> <p>SEMERARO, Gionanni. <b>Saber-fazer filosofia: o pensamento moderno</b>. Aparecida, SP: Idéias &amp; Letras,</p>		

2011.	
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
D'ANGELO, Marta. <b>Saber-fazer filosofia: pensadores contemporâneos</b> – de Nietzsche a Gadamer. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2011.	
JAMESON, F. <b>Pós-modernismo</b> : a lógica cultural do capitalismo tardio. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1997.	
KONDER, Leandro. <b>O que é dialética</b> . 6ª reimp da 28ª ed. São Paulo. Brasiliense. 2008.	
MARX, Karl. <b>Manuscritos Econômicos e Filosóficos</b> . São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006.	
SARTRE, Jean-Paul. <b>O Existencialismo é um Humanismo</b> . São Paulo: Vozes de Bolso, 2012.	
Professor	Chefe do Depto. de Ensino

### 3º SEMESTRE:



DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

<b>1 DISCIPLINA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DE SERVIÇO SOCIAL II</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.12	<b>Carga Horária:</b> 80 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 04
<b>Código pré-requisito:</b> 09.500.08	<b>Semestre:</b> 3º	
<b>Nível:</b> Superior		
<b>Prof. (es) Responsável (eis)</b> Aparecida dos Santos / Adriana Alves		
<b>2 EMENTA</b>		
Contexto sócio-histórico da consolidação do capitalismo monopolista no Brasil e da estrutura sincrética do Serviço Social. O desenvolvimentismo e o Serviço Social. Processo de “erosão” do Serviço Social Tradicional e o Movimento de Reconceituação no Brasil. Perspectiva tradicional à modernizadora – Seminários de		

Araxá e Teresópolis. Influência teórico-metodológica do positivismo/funcionalismo na profissão. A autocracia burguesa e a Renovação do Serviço Social no Brasil.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
Compreender o capitalismo monopolista, sua conformação no Brasil e influência para o Serviço Social. Desenvolver uma análise crítica acerca da profissão sob o Movimento de Reconceituação no país e na América Latina atentando para o viés desenvolvimentista, positivista/funcionalista e modernizador.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>Unidade I</b> – Capitalismo monopolista e estrutura sincrética do Serviço Social		
<b>Unidade II</b> – O desenvolvimentismo e o Serviço Social		
<b>Unidade III</b> – Movimento de Reconceituação no Brasil		
<b>Unidade IV</b> – A autocracia burguesa e a renovação do Serviço Social.		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
Aulas expositivas e dialogadas assentadas em materiais de apoio compostos por textos, recursos audiovisuais (filmes, documentários) e discussão grupal. Técnicas utilizadas: debate monitorado, pesquisas individual e grupal, estudos dirigidos e apresentação de seminário.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
-	-	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
-	-	-
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
A avaliação será contínua e processual, assim, será considerada a capacidade de reflexão, apropriação, correlações entre os conteúdos ministrados e as sínteses produzidas pelos alunos. Dentre os critérios, além das notas, tem-se a presença nas aulas (mínimo 75%), a participação em sala e nas atividades propostas como trabalhos individuais e/ou em grupos e pesquisas. O processo avaliativo será composto por múltiplas atividades a serem desenvolvidas durante o semestre, tais como: prova individual, exercícios individuais e grupais, trabalhos em grupo, pesquisa de campo e seminário.		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
AGUIAR, António Geraldo de. <b>Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá.</b> 6ª ed. São Paulo. Cortez. 2011. NETTO, José Paulo. <b>Capitalismo monopolista e Serviço Social.</b> São Paulo. Cortez. 2001. NETTO, José Paulo. <b>Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social pós-64.</b> 8ª ed. São Paulo. Cortez. 2005.		
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
FALEIROS, Vicente de Paula. <b>Metodologia e ideologia do trabalho social.</b> 10ª ed. São Paulo. Cortez. 2007.		

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 7ª ed. São Paulo. Cortez. 2004.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil - Os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

VÁRIOS AUTORES. **Teorização do Serviço Social: Documento de Araxá, Teresópolis e Sumaré**. Rio de Janeiro. Agir Editora. 1986.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. **Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade e suas relações com o Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

Professor	Chefe do Depto. de Ensino
-----------	---------------------------



DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

<b>1 DISCIPLINA: TEORIA POLÍTICA II</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.14	<b>Carga Horária:</b> 80 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 04
<b>Código pré-requisito:</b> 09.500.10	<b>Semestre:</b> 3º	
Nível: Superior		
<b>Prof. (es) responsável (eis)</b>	Jerciano Pinheiro Feijó	
<b>2 EMENTA</b>		
Principais interpretações sobre a relação entre Estado e sociedade civil na contemporaneidade, particularizando a realidade brasileira. Relação entre as esferas pública e privada: democracia, cidadania, participação e suas repercussões na sociedade brasileira.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
GERAL Compreender a diferença entre Estado e sociedade civil na contemporaneidade, relacionando-o ao protagonismo social, tendo por base o Estado e a sociedade brasileira.		
ESPECÍFICOS - Estudar a formação do estado capitalista e suas alternativas na contemporaneidade; - Compreender o que são Políticas Públicas, democracia e participação popular;		

- Relacionar educação e cidadania no Estado brasileiro.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>Unidade I</b> - As relações políticas, culturais e sociais na sociedade capitalista: Estado – um conceito ampliado.		
<b>Unidade II</b> – Relação Estado e Sociedade civil na contemporaneidade: participação, cidadania e democracia.		
2.1. Particularidades da Realidade Latino-americana – um enfoque no Brasil.		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
- Aulas expositivas com apoio dos textos; – 20% das atividades serão desenvolvidas extraclasse com pesquisa bibliográfica e de campo. – Aulas de Campo; – Oficinas de leitura; – Exibição de vídeos; – Debate em sala.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>		<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>
-		-
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
-	-	-
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
– Participação nos debates; – Prova; – Artigos, fichamentos, resenhas, resumos e banners; – Seminários.		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
BEHRING, Elaine R. <b>Brasil em Contrarreforma</b> : desconstrução do estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.		
GRAMSCI, A. <b>Cadernos do cárcere</b> . Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006.		
LENIN, V. I. <b>Imperialismo, estágio superior do capitalismo</b> . São Paulo: Expressão Popular: 2012.		
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
COUTINHO, Carlos Nelson. <b>Contra a corrente</b> : ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2008.		
LUKÁCS, György. <b>Socialismo e democratização</b> : escritos políticos 1956-1971. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.		
ENGELS, F. <b>A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado</b> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.		
BORON, Atílio (org.). <b>Estado, capitalismo e democracia na América Latina</b> . Rio de Janeiro: Paz e		



Terra, 1994. MARSHALL, T.H. <b>Cidadania, classe social e status</b> . Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.	
Professor	Chefe do Depto. de Ensino



DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

<b>1 DISCIPLINA: QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.15	<b>Carga Horária:</b> 80 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 04
<b>Código pré-requisito:</b>	-	<b>Semestre:</b> 3º
Nível: Superior		
<b>Prof.ª Responsável</b>	Michele Ribeiro de Oliveira	
<b>2 EMENTA</b>		
Gênese e desenvolvimento da sociedade capitalista: a “questão social” como um aspecto central. A centralidade da relação capital/trabalho na análise da “questão social”. A particularidade da formação social brasileira: expressões da “questão social” e suas formas de enfrentamento. A “questão social” como eixo fundamental do Serviço Social: perspectivas teórico-metodológicas. Transformações societárias e “questão social”: abordagens contemporâneas, tendências de enfrentamento e rebatimentos sobre a profissão.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
GERAL: Possibilitar análise teórico-conceitual sobre a “questão social” na sociedade capitalista, compreendendo o desenvolvimento da sociedade capitalista, o conflito de classes sociais, refletindo sobre as formas de enfrentamento da “questão social” e a relação com o Serviço Social.		
ESPECÍFICOS: - Entender o processo das expressões da “questão social” na sociedade capitalista; - Identificar as expressões da “questão social”, analisando as formas de enfrentamento e a intervenção profissional; - Compreender as particularidades da formação sócio-histórico do Brasil e as expressões da “questão social”; - Analisar as expressões da “questão social” na atual sociabilidade capitalista;		

- Debater sobre as tendências de enfrentamento da “questão social” na atualidade;
- Discutir a relação entre “questão social” e Serviço Social;
- Refletir as abordagens teóricas da “questão social” no Serviço Social;
- Analisar as transformações societárias do capitalismo, formas de enfrentamento da “questão social” e rebatimentos para a profissão.

#### 4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### **I – Unidade: Gênese e desenvolvimento da sociedade capitalista: a “questão social” como um aspecto central. A centralidade da relação capital/trabalho na análise da “questão social”.**

Transformações históricas no contexto do sistema capitalista. A “questão social” no sistema capitalista: relação e condições de trabalho. Relação capital e trabalho. Pauperismo e desenvolvimento do capitalismo. Conflito entre as classes sociais: projetos societários distintos. Desigualdades sociais e classes sociais.

##### **II – Unidade: A particularidade da formação social brasileira: expressões da “questão social” e suas formas de enfrentamento.**

Emergência da expressão da “questão social” na sociedade brasileira. Particularidades no cenário brasileiro: escravismo, desenvolvimento capitalista, relação capital e trabalho. Formas de enfrentamento da “questão social”: relação Estado, estratos dominantes e classe trabalhadora.

##### **III – Unidade: A “questão social” como eixo fundamental do Serviço Social: perspectivas teórico-metodológicas.**

Relação Serviço Social e “questão social”. Enfrentamento sistemático da “questão social” pelo Estado, políticas sociais e Serviço Social. Debate sobre a “questão social” no Serviço Social.

##### **IV – Unidade: Transformações societárias e “questão social”: abordagens contemporâneas e rebatimentos para a profissão.**

Transformações na esfera do trabalho, redefinição da intervenção do Estado sob a égide neoliberal e enfrentamento da “questão social”. Debate sobre exclusão social. Sociabilidade, crise capitalista e expressões ideoculturais na atualidade.

#### 5 METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialogadas. Debate em grupos. Leitura dirigida. Estudos dirigidos. Exibição de filmes com temas relacionados às discussões da disciplina. Exposição de ideias a partir de indicação de leituras/filmes. Seminários. Atividade integrada com outras disciplinas. Visita de campo/institucional. Elaboração de documentários sobre as expressões e formas de enfrentamento da “questão social” na atualidade.

#### 6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS

TÍTULO DA AULA	LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)
-	-

#### 7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS

TIPO (interna ou externa)	LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)	CIDADE
Externa	Empresa/Fábrica/Horto	Juazeiro do Norte/CE
Externa	Mercado Público/Lixão	Iguatu/CE

## 8 AVALIAÇÃO

O processo de avaliação será constituído de duas etapas: N1 e N2. A avaliação ocorrerá através de provas, que também poderá ser associadas às atividades indicadas em sala de aula, apresentação de trabalho, assiduidade e participação nos debates em sala de aula. Aspectos qualitativos serão considerados para aferição das notas.

N1 – prova escrita, participação em sala, entrega e apresentação de trabalhos sugeridos.

N2 – prova escrita, apresentação de seminários, trabalho escrito, participação em sala de aula.

$$MF = \frac{M1x2 + M2x3}{5} \geq 7,0$$

Para aprovação deverá obter a média final maior ou igual a 7,0. Fará prova final quem obtiver média final entre 6,9 a 3,0.

## 9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital e fetiche**: capital financeiro e “questão social”. São Paulo. Cortez. 2007.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo. Cortez. 2004.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo. Cortez. 2012.

## 10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis. Vozes. 1998.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **Terceiro setor e “questão social”**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo. Cortez. 2003.

MOTA, Ana Elizabete (org). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4ª ed. São Paulo. Cortez. 2010.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “nova questão social”?**: raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. 2ª ed. São Paulo. Instituto Lukács. 2012.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão social e Serviço Social no Brasil**: fundamentos sociohistóricos. Cuiabá. EdUFMT. 2008.

Professora	Chefe do Depto. de Ensino
------------	---------------------------



DEPARTAMENTO DE ENSINO

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

## 1 DISCIPLINA: POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL I

Curso: Serviço Social

<b>Código:</b> 09.500.16	<b>Carga Horária:</b> 80 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 04
<b>Código pré-requisito:</b>	-	<b>Semestre:</b> 3º
<b>Nível:</b> Superior		
<b>Prof.(es) Responsável (eis)</b> Aparecida dos Santos / Adriana Alves		
<b>2 EMENTA</b>		
A política social na sociedade capitalista. As interpretações sobre concepção, natureza e desenvolvimento das políticas sociais no âmbito do marxismo, do liberalismo clássico, do neoliberalismo e da social-democracia. Política social e regulação social: os modelos bismarkiano e beveridgiano. Cidadania, direitos e política social no contexto do capitalismo monopolista. A emergência e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. A crise do Estado de Bem Estar e a alternativa neoliberal: privatização e focalização das políticas sociais.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
Apreender a relação entre Estado e Sociedade na constituição das políticas sociais a partir do desenvolvimento e acirramento das contradições do capitalismo. Desenvolver uma análise crítica acerca dos modelos de regulação social e dos parâmetros em que as políticas sociais vêm se constituindo, especialmente a partir do século XX.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>Unidade I</b> – O significado e trajetória da política social no capitalismo monopolista.		
<b>Unidade II</b> – Concepções de política social e modelos de intervenção estatal		
<b>Unidade III</b> – A política social no capitalismo tardio e a construção do Estado de Bem-Estar Social (Welfare State)		
<b>Unidade IV</b> – Crise do Estado de Bem Estar e alternativa neoliberal. A política social no Brasil na contemporaneidade.		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
Os conteúdos programáticos serão trabalhados através de aula expositiva com exibição de slides, seguida de debate. Os recursos pedagógicos utilizados serão projetor (Datashow), pincéis e quadro branco.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
-	-	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
-	-	-
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
A avaliação será contínua e processual, assim, será considerada a capacidade de reflexão, apropriação, correlações entre os conteúdos ministrados e as sínteses produzidas pelos alunos. Dentre os critérios, além das no-		

tas, tem-se a presença nas aulas (mínimo 75%), a participação em sala e nas atividades propostas como trabalhos individuais e/ou em grupos e pesquisas. O processo avaliativo será composto por múltiplas atividades a serem desenvolvidas durante o semestre, tais como: prova individual, exercícios individuais e grupais, trabalhos em grupo, pesquisa de campo e seminário.

1ª. NOTA – PROVA ESCRITA RELATIVA À 1ª. UNIDADE PROGRAMÁTICA

2ª. NOTA – SEMINÁRIOS DE APRENDIZAGEM

3ª. NOTA – PESQUISA HISTÓRICA – ÁREA TEMÁTICA DA POLÍTICA SOCIAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (ASSISTÊNCIA, SAÚDE, HABITAÇÃO, PREVIDÊNCIA)

### 9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo, Cortez, 2006. (Biblioteca Básica do Serviço Social, vol.2)

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no capitalismo tardio**. São Paulo, Cortez, 1998.

PEREIRA, Potyara A.P. **Política social: temas & questões**. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

### 10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORON, Atilio A.; Outros. **Pós-neoliberalismo - As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. 7ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BOSCHETTI, Ivanete et al. (orgs). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

FALEIROS, V.P. **A Política Social do estado capitalista: as funções da previdência e da assistência social**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e Políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo; Cortez, 1997.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2002 (Coleção Questões da Nossa Época; v.78)

Professora	Chefe do Depto. de Ensino
------------	---------------------------



DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

#### 1 DISCIPLINA: PSICOLOGIA SOCIAL

Curso: Serviço Social

Código: 09.500.13

Carga Horária: 80 h/a

Nº de Créditos: 04

<b>Código pré-requisito:</b>	-	<b>Semestre:</b> 3º
<b>Nível:</b> Superior		
<b>Prof.ª Responsável</b>	Fabrícia Keilla Oliveira Leite	
<b>2 EMENTA</b>		
Os principais conceitos e categorias da Psicologia Social. As matrizes teóricas de análise das relações entre indivíduo e sociedade. Aspectos psicossociais da vida humana. Processos grupais: identidade, socialização e subjetivação. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social. As transformações societárias e suas implicações na subjetividade humana.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
Analisar e compreender o sujeito e suas relações em contexto social. Perceber a influência social na formação de estruturas humanas como cognições, personalidade, comportamentos e atitudes. Diferenciar as várias correntes teóricas dentro da psicologia social e sua importância na compreensão do indivíduo. Compreender os movimentos contemporâneos da Psicologia e sua importância social.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>Unidade I</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Psicologia Social: Conceito;</li> <li>- Psicologia Social Científica;</li> <li>- História da Psicologia Social;</li> <li>- Psicologia Social Psicológica e Psicologia Social Sociológica;</li> <li>- Cognição Social;</li> <li>- Atitudes;</li> <li>- Preconceito, estereótipos e discriminação;</li> <li>- Influência Social e Comportamento Grupal.</li> </ul>		
<b>Unidade II</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Psicologia Social Sociológica: a escola europeia e latino-americana ;</li> <li>- A teoria das Representações Sociais;</li> <li>- Identidade e Subjetividade;</li> <li>- Grupos;</li> <li>- Introdução a Psicologia Sócio-histórica e noções de Psicologia comunitária;</li> <li>- Psicologia Social Crítica;</li> <li>- Debate contemporâneo das relações indivíduo sociedade;</li> <li>- A psicologia na contemporaneidade e o compromisso social.</li> </ul>		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
Aulas expositivas e dialogadas; Trabalhos e grupos de discussões; Estudos Dirigidos Produção textual; Análise e debate sobre filmes.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
-	-	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa,</b>	<b>CIDADE</b>

<b>externa)</b>	<b>instituição etc.)</b>	
-	-	-
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
Avaliação escrita, trabalhos escritos individuais e em grupo, realização de seminários, participação nos debates propostos em sala de aula e assiduidade.		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair. <b>Psicologia sócio-histórica</b> . 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007. JACQUES, Maria das Graças Correia. <b>Psicologia social contemporânea</b> . 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. RODRIGUES, A. <b>Psicologia social</b> . 25ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.		
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
RODRIGUES, A. <b>Psicologia social para principiantes</b> : estudo da interação humana. 12. Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2010. MOSCOVICI, S. <b>Representações sociais</b> : investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. LANE, Silvia T.M; CODO, Wanderley. <b>Psicologia social</b> : o homem em movimento. 13 ed. São Paulo: Editora brasiliense, 2007. GÓIS, C.W.L. <b>Noções de Psicologia Comunitária</b> . Fortaleza: Edições UFC, 2003. BOCK (Org.), A. <b>Psicologia e o compromisso social</b> . São Paulo: Cortez, 2003.		
Professora	Chefe do Depto. de Ensino	

#### 4º SEMESTRE:



DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

<b>1 DISCIPLINA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL III</b>
<b>Curso:</b> Serviço Social

<b>Código:</b> 09.500.17	<b>Carga Horária:</b> 80 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 04
<b>Código pré-requisito:</b> 09.500.12	<b>Semestre:</b> 4º	
<b>Nível:</b> Superior		
<b>Prof.<sup>a</sup> Responsável</b>	Michele Ribeiro de Oliveira	
<b>2 EMENTA</b>		
Crise da autocracia burguesa brasileira a partir dos meados a década de 1970. Perspectivas críticas ao Serviço Social Modernizador: “reatualização conservadora” e “intenção de ruptura”. A ênfase psicossocial via fenomenologia e adoção do referencial marxista com análise crítica na perspectiva da totalidade social. Pluralismo no Serviço Social. A construção do projeto profissional de ruptura com a tradição conservadora. Aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, “intenção de ruptura” e nova direção social.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
<p><b>GERAL:</b>          Analisar o contexto sociohistórico e as particularidades do Serviço social na fase da crise da “autocracia burguesa”, considerando as tendências e perspectivas teórico-metodológicos que incidiram na profissão, destacando as vertentes do processo de Renovação do Serviço Social brasileiro a “reatualização do conservadorismo” e a “intenção de ruptura”.</p> <p><b>ESPECÍFICOS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Analisar o significado sociohistórico e ideopolítico do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, considerando o contexto de desenvolvimento capitalista;</li> <li>- Compreender os aspectos históricos, teórico-metodológicos e ideopolíticos que configuram o Serviço Social brasileiro;</li> <li>- Discutir a vertente “reatualização do conservadorismo” no Serviço Social, a ênfase na fenomenologia e influência na profissão;</li> <li>- Debater a influência da fenomenologia na intervenção profissão;</li> <li>- Contextualizar o processo de construção do projeto profissional de ruptura do Serviço Social, considerando o significado social e aspecto contraditório da profissão;</li> <li>- Discutir a “intenção de ruptura” e a aproximação com a tradição marxista;</li> <li>- Refletir sobre a nova direção social da profissão e projeto profissional de ruptura;</li> <li>- Contextualizar o processo de redemocratização da sociedade brasileira, construção projeto de ruptura, transformações societárias e o Serviço Social.</li> </ul>		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<p><b>I Unidade: Crise da autocracia burguesa brasileira a partir dos meados a década de 1970.</b>          Significado do Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Contexto década 1970: reordenamento capitalista. “Autocracia burguesa” e contexto sócio-econômico brasileiro. Movimento de Reconceituação: significado e conquistas. Da direção “modernizadora” a “reatualização do conservadorismo”.</p> <p><b>II Unidade: Perspectivas críticas ao Serviço Social Modernizador: “reatualização conservadora”.</b>          A ênfase psicossocial via fenomenologia. Principais ideias e características da influência fenomenológica no Serviço Social. Intervenção profissional e revalorização da microatuação: entrevista, diálogo, foco psicossocial. Pluralismo e ecletismo. Relação teoria e direção/intervenção profissional.</p> <p><b>III Unidade: “Intenção de ruptura” – aproximação com o marxismo e construção do ”projeto profissional de ruptura” com a tradição conservadora.</b>          Contexto de emersão da vertente “intenção de ruptura”. Marcos da “intenção de ruptura”. Método BH. Interlocação do Serviço Social com o marxismo.</p>		



**IV Unidade: Projeto Profissional de ruptura com a tradição conservadora. Aproximação do Serviço Social com a tradição marxista.**

Contribuição da teoria crítica para o Serviço Social: análise sobre o Estado, lógica capitalista e a profissão. Construção do “projeto profissional de ruptura” e direção social crítica no Serviço Social.

**5 METODOLOGIA DE ENSINO**

Aulas expositivas e dialogadas. Debate em grupos. Leitura dirigida. Estudos dirigidos. Exibição de filmes/documentários relacionados às discussões da disciplina. Exposição de ideias a partir de indicação de leituras/filmes. Seminários. Atividade integrada com outras disciplinas. Visita de campo/institucional.

**6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS**

<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>
-	-

**7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS**

<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
Externa	Instituições públicas e/ou privadas	Iguatu/CE

**8 AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação será constituído de duas etapas: N1 e N2. A avaliação ocorrerá através de provas, que também poderá ser associadas às atividades indicadas em sala de aula, apresentação de trabalho, assiduidade e participação nos debates em sala de aula. Aspectos qualitativos serão considerados para aferição das notas.

N1 – prova escrita, participação em sala, entrega e apresentação de trabalhos sugeridos.

N2 – prova escrita, apresentação de seminários, trabalho escrito, participação em sala de aula.

$$MF = \frac{M1x2 + M2x3}{5} \geq 7,0$$

Para aprovação deverá obter a média final maior ou igual a 7,0. Fará prova final quem obtiver média final entre 6,9 a 3,0.

**9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. 11ª ed. São Paulo. Cortez. 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social pós-64. 4ª ed. São Paulo. Cortez. 1998.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular:** resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4ª ed. São Paulo. Cortez. 2007.

**10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo. Cortez. 2002.

COELHO, Marilene. **Imediaticidade na prática profissional do assistente social.** Rio de Janeiro. Lumen Juris. 2013.

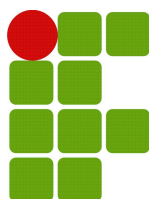
NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico:** elementos de caracterização e crítica. São Paulo. Cortez. 2011.

PAVÃO, Ana Maria Braz. **O princípio da autodeterminação no Serviço Social:** visão fenomenológica.

São Paulo. Cortez. 1998.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo**: manifestações do ensino da metodologia no Serviço Social. São Paulo. Cortez. 1991.

Professora	Chefe do Depto. de Ensino
------------	---------------------------



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
CEARÁ  
Campus Iguatu

DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

<b>1 DISCIPLINA: DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL</b>		
<b>Curso:</b> Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.19	<b>Carga Horária:</b> 80 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 04
<b>Código pré-requisito:</b> -	<b>Semestre:</b> 4º	
<b>Nível:</b> Superior		
<b>Prof. (es) responsável (eis)</b>	Willyana de Lima Antero	
<b>2 EMENTA</b>		
A construção dos direitos, sua relação com o Estado e as classes sociais na sociedade burguesa. A organização do Estado e dos poderes. Direitos Sociais: noções e conceitos básicos. Dimensões do Direito: Constitucional; Penal; Civil; Trabalhista. A Constituição Federal de 1988. A legislação social: CLT, LDB, LOAS, ECA, LOS, Estatuto do Idoso; Lei Maria da Penha; Estatuto da Igualdade Racial; Lei da Previdência Social.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
Conhecer a organização e o aparato jurídico institucional dos poderes no Brasil, a Constituição Federal, e as legislações sociais. Identificar o direito como norma da ação e poder da ação. Analisar, dentro da Constituição Federal a legislação voltada para as áreas sociais. Compreender o Direito do Trabalho como Direito Social. Compreender o significado da legislação social para o Serviço Social.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>UNIDADE I – Estado, sociedade e esfera pública</b>		
- Conceituação de Estado e Sociedade - Elementos constitutivos do Estado		

<p>- Distinção entre sociedade civil e estado</p> <p><b>UNIDADE II -Noções de Direito</b></p> <p>-Direito Constitucional- Direitos Sociais</p> <p>- Direito Civil - Parte Geral (pessoa, capacidade domicílio e fatos jurídicos);</p> <p>- Direito de Família (casamento, união estável, concubinato, parentesco, separação e divórcio, filiação, adoção, poder familiar, guarda, tutela e curatela);</p> <p>- Direito do Trabalho (contrato de trabalho, duração do trabalho, horas extraordinárias, trabalho noturno, repouso remunerado, férias, remuneração e salário, trabalho de mulheres e menores).</p> <p>- Direito Penal- conceitos básicos</p> <p><b>UNIDADE III- Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)</b></p> <p>- Objetivos; Princípios e Diretrizes; Organização e Gestão; Benefícios, Serviços, Programas e Projetos da Assistência; SUAS.</p> <p><b>UNIDADE IV – Outras legislações sociais</b></p> <p>- Legislação Social/proteção social (CLT, LOS, ECA; Estatuto do Idoso, Lei Maria da Penha; Estatuto da Igualdade Racial; Lei da Previdência Social.)</p>		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
<p>Aulas expositivas dialogadas;</p> <p>- Trabalhos e grupos de discussões;</p> <p>- Estudos Dirigidos;</p> <p>- Debates Monitorados e/ou Ciclos de Debate;</p> <p>- Realização de seminários.</p> <p>- Convidar profissional para ministrar palestra sobre a temática.</p>		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>		<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>
-		-
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
-	-	-
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
<p>A avaliação será baseada na assiduidade, participação e desempenho dos (as) alunos (as) nos trabalhos escritos (provas, exercícios, fichamentos, elaboração de textos), exposições orais (seminários) e outras atividades acadêmicas previamente estabelecidas entre professor (a) e alunos (as). As avaliações escritas valerão 7 pontos, os outros 3 pontos serão atribuídos a participação, assiduidade e atividades desenvolvidas em sala de aula.</p>		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
<p>COTRIM, Gilberto Vieira. <b>Direito e Legislação:</b> Introdução ao Direito. 21ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.</p>		

POTERE. <b>Vade Mecum do Serviço Social</b> . 2ª ed. Fortaleza: Premium, 2012. SIMÕES, Carlos. <b>Curso de Direito do Serviço Social</b> . 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica do Serviço Social)	
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
ARRUDA, André (coord). <b>Estatuto do Idoso</b> . Rio de Janeiro: Roma Victor, 2003. BRASIL, Lei nº 8.742. <b>Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)</b> . Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993. BRASIL. <b>Código Civil</b> . Coordenação: Anne Joyce. 10. Ed. São Paulo: Rideel, 2004. BRASIL. Constituição (1988). <b>Constituição da República Federativa do Brasil</b> . Brasília: Senado Federal, 1988. BRASIL. <b>Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA</b> . Lei 8.069/90.	
Professora	Chefe do Depto. de Ensino



DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

<b>1 DISCIPLINA: CLASSES, MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.20	<b>Carga Horária:</b> 60 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 03
<b>Código pré-requisito:</b> -	<b>Semestre:</b> 4º	
<b>Nível:</b> Superior		
<b>Prof.ª Responsável</b>	Evelyne Medeiros Pereira	
<b>2 EMENTA</b>		
Classe, consciência de classe e lutas sociais. As configurações das lutas sociais no capitalismo: sindicatos e partidos. A teoria clássica dos movimentos sociais e as premissas analíticas dos “novos movimentos sociais”. Os movimentos e lutas sociais na era da acumulação flexível e do ideário neoliberal. Os movimentos sociais na realidade latino- americana e brasileira. Serviço Social e Movimentos sociais: o significado sócio histórico da profissão e o projeto ético-político. A intervenção profissional nas estratégias de mobilização, organização e participação popular. A mediação das organizações políticas no Serviço Social e sua relação com as lutas e organizações da classe trabalhadora.		

<b>3 OBJETIVOS</b>		
<p>Conhecer os fundamentos que estruturam e antagonizam as classes sociais na sociedade capitalista. Analisar a relação entre classes sociais e suas diversas formas de organização e estratégias de enfrentamento a questão social. Identificar as diferentes e relevantes perspectivas existentes na análise e concepção dos movimentos e lutas sociais. Conceber os aspectos que configuram a relação histórica entre o Serviço Social e as organizações políticas atentando para as expressões das contradições da sociedade capitalista contemporânea na profissão, em particular, na sua direção social estratégica.</p>		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<p><b>Unidade I – Trabalho, lutas de classes e consciência de classe: uma análise teórico- metodológica.</b>  - A constituição das classes sociais: uma aproximação a partir da perspectiva crítico dialética.</p> <p><b>Unidade II – Organização política das classes e as configurações das lutas sociais no capitalismo: a particularidade da América Latina e Brasil.</b>  - Sindicatos e partidos: as configurações das lutas sociais no capitalismo;  - Transformações societárias e movimentos sociais: dos movimentos “clássicos” aos chamados “novos movimentos sociais”.</p> <p><b>Unidade III – Serviço Social e Movimentos Sociais: a profissão e a mediação das organizações políticas.</b>  - Significado sócio histórico do Serviço Social, o exercício profissional e as estratégias de mobilização, organização e participação popular: principais dilemas e polêmicas na profissão;  - A organização política da categoria e sua relação com as lutas e organização da classe trabalhadora: projeto ético-político profissional.</p>		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
<p>Aulas expositivas dialogadas; Trabalhos e grupos de discussões; Estudos Dirigidos e elaboração textual; Seminários temáticos e Ciclos de Debate; Visitas de campo e intercâmbio de experiências; Exibição, análise e debate sobre filmes referentes ao conteúdo da disciplina.</p>		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
<p>Ciclos de Debate I  Os movimentos e lutas dos/as trabalhadores/as na atualidade – desafios e perspectivas (Sindicalismo e Trabalho)</p>	<p>Sala de Aula  (presença de 2 convidados/as externos)</p>	
<p>Ciclos de Debate II  Os movimentos e lutas dos/as trabalhadores/as na atualidade – desafios e perspectivas (Feminista, Juvenil e Étnico-racial)</p>	<p>Sala de Aula  (presença de 3 convidados/as externos)</p>	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
<p>Externa</p>	<p>Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto (MST) / Acampamentos / Assentamentos / Demais entidades vinculadas a Movimentos Sociais.</p>	<p>Fortaleza e/ou demais municípios do Ceará.</p>

## 8 AVALIAÇÃO

As avaliações serão realizadas, no transcorrer da disciplina, na forma de atividades orais e escritas, priorizando avaliações individuais, estudos e debates em grupo. A avaliação final levará em consideração, principalmente, assiduidade, participação e desempenho dos (as) estudantes nos trabalhos escritos (exercícios, sínteses, resenhas, provas), exposição e debates (seminários, ciclos de debates e aulas dialogadas). Ao final da disciplina o/a estudante deverá apresentar trabalho em dupla de caráter dissertativo, versando sobre um item programático. Este trabalho deverá ser vinculado a realização de Ciclos de Debates Temáticos realizados durante a disciplina.

## 9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARDOSO, Franci Gomes; MACIEL, Marina. **Mobilização social e práticas educativas**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista: 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica do Serviço Social; v.5)

## 10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Ricardo. **A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas**. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

GOHN, Maria da Glória M. **A teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

MORO, Maristela Dal; MARQUES, Morena Gomes. **A relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. In: Revista Temporalis, Brasília, ano 11, nº 21, jan./jun. 2011.

SOUZA BRAVO, Maria Inês; MENEZES, Juliana Souza Bravo de (orgs.). **Saúde, Movimentos Sociais, Serviço Social e Conselhos**. São Paulo: Cortez, 2013.

_____ Professora	_____ Chefe do Depto. de Ensino
---------------------	------------------------------------



DEPARTAMENTO DE ENSINO

**PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<b>1 DISCIPLINA: POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL II</b>		
Curso: Serviço Social		
Código: 09.500.18	Carga Horária: 80 h/a	Nº de Créditos: 04
Código pré-requisito: 09.500.16	Semestre: 4º	
Nível: Superior		
Prof. <sup>a</sup> Responsável	Cynthia Studart Albuquerque	
<b>2 EMENTA</b>		
<p>Relação Estado e Sociedade no Brasil: natureza e trajetória das políticas sociais. Constituição de 1988 e a construção da Seguridade Social. Aspectos das políticas sociais pós-1988: descentralização político-administrativa e financeira, participação e controle social. A (contra) reforma do Estado brasileiro, as novas configurações da questão social e as tendências do seu enfrentamento na contemporaneidade. A racionalidade burguesa e o ajuste estrutural imposta aos países periféricos: crise capitalista, financeirização e fundo público. Reflexos das transformações no âmbito do Estado brasileiro e das políticas públicas no Serviço Social.</p>		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
<p>Apreender a relação Estado x Sociedade no processo de construção das políticas sociais no Brasil; Analisar a organização das políticas de proteção social brasileira: descentralização, gestão, financiamento e controle social; Compreender o processo de contrarreforma do Estado brasileiro no contexto neoliberal e de mundialização e financeirização do capital e os impactos nos direitos sociais.</p>		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<p><b>Unidade I - A (des) construção histórica das políticas sociais no Brasil</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- As novas configurações entre Estado e sociedade na crise do capital</li> <li>- Estado e políticas sociais no Brasil: ascensão e declínio;</li> <li>- A contrarreforma do estado e o desmonte das políticas sociais;</li> <li>- A funcionalidade do terceiro setor para o projeto neoliberal;</li> </ul> <p><b>Unidade II – A crise da Seguridade Social e os impactos do novo desenvolvimentismo: desafios para o controle social</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Proteção Social no Brasil: debates e desafios;</li> <li>- Seguridade social brasileira: tendências e retrocessos;</li> <li>- As políticas de combate à pobreza e o novo projeto de desenvolvimento;</li> <li>- Crise do capital: financeirização, fundo público e política social;</li> </ul>		

- Desafios para o controle democrático das políticas sociais na atualidade.		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
Aulas expositivas e dialogadas assentadas em materiais de apoio compostos por textos e artigos acadêmicos sobre as políticas sociais, uso de recursos audiovisuais (filmes, documentários) e questões postas (matérias de jornais e/ou revistas) na atualidade que possibilitem a discussão grupal. Técnicas utilizadas: discussão grupal, pesquisas individual e grupal, estudos dirigidos, apresentação de seminário.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
-	-	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
Externa	Visita nos conselhos de direitos e de políticas públicas com objetivo de analisar o controle democrático da sociedade civil sobre o Estado: assistência social, saúde, criança e adolescente, mulher, idoso, etc.	Iguatu/Ceará
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
A avaliação será contínua e processual, assim, será considerada a capacidade de reflexão, apropriação, correlações entre os conteúdos ministrados e as sínteses produzidas pelos alunos. Dentre os critérios, além das notas, tem-se a presença nas aulas (mínimo 75%), a participação em sala e nas atividades propostas como trabalhos individuais e/ou em grupos e pesquisas. O processo avaliativo será composto por múltiplas atividades a serem desenvolvidas durante o semestre, tais como: prova individual, exercícios individuais e grupais, trabalhos em grupo e seminário.		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
BEHRING, E. <b>Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social.</b> In: Financeirização, Fundo público e Política Social. São Paulo: Cortez, 2012. BOSCHETTI, I. <b>América Latina, política social e pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento?</b> In: Financeirização, Fundo público e Política Social. São Paulo: Cortez, 2012. BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida (orgs). <b>Política Social e democracia.</b> São Paulo: Cortez, 2001.		
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
BEHRING, E. <b>Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos.</b> São Paulo, Cortez, 2006. MONTANO, Carlos. <b>Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.</b> São Paulo: Cortez, 2002. MOTA, Ana Elizabete (Org.). <b>Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade.</b> São Paulo: Cortez, 2012. MOTA, Ana Elizabete. ..[et al.]. <b>Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional.</b> São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006. PEREIRA, Potyara Amazoneida P. <b>Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil.</b> In: Serv. Soc., n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012. São Paulo: Cortez, 2012.		



Professora	Chefe do Depto. de Ensino
------------	---------------------------



DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

<b>1 DISCIPLINA: TRABALHO E SOCIABILIDADE</b>		
Curso: SERVIÇO SOCIAL		
Código: 09.500.21	Carga Horária: 60 h/a	Nº de Créditos: 03
Código pré-requisito: -	Semestre: 4º	
Nível: Superior		
Prof. (es) responsável (eis)	Willyana de Lima Antero	
<b>2 EMENTA</b>		
Os fundamentos ontológicos do trabalho. O trabalho nos diferentes modos de produção. O trabalho na sociedade capitalista: exploração e alienação. Trabalho produtivo e improdutivo. Transformações contemporâneas e seus reflexos no mundo do trabalho: reestruturação produtiva, precarização e informalização.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
Possibilitar análise sobre a categoria trabalho, fundante do ser social, a partir da perspectiva crítica do desenvolvimento da sociedade capitalista, atentando para as modificações nas relações de trabalho e sociabilidade nos diferentes estágios de desenvolvimento da produção capitalista. Analisar as formas e modelos de organização do trabalho na produção capitalista; Debater as profundas transformações no trabalho e impactos sobre a classe trabalhadora, decorrentes das mudanças da sociedade capitalista; Discutir as tendências e polêmicas em torno da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>UNIDADE I: Trabalho e Sociabilidade humana.</b>		
Trabalho como categoria fundante do ser social e processo da sociabilidade humana. Atendimento das necessidades e relação com a natureza. Sociedade e indivíduo. Sociabilidade e desenvolvimento da relação homem e natureza.		

<p><b>UNIDADE II: Os fundamentos ontológicos do trabalho. O trabalho nos diferentes modos de produção.</b> Trabalho como categoria fundante do ser social. O trabalho e distintos modos de produção. O trabalho nas relações de produção capitalista.</p> <p><b>UNIDADE III: O trabalho na sociedade capitalista: exploração e alienação.</b> Divisão social (e sexual) do trabalho. Trabalho assalariado Trabalho produtivo e improdutivo. Organização do trabalho na sociedade capitalista: taylorismo, fordismo e toyotismo.</p> <p><b>UNIDADE IV: Transformações contemporâneas e seus reflexos no mundo do trabalho: reestruturação produtiva, precarização e informalização.</b> Reestruturação produtiva e desemprego estrutural. Desenvolvimento capitalista e intensificação da exploração do trabalho. Impactos para a classe trabalhadora: refluxo movimentos/lutas e retrocesso de direitos sociais e trabalhistas. Retração dos postos de trabalhos e debate sobre o fim da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea.</p>								
<p><b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aulas expositivas dialogadas;</li> <li>- Trabalhos e grupos de discussões;</li> <li>- Estudos Dirigidos;</li> <li>- Debates Monitorados e/ou Ciclos de Debate;</li> <li>- Realização de seminários;</li> <li>- Apresentação de filmes com temáticas relacionados.</li> </ul>								
<p><b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b></p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 60%; text-align: center;">TÍTULO DA AULA</th> <th style="width: 40%; text-align: center;">LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">-</td> <td style="text-align: center;">-</td> </tr> </tbody> </table>			TÍTULO DA AULA	LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)	-	-		
TÍTULO DA AULA	LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)							
-	-							
<p><b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b></p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 33%; text-align: center;">TIPO (interna ou externa)</th> <th style="width: 33%; text-align: center;">LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</th> <th style="width: 33%; text-align: center;">CIDADE</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">-</td> <td style="text-align: center;">-</td> <td style="text-align: center;">-</td> </tr> </tbody> </table>			TIPO (interna ou externa)	LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)	CIDADE	-	-	-
TIPO (interna ou externa)	LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)	CIDADE						
-	-	-						
<p><b>8 AVALIAÇÃO</b></p> <p>A avaliação será baseada na assiduidade, participação e desempenho dos (as) alunos (as) nos trabalhos escritos (provas, exercícios, fichamentos, elaboração de textos), exposições orais (seminários) e outras atividades acadêmicas previamente estabelecidas entre professor (a) e alunos (as). As avaliações escritas valerão 7 pontos, os outros 3 pontos serão atribuídos a participação, assiduidade e atividades desenvolvidas em sala de aula.</p>								
<p><b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>ANTUNES, Ricardo (org.). <b>A dialética do trabalho</b>: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.</p> <p>ANTUNES, Ricardo. <b>Os sentidos do trabalho</b>. Ensaio sobre afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.</p> <p>LESSA, Sérgio. <b>Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo</b>. São Paulo: Cortez, 2007.</p>								

10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>HIRATA, Helena. <b>Nova divisão sexual do trabalho?</b> Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.</p> <p>NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a</p> <p>PINTO, Geraldo Augusto. <b>A organização do trabalho no século 20.</b> Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. São Paulo: Expressão Popular: 2010.</p> <p>precarização. In ANNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes (orgs.). <b>O avesso do trabalho.</b> São Paulo: Expressão Popular, 2004.</p> <p>TAVARES, Maria Augusta. <b>Os fios (in)visíveis da produção capitalista:</b> informalidade e precarização. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>TEIXEIRA, Francisco José Soares (org). <b>Neoliberalismo e reestruturação produtiva:</b> as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.</p>	
Professora	Chefe do Depto. de Ensino



DEPARTAMENTO DE ENSINO

**PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

1 DISCIPLINA: SEMINÁRIO TEMÁTICO I		
Curso: Serviço Social		
Código: 09.500.22	Carga Horária: 40 h/a	Nº de Créditos: 02
Código pré-requisito: -	Semestre: 4º	
Nível: Superior		
Prof. (es) responsável (eis)	Willyana de Lima Antero	
2 EMENTA		
O debate profissional acerca da relação entre o Serviço Social e as políticas sociais setoriais: concepções, abordagens e dilemas. As formas de enfrentamento da questão social na contemporaneidade e a constituição das políticas setoriais. O exercício profissional e a dimensão técnico-operativa nas políticas sociais: competências e atribuições profissionais.		
3 OBJETIVOS		

Oportunizar ao aluno o conhecimento sobre o desenvolvimento da prática cotidiana do serviço social junto às políticas sociais setoriais. Discutir as abordagens teóricas metodológicas e práticas operativas do cotidiano profissional junto às políticas setoriais.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>UNIDADE I- Política Social, Família e Juventude</b> 1.1.O Serviço Social na Contemporaneidade; 1.2. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem- estar.		
<b>UNIDADE II- Envelhecimento e trabalho no tempo do capital</b> 2.1.Da sociedade civil ao aparelho de Estado: as novas simbioses entre público e privado na proteção social ao envelhecimento do trabalhador		
<b>UNIDADE III- Política Social de Gênero</b> 3.1.Relações de gênero e Educação para igualdade		
<b>UNIDADE IV- Política Social e democracia</b> 4.1.Estado, regulação social e controle democrático 4.2.Serviço Social e práticas democráticas		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aulas expositivas dialogadas;</li> <li>- Trabalhos e grupos de discussões;</li> <li>- Estudos Dirigidos;</li> <li>- Debates Monitorados e/ou Ciclos de Debate;</li> <li>- Realização de seminários.</li> <li>- Convidar profissional para ministrar palestra sobre a temática.</li> </ul>		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>		<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>
-		-
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
-	-	-
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
A avaliação será baseada na assiduidade, participação e desempenho dos (as) alunos (as) nos trabalhos escritos (provas, exercícios, fichamentos, elaboração de textos), exposições orais (seminários) e outras atividades acadêmicas previamente estabelecidas entre professor (a) e alunos (as). As avaliações escritas valerão 7 pontos, os outros 3 pontos serão atribuídos a participação, assiduidade e atividades desenvolvidas em sala de aula.		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
ALMEIDA, Sueli Souza de (org.). <b>Violência de gênero e política públicas</b> . Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2007.		

FAVERO, Eunice Teresinha. <b>O Serviço Social, práticas jurídicas, poder:</b> implantação e implementação do Serviço Social. São Paulo: Veras editora, 2005.	
SALES, Mione A; MATOS M.C; LEAL, Maria Cristina (orgs.). <b>Política social, família e juventude.</b> São Paulo: Cortez, 2010.	
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
TEIXEIRA, Solange Maria. <b>Envelhecimento e trabalho no tempo do capital:</b> implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.	
ABRAMO, Helena. BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.) <b>Retratos da Juventude Brasileira:</b> análises de uma Pesquisa Nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.	
LOPES, Lúcia Maria. <b>Trabalho e população em situação de rua no Brasil.</b> São Paulo: Cortez, 2009.	
SPOSATI, A. <b>Proteção social de cidadania:</b> inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. São Paulo: Cortez, 2004.	
VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (orgs.). <b>A mulher brasileira nos espaços público e privado.</b> São Paulo: Perseu Abramo, 2004.	
_____ Professora	_____ Chefe do Depto. de Ensino

**5º SEMESTRE:**



DEPARTAMENTO DE ENSINO

**PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<b>1 DISCIPLINA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL IV</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.23	<b>Carga Horária:</b> 80 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 04
<b>Código pré-requisito:</b> 09.500.17	<b>Semestre:</b> 5º	
Nível: Superior		
<b>Prof.ª Responsável</b>	Evelyne Medeiros Pereira	

<b>2 EMENTA</b>		
Influência e a hegemonia do pensamento marxista no Serviço Social e a construção da Direção Social Crítica. Transformações contemporâneas do capitalismo e o Serviço Social. As Diretrizes Curriculares e os novos rumos da profissão a partir dos anos 1990. Aproximação ao debate acerca da instrumentalidade e da categoria mediação no Serviço Social. A influência do neoconservadorismo no Serviço Social: debate da pós-modernidade e reflexos no Projeto ético político.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
Analisar e caracterizar a realidade contemporânea de forma a observar as principais implicações sob as dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica do Serviço Social, particularmente no Brasil. Articular os fundamentos do Serviço Social, do projeto de formação profissional, com a perspectiva crítico-dialética, ontológica do ser social. Conceber a profissão no processo de (re)produção da vida social, identificando seus determinantes sócio históricos e suas dimensões investigativa/interventiva. Identificar os principais desafios, tendências e perspectivas para o Serviço Social que incidem sob o projeto ético-político na atualidade.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>Unidade I – Serviço Social e a hegemonia da perspectiva marxista: o método crítico dialético e os fundamentos da profissão.</b>		
1.1. O Serviço Social no processo de (re)produção da vida social: significado sócio histórico, direção social estratégica, projeto ético-político, dimensões investigativa e interventiva da profissão.		
<b>Unidade II – Transformações societárias e o Serviço Social na contemporaneidade</b>		
2.1. Crise capitalista, mundialização da economia, capital financeiro e seus reflexos sob a profissão na realidade brasileira.		
<b>Unidade III – Serviço Social, formação profissional e projeto ético-político: temas e debates contemporâneos</b>		
3.1. Tendências contemporâneas do Serviço Social e seus rebatimentos sob o projeto ético-político profissional.		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
Aulas expositivas dialogadas; Trabalhos e grupos de discussões; Estudos Dirigidos e produção textual; Debates Monitorados e/ou Ciclos de Debate; Exibição, análise e debate sobre filmes e/ou reportagens referentes ao conteúdo da disciplina.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
-	-	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
Externa	Visitas institucionais a serem realizadas por duplas em diversos espaços sócio ocupacionais com objetivo de pesquisar e analisar as	Iguatu-Ceará e/ou cidades circunvizinhas

	expressões das transformações contemporâneas nas condições de trabalho e de formação dos/as profissionais de serviço social e suas implicações sob o projeto ético-político.	
Externa	Grupos produtivos (arranjos produtivos locais)	Iguatu-Ceará e/ou cidades circunvizinhas
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
As avaliações serão realizadas de forma processual através de atividades orais e escritas, priorizando a relação entre avaliações individuais e estudos/debates em grupo. A avaliação final levará em consideração, principalmente, assiduidade, participação e desempenho dos (as) estudantes nos trabalhos escritos (exercícios, sínteses, resenhas, provas, “estado da arte”), exposição e debates (seminários e aulas dialogadas), sendo já indicado que, ao final da disciplina, o/a estudante deverá apresentar trabalho individual de caráter dissertativo, versando sobre um item programático de livre escolha do/a aluno/a.		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
<p>HARVEY, David. <b>Condição Pós-moderna</b>. 19ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2010.</p> <p>IAMAMOTO, Marilda Villela. <b>Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social</b>. São Paulo. Cortez. 2007.</p> <p>SANTOS, Josiane Soares. <b>Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro</b>. São Paulo: Cortez, 2007.</p>		
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
<p>ABEPSS/CFESS. <b>As entidades do Serviço Social Brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político</b>. In Revista Serviço Social e Sociedade. Nº108. São Paulo. Cortez, 2011.</p> <p>CHESNAIS, François. <b>A Mundialização do Capital</b>. São Paulo. Xamã, 1996.</p> <p>IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. <b>Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica</b>. São Paulo: Cortez, 26ª. ed, 2009.</p> <p>MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. <b>O que é capital fictício e sua crise</b>. São Paulo: Brasiliense, 2009 (Coleção Primeiros Passos)</p> <p>NETTO, José Paulo. <b>Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil</b>. Revista Serviço Social e Sociedade. n.º 50. São Paulo. Cortez. 1998.</p>		
_____ Professora	_____ Chefe do Depto. de Ensino	



DEPARTAMENTO DE ENSINO

**PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<b>1 DISCIPLINA: ÉTICA PROFISSIONAL E SERVIÇO SOCIAL</b>		
Curso: Serviço Social		
Código: 09.500.26	Carga Horária: 80 h/a	Nº de Créditos: 04
Código pré-requisito: 09.500.17	Semestre: 5º	
Nível: Superior		
Prof. <sup>a</sup> Responsável	Cynthia Studart Albuquerque	
<b>2 EMENTA</b>		
Os fundamentos históricos, ontológicos da dimensão ético-moral da vida social. A construção do <i>ethos</i> profissional, significados, valores e implicações ético-políticas no exercício profissional. O projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com os projetos societários. Os Códigos de Ética no desenvolvimento da profissão: fundamentos teórico-filosóficos e direção social. O projeto ético-político e profissional: consolidação e desafios contemporâneos. Lei de regulamentação da profissão e o Código de Ética vigente.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
Apreender os fundamentos históricos e ontológicos da ética e sua relação com os parâmetros ético-políticos da profissão. Compreender os aspectos que conformam o projeto ético-político profissional. Analisar os atuais desafios éticos postos ao Serviço Social e vislumbrar estratégias coletivas para fortalecer a direção social da profissão alicerçada no projeto ético-político.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>Unidade I: Fundamentos ontológicos da ética social e profissional</b>		
1. A ética enquanto reflexão crítica dos valores humano-sociais.		
2. Os projetos societários e os projetos profissionais: 34 anos do projeto ético-político do serviço social e de enfrentamento ao conservadorismo.		
3. As dimensões constitutivas da ética profissional do/a assistente social – do conservadorismo ao projeto ético-político (os Códigos de Ética de 1947, 1965, 1975 e 1986).		
<b>Unidade II: O Projeto Ético-político do Serviço Social e os desafios éticos no trabalho profissional</b>		
1. A direção ético-política da profissão na contemporaneidade: o Código de Ética Profissional, as Diretrizes Curriculares/ABEPSS e a Lei de Regulamentação de 1993.		
2. Desafios éticos e políticos para o exercício profissional: principais resoluções e pareceres jurídico-normativos.		
3. Violações éticas e o Código processual de ética – o papel do Conjunto CFESS/CRESS.		
4. Debates sobre questões éticas e direitos humanos no cotidiano profissional do/a assistente social: internação compulsória, legalização do aborto, descriminalização dos usuários de drogas, união homoafetiva,		



redução da maior idade penal, “cura gay”, etc.		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
Aulas expositivas e dialogadas assentadas em materiais de apoio compostos por textos, leis e normatizações do exercício profissional (indicativos de leituras), recursos audiovisuais (filmes, documentários) e questões postas (matérias de jornais e/ou revistas) na atualidade que possibilitem a discussão grupal. Técnicas utilizadas: discussão grupal, pesquisas individual e grupal, estudos dirigidos, apresentação de seminário, aula de campo e visitas técnicas para pesquisa.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>		<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>
-		-
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
Externa	Aula de Campo sobre o Código Processual de Ética Profissional: fases e procedimentos	Conselho Regional de Serviço Social – Cress 3ª Região (Fortaleza)
Externa	Visitas institucionais a serem realizadas por equipes em diversos espaços ocupacionais com objetivo de pesquisar e analisar como os/as profissionais de serviço social apreendem e materializam o Código de Ética Profissional e os parâmetros normativos do Conjunto CFESS/CRESS. Instituições: CAPS, CRAS, Juizado, IFCE e Hospital Regional	Iguatu - Ceará
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
A avaliação será contínua e processual, assim, será considerada a capacidade de reflexão, apropriação, correlações entre os conteúdos e as sínteses produzidas pelos alunos. Dentre os critérios, além das notas, tem-se a presença nas aulas (mínimo 75%), a participação em sala e nas atividades propostas como trabalhos individuais e/ou em grupos e pesquisas. O processo avaliativo será composto por múltiplas atividades a serem desenvolvidas durante o semestre, tais como: prova individual, exercícios individuais e grupais, trabalhos em grupo, pesquisa de campo e seminário.		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
BARROCO, Maria Lúcia. <b>Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos</b> . 5ª ed. São Paulo. Cortez. 2007. CFESS (Org.) <b>Código de Ética Profissional e Lei de Regulamentação da Profissão</b> . Brasília: CFESS, 2011.		
NETTO, J.P. <b>A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social</b> . In Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.		
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
BRAZ, Marcelo. <b>A hegemonia em xeque: projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos</b> . Inscrita, Ano VI, p. 05-10, nov 2007.		

CFESS (Org.) **Código de Ética do/a Assistente Social – Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.  
 CFESS (Org.) **Ética em movimento**. Caderno 3. Brasília: CFESS, 2007  
 HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra 6ª ed.2000.  
 RAMOS, Samya. **A construção de Projetos Coletivos**: refletindo aspectos do Projeto Profissional do Serviço Social. In Revista Temporalis, Ano III, nº 5, 2002.

Professora	Chefe do Depto. de Ensino
------------	---------------------------



DEPARTAMENTO DE ENSINO

**PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<b>1 DISCIPLINA: PROCESSOS DE TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL</b>		
Curso: Serviço Social		
Código: 09.500.25	Carga Horária: 80 h/a	Nº de Créditos: 04
Código pré-requisito: 09.500.21	Semestre: 5º	
Nível: Superior		
Prof. <sup>a</sup> Responsável	Michele Ribeiro de Oliveira	
<b>2 EMENTA</b>		
Serviço Social e trabalho: concepções e perspectivas. Processos de trabalho e Serviço Social. A profissão na divisão social e técnica do trabalho. As transformações na esfera do trabalho: reconfigurações das relações de trabalho e rebatimentos na profissão. As particularidades institucionais, a inserção do/a Assistente Social no processo de trabalho e nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Os elementos constitutivos do processo de trabalho da profissão: teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
<i>Geral:</i> Possibilitar análise do debate sobre as concepções e perspectivas das particularidades da relação Serviço Social e trabalho, considerando o significado da profissão na sociedade capitalista e a inserção profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais, atentando para as transformações na esfera do trabalho.		
<i>Específicos:</i> Discutir as perspectivas sobre a relação do Serviço Social e trabalho; Debater as transformações no trabalho e os reflexos na profissão, atentando para formas de operacionalização		

e significado social da atividade do/a Assistente Social;  
 Refletir sobre a inserção do/a assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais;  
 Analisar a relação da inserção e atuação profissional com os aspectos teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativo.

#### 4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

**I – Unidade: Serviço Social e Trabalho: conceitos e perspectivas.**

Contextualização do debate do trabalho no Serviço Social. Debate sobre a relação Serviço Social e Trabalho. Discussão e polêmicas do Serviço Social e trabalho no marco do pensamento crítico.

**II – Unidade: Processos de trabalho e Serviço Social. A profissão na divisão social e técnica do trabalho**

Debate sobre processo de trabalho e Serviço Social. A profissão na divisão sócio-técnica do trabalho: particularidades, perspectivas e desafios.

**III – Unidade: As transformações na esfera do trabalho e as reconfigurações das relações de trabalho e seus rebatimentos na profissão.**

Transformações societárias e implicações para a profissão. Discussão sobre a crise da materialidade do Serviço Social. Rebatimentos no mercado de trabalho para o/a assistente social.

**IV – Unidade: As particularidades institucionais, a inserção do/a Assistente Social no processo de trabalho e nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Os elementos constitutivos do processo de trabalho da profissão: teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.**

A inserção do/a assistente social nas distintas áreas e espaços sócio-ocupacionais: esfera estatal, empresas capitalistas, organização não lucrativas, organização classe trabalhadora, assessoria/consultoria. Relação atuação profissional com os aspectos teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativo.

#### 5 METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialogadas. Debate em grupos. Leitura programada. Estudos dirigidos. Exposição de ideias a partir de indicação de leituras. Seminários. Atividade integrada com outras disciplinas. Visita de campo/institucional. Debate em sala de aula com a participação de profissionais assistentes sociais para debater sobre os espaços sócio-ocupacionais e o exercício profissional (atividade realizada mediante convite aos profissionais de Serviço Social).

#### 6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS

TÍTULO DA AULA	LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)
-	-

#### 7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS

TIPO (interna ou externa)	LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)	CIDADE
Externa	Espaços sócio-ocupacionais/ Programas Sociais	Juazeiro do Norte/CE
Interna	Espaços sócio-ocupacionais que dispõem de assistentes sócias.	Iguatu/CE

#### 8 AVALIAÇÃO

O processo de avaliação será constituído de duas etapas: N1 e N2. A avaliação ocorrerá através de provas, que também poderá ser associadas às atividades indicadas em sala de aula, apresentação de trabalho,

assiduidade e participação nos debates em sala de aula. Aspectos qualitativos serão considerados para aferição das notas.

N1 – prova escrita, participação em sala, entrega e apresentação de trabalhos sugeridos.

N2 – prova escrita, apresentação de seminários, trabalho escrito, participação em sala de aula.

$$MF = \frac{M1x2 + M2x3}{5} \geq 7,0$$

Para aprovação deverá obter a média final maior ou igual a 7,0. Fará prova final quem obtiver média final entre 6,9 a 3,0.

## 9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília. CFESS/ABEPSS. 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital e fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo. Cortez. 2007.

LESSA, Sérgio. **Serviço Social e Trabalho: porque o Serviço Social não é trabalho?** Macéio. EDUFAL. 2007.

## 10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, Gilmaisa M; PRÉDES, Rosa; SOUZA, Reivan. (org.). **Crise contemporânea e Serviço Social.** Macéio. EDUFAL. 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 11º ed. São Paulo. Cortez. 2007.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** 2ª ed. São Paulo. 2011.

MOTA, Ana Elizabete (org). **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social.** 3ª ed. São Paulo. Cortez. 2006.

SERRA, Rose. **A crise da materialidade do Serviço Social: repercussões no mercado de trabalho.** 3 ed. São Paulo.

Professora	Chefe do Depto. de Ensino
------------	---------------------------



DEPARTAMENTO DE ENSINO

## PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

### 1 DISCIPLINA: PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL I

Curso: Serviço Social

Código: 09.500.24

Carga Horária: 80 h/a

Nº de Créditos: 04

<b>Código pré-requisito:</b>	-	<b>Semestre:</b> 5º
<b>Nível:</b> Superior		
<b>Prof.ª Responsável</b>	Aparecida dos Santos / Adriana Alves	
<b>2 EMENTA</b>		
Produção do conhecimento, ciência e senso comum. Abordagens, perspectivas metodológicas e técnicas na pesquisa social. A relação sujeito e objeto a partir do método histórico-dialético. O mito da neutralidade científica. Natureza e tipos de pesquisa: qualitativa e quantitativa. A função da pesquisa na produção do conhecimento nas Ciências Sociais. O Serviço Social como área de produção do conhecimento: a dimensão investigativa da profissão.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
Apreender os aspectos introdutórios da pesquisa social, suas principais abordagens e técnicas. Conhecer a dimensão investigativa do Serviço Social e as diversas formas de desenvolver a pesquisa como parte integrante do exercício profissional a partir da realidade social.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>Unidade I</b> – A produção de conhecimento nas ciências humanas		
<b>Unidade II</b> – Abordagens metodológicas e técnicas de pesquisa quanti-qualitativas		
<b>Unidade III</b> – A importância da dimensão investigativa para o exercício profissional do Serviço Social		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
Os conteúdos programáticos serão trabalhados através de aula expositiva com exibição de slides, seguida de debate. Os recursos pedagógicos utilizados serão projetor (Datashow), pincéis e quadro branco.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
Exercício exploratório de campo uma tema escolhido com utilização de técnicas de pesquisa	-	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
-	-	-
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
A avaliação será contínua e processual, assim, será considerada a capacidade de reflexão, apropriação, correlações entre os conteúdos ministrados e as sínteses produzidas pelos alunos. Dentre os critérios, além das notas, tem-se a presença nas aulas (mínimo 75%), a participação em sala e nas atividades propostas como trabalhos individuais e/ou em grupos e pesquisas. O processo avaliativo será composto por múltiplas atividades a serem desenvolvidas durante o semestre, tais como: prova individual, exercícios individuais e grupais, trabalhos em grupo, pesquisa de campo e seminário.		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		

<p>GUERRA, Yolanda. <b>A dimensão investigativa no exercício profissional</b>. IN Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). <b>Pesquisa Social: teoria, método e criatividade</b>. 31ª ed. Rio de Janeiro: Vozes: 2012</p> <p>KOSIK, Karel. <b>A dialética do Concreto</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.</p>	
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>MARTINELLI, Maria Lúcia. (org.). Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.</p> <p>MINAYO, C. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2010.</p> <p>NETTO, José Paulo Netto. Introdução ao Estudo do Método em Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.</p> <p>RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São paulo: Atlas, 2007.</p> <p>TRIVIÑOS, Augusto N. S. <b>Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais</b>. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.</p>	
_____ Professora	_____ Chefe do Depto. de Ensino



DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

<b>1 DISCIPLINA: CAPITALISMO E QUESTÃO REGIONAL</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.27	<b>Carga Horária:</b> 40 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 02
<b>Código pré-requisito:</b> 09.500.15	<b>Semestre:</b> 5º	
Nível: Superior		
<b>Prof.ª Responsável</b>		-
<b>2 EMENTA</b>		
<p>A dinâmica capitalista na formação do nordeste brasileiro: o movimento de concentração/ centralização do capital na conformação das desigualdades regionais. Estado, classes sociais e a (nova) divisão social e territorial do trabalho no Nordeste. A questão social como estratégia de análise das particularidades regionais: a relação campo/cidade. Expressões da questão social e as formas de enfrentamento pelos sujeitos sociais na realidade cearense.</p>		

<b>3 OBJETIVOS</b>		
Compreender os aspectos que caracterizam a formação do Nordeste a partir da configuração do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro. Aprender as particularidades da questão social a partir da realidade do Nordeste, especialmente, do Ceará.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>I Unidade:</b> Desigualdades regionais e desenvolvimento capitalista no Brasil: a formação do Nordeste brasileiro		
<b>II Unidade:</b> Estado, classes sociais e a (nova) divisão social e territorial do trabalho: a realidade cearense.		
<b>III Unidade:</b> Questão social, suas expressões e formas de enfrentamento na realidade regional: questão agrária e urbana.		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
Aulas expositivas dialogadas; Trabalhos e grupos de discussões; Estudos Dirigidos e produção textual; Debates Monitorados e/ou Ciclos de Debate; Exibição, análise e debate sobre filmes e/ou reportagens referentes ao conteúdo da disciplina.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
-	-	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
-	-	-
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
As avaliações serão realizadas de forma processual através de atividades orais e escritas, priorizando a relação entre avaliações individuais e estudos/debates em grupo. A avaliação final levará em consideração, principalmente, assiduidade, participação e desempenho dos (as) estudantes nos trabalhos escritos (exercícios, sínteses, resenhas, provas, “estado da arte”), exposição e debates (seminários e aulas dialogadas), sendo já indicado que, ao final da disciplina, o/a estudante deverá apresentar trabalho individual de caráter dissertativo, versando sobre um item programático de livre escolha do/a aluno/a.		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
ANDRADE, M. C. de. <b>Estado, capital e industrialização do Nordeste</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 1981. OLIVEIRA, Francisco. <b>Elegia para uma re(li)gião</b> : Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. São Paulo: Boitempo, 2008. SOUZA, Simone de. <b>Uma nova história do Ceará</b> . Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.		
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
FARIAS, Airton de. <b>História do Ceará</b> : dos índios a geração Cambeba. Fortaleza: Tropical, 1997. MARANHÃO, Sílvio (org.). <b>A questão Nordeste</b> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. NOBRE, Maria Cristina de Queiroz; COSTILLA, L.F.O. <b>Dominação e Hegemonia Burguesa na transnacionalização do capital: o Ceará na “Era Tasso”</b> . Fortaleza: EdUECE, 2012.		

OLIVEIRA, Francisco. <b>Crítica à razão dualista: O ornitorrinco.</b> São Paulo: Boitempo, 2003	
SPOSITO, Eliseu S.; SPOSITO, M. Encarnação B.; SOBARZO, Oscar.(Org.). <b>Cidades médias:</b> produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.	
STEDILE, João Pedro (org). <b>A questão agrária no Brasil.</b> São Paulo: Expressão Popular, 2006	
Professora	Chefe do Depto. de Ensino



## DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

<b>1 DISCIPLINA: SEMINÁRIOS TEMÁTICOS II</b>		
Curso: Serviço Social		
Código: 09.500.28	Carga Horária: 40 h/a	Nº de Créditos: 02
Código pré-requisito: -	Semestre: 5º	
Nível: Superior		
Prof. <sup>a</sup> Responsável		-
<b>2 EMENTA</b>		
Debate contemporâneo do Serviço Social: cultura profissional, neoconservadorismo e exercício profissional. Tendências contemporâneas do Serviço Social: formação profissional; projetos profissionais e projetos societários e desafios para a profissão. Diretrizes Curriculares e seus referenciais teórico-metodológicos: polêmicas e desafio. Dimensões interventiva e investigativa e a produção do conhecimento no/pelo Serviço Social.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
GERAL: Compreender as tendências contemporâneas do Serviço Social considerando o debate sobre a cultura profissional, neoconservadorismo e exercício profissional.		
ESPECÍFICOS: - Estudar o debate sobre a cultura profissional do Serviço Social, aspectos sociohistóricos e contemporâneos da profissão; - Discutir os reflexos do neoconservadorismo no Serviço Social na atualidade; - Debater a sociabilidade burguesa e os reflexos no exercício profissional.		



#### 4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### **I Unidade: Debate contemporâneo do Serviço Social: Cultura profissional, neoconservadorismo e exercício profissional.**

Debate sobre os fundamentos teóricos no Serviço Social: tradição marxista e perspectivas pós-modernas. Cultura profissional: dimensões: teórica, ética, política e interventiva. Debate do neoconservadorismo: dimensões teóricas e interventivas do Serviço Social. Determinações históricas, estruturais e conjunturais na profissão.

##### **II Unidade: Tendências contemporâneas do Serviço Social: formação profissional; projetos profissionais e projetos societários e desafios para a profissão.**

Formação profissional na atualidade: desafios e polêmicas sobre a implementação das Diretrizes Curriculares. Debate sobre projetos societários e os projetos profissionais em disputa pela hegemonia. Formação profissional na atual lógica do capital: exercício profissional e implicações na dimensão teórica, ético-político e interventiva.

##### **III Unidade: Dimensões interventiva e investigativa e a produção do conhecimento no/pelo Serviço Social.**

Tendências da produção do conhecimento no/pelo Serviço Social. A importância da dimensão investigativa na produção do conhecimento. Conhecimento da realidade, produção do conhecimento e perspectiva materialista-dialética.

#### 5 METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialogadas. Debate em grupos. Leitura dirigida. Estudos dirigidos. Exibição de filmes/documentários relacionados às discussões da disciplina. Exposição de ideias a partir de indicação de leituras/filmes. Seminários. Atividade integrada com outras disciplinas. Visita de campo/institucional.

#### 6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS

TÍTULO DA AULA	LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)
-	-

#### 7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS

TIPO (interna ou externa)	LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)	CIDADE
Externa	Instituições públicas e/ou privadas	Iguatu/cidades circunvizinhas

#### 8 AVALIAÇÃO

O processo de avaliação será constituído de duas etapas: N1 e N2. A avaliação ocorrerá através de provas, que também poderá ser associadas às atividades indicadas em sala de aula, apresentação de trabalho, assiduidade e participação nos debates em sala de aula. Aspectos qualitativos serão considerados para aferição das notas.

N1 – prova escrita, participação em sala, entrega e apresentação de trabalhos sugeridos.

N2 – prova escrita, apresentação de seminários, trabalho escrito, participação em sala de aula.

$$MF = \frac{M1x2 + M2x3}{5} \geq 7,0$$

Para aprovação deverá obter a média final maior ou igual a 7,0. Fará prova final quem obtiver média final entre 6,9 a 3,0.

## 9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOMES, Cláudia. **Em busca do consenso:** realidade democrática e afirmação de direitos. tendências contemporâneas no Serviço Social. Rio de Janeiro. Lumen Juris. 2013.

GUERRA, Yolanda; LEITE, Janete Luzia; ORTIZ, Fátima Grave (org.). **Temas contemporâneos:** o Serviço Social em foco. São Paulo. Outras Expressões. 2013.

SILVA, José Fernando Siqueira da; SANT'ANA, Raquel Santos; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Sociabilidade burguesa e Serviço Social.** Rio de Janeiro. Lumen Juris. 2013.

## 10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social:** sobre o processo de implementação. Revista Temporalis: ABEPSS, n.14, 2008.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado:** do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

MOTA, Ana Elizabete. **Las condiciones del contexto latinoamericano y las demandas del mismo a la profesión (trabajo social) desde las dimensiones teóricas, metodológicas, éticas y políticas.** (texto mimeo, 2009)

SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACHX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social:** desafios contemporâneos. Juiz de Fora. Editora UFJF. 2012.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social:** diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013.

Professor(a)

Chefe do Depto. de Ensino

## 6º SEMESTRE:



### DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

#### 1 DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Curso: Serviço Social

Código: 09.500.33

Carga Horária: 80 h/a

Nº de Créditos: 04

Código pré-requisito: 09.500.23 + 09.500.26

Semestre: 6º

<b>Nível:</b> Superior		
<b>Profª. Responsável</b> Cynthia Studart Albuquerque		
<b>2 EMENTA</b>		
O estágio curricular supervisionado e os desafios contemporâneos para a formação profissional. Contextualização da política e análise da dinâmica institucional e sua relação com o exercício profissional do/a Assistente Social. Elaboração do plano de estágio. As expressões da questão social no contexto institucional e as estratégias de enfrentamento presentes no cotidiano profissional. Reflexão acerca das demandas e da prática profissional: demanda e competências do Serviço Social. Elaboração do projeto de intervenção. Construção do relatório de avaliação do estágio.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
Refletir sobre os desafios contemporâneos da formação de do trabalho profissional; Realizar análise institucional do campo de estágio no sentido de subsidiar a elaboração do plano de estágio; Identificar as demandas e competências profissionais no âmbito das políticas públicas; Elaborar o projeto de intervenção como instrumento de síntese da relação teoria e prática.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>Unidade I – O Estágio Curricular e o Projeto de Formação Profissional: instrumento de defesa do Projeto Ético-político</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trabalho e Formação Profissional e os desafios atuais para o/a assistente social;</li> <li>- Diretrizes Curriculares da ABEPSS;</li> <li>- O Estágio Curricular: desafios para formação e exercício profissional (PNE, Política de Estágio do IFCE, Resolução CFESS 533/2008);</li> <li>- Análise institucional e a documentação no cotidiano de trabalho do assistente social: diário de campo e plano de estágio;</li> </ul>		
<b>Unidade II - As expressões da questão social no contexto institucional e as estratégias de enfrentamento presentes no cotidiano profissional</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Demandas e competências profissionais do assistente social: dimensões do processo de supervisão do estágio;</li> <li>- Competências e atribuições privativas do assistente social;</li> <li>- Elaboração do Projeto de Intervenção: diagnóstico e planejamento da ação profissional.</li> </ul>		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
Aulas expositivas e dialogadas sobre a formação e o exercício profissional a partir da experiência de estágio. Técnicas utilizadas: discussão grupal, pesquisas individual e grupal, estudos dirigidos, análise institucional, elaboração do plano de estágio e do projeto de intervenção profissional e ciclo de debates sobre a atuação do/a assistente social nos espaços ocupacionais.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
-	-	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>

-	-	-
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
<p>A avaliação será contínua e processual, assim, será considerada a capacidade de reflexão, apropriação, correlações entre os conteúdos ministrados e as sínteses produzidas pelos alunos acerca da relação teoria e prática. Dentre os critérios, além das notas, tem-se a presença nas aulas (mínimo 75%), a participação em sala, frequência no estágio e nas atividades planejadas no plano de estágio. O processo avaliativo será composto por múltiplas atividades a serem desenvolvidas durante o semestre, tais como: exercícios individuais e grupais, visitas de supervisão acadêmica, reuniões com a supervisora de campo, projeto de intervenção e relatório de estágio A avaliação será conjunta entre supervisão acadêmica e supervisão de campo.</p>		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
<p>IAMAMOTO, Marilda. <b>A formação profissional na contemporaneidade</b>. In: O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.          KOIKE, Maria Marieta. <b>Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais</b>. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UNB, 2009.          LEWGOY, Alzira. <b>Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional</b>. São Paulo: Cortez, 2010.</p>		
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
<p>BURIOLLA, M.A.F. <b>Supervisão e Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis</b>. São Paulo: Cortez, 1996.          CURRY, Thereza Christina Holl Cury. <b>Elaboração de projetos sociais</b>. In: Gestão de projetos sociais. 3ª edição. Revista AAPCS. São Paulo: AAPCS, 2001.          FALEIROS, Vicente de Paula. <b>Saber profissional e poder institucional</b>. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2008.          FOUCAULT, Michel. <b>Microfísica do poder</b>. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2008.          SANTOS, Claudia Mônica; ABREU, Maria Helena Elpidio. <b>A Formação Profissional do Assistente Social: a implantação da Política Nacional de Estágio (PNE) como instrumento de defesa da qualidade do ensino</b>. 2011. Disponível em: <a href="http://200.16.30.67/~valeria/xxseminario/datos/1/1br_abreu_santos_stamp.pdf">http://200.16.30.67/~valeria/xxseminario/datos/1/1br_abreu_santos_stamp.pdf</a> Acesso em: 30/06/2013.</p>		
_____ Professora	_____ Chefe do Depto. de Ensino	

**DEPARTAMENTO DE ENSINO**

**PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<b>1 DISCIPLINA: RELAÇÕES DE GÊNERO, CLASSE E ETNIA</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.31	<b>Carga Horária:</b> 80 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 04
<b>Código pré-requisito:</b> -	<b>Semestre:</b> 6º	
Nível: Superior		
<b>Prof.<sup>a</sup> Responsável</b>	-	
<b>2 EMENTA</b>		
<p>Conceito de gênero, raça e etnia: enfoques teóricos e históricos. Patriarcado, papéis sociais e relações de poder. Divisão social do trabalho e questão social: uma análise das relações de classe, gênero, raça e etnia. As particularidades das relações de gênero, raça e etnia na formação das classes no Brasil. Debate sobre preconceito e discriminação de gênero e étnico-racial na sociedade brasileira. Lutas sociais e organizações políticas: movimento feminista e negro. Políticas sociais, gênero, raça e etnia: transformações societárias e tendências contemporâneas.</p>		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
<p>GERAL: Analisar as relações sociais de gênero, classe e raça, enfatizando essas relações na sociedade capitalista e suas particularidades na realidade brasileira.</p> <p>ESPECÍFICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudar o conceito de gênero e de patriarcado;</li> <li>- Debater sobre o feminismo, movimento político importante para desconstrução da naturalização das desigualdades entre os sexos e na luta pelo reconhecimento de direitos e cidadania da mulher;</li> <li>- Discutir os fundamentos da concepção de raça e do racismo, considerando os elementos como escravidão e preconceito;</li> <li>- Debater sobre o movimento negro no Brasil, resistência e luta por direitos e cidadania;</li> <li>- Refletir sobre a relação entre classe, gênero e raça na sociedade contemporânea;</li> <li>- Estudar as políticas sociais de recorte de gênero no Brasil;</li> <li>- Debater sobre as políticas afirmativas – cotas para negros/as na atualidade.</li> </ul>		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<p><b>I Unidade: Conceito de gênero, raça e etnia: enfoques teóricos e históricos.</b> Gênero: categoria de análise e explicação. Debate sobre o conceito de gênero e politização da luta das mulheres. Debate sobre o patriarcado e sua influência nas relações sociais de gênero. Divisão da classe em raças. Abordagens sobre o fenômeno do racismo.</p>		

**II Unidade: Divisão social do trabalho e “questão social”: uma análise das relações de classe, gênero, raça e etnia.**

Divisão social e sexual do trabalho. Atualidade do patriarcado e racismo na sociedade capitalista. Alienação e exploração.

**III Unidade: As particularidades das relações de gênero, raça e etnia na formação das classes no Brasil.**

Formação sóciohistórica e relações de classe, gênero e etnicorracial. Relações sociais de gênero e raça como expressão da “questão social” no Brasil. As mulheres na realidade brasileira: divisão sexual do trabalho, patriarcado, violência, preconceito e discriminação. Racismo no Brasil: escravidão, preconceito, discriminação, divisão social do trabalho e violência.

**IV Unidade: Políticas sociais, gênero, raça e etnia: transformações societárias e tendências contemporâneas.**

Tendências das políticas sociais na atualidade com enfoque de gênero. Perspectivas familistas e com reforço as “atribuições” da mulher mãe/cuidadora nas políticas sociais. Debate sobre o discurso do empoderamento das mulheres. Debate sobre as políticas afirmativas de cotas para negros/as no Brasil. Movimentos feministas e de negros/as: resistência e luta por direitos.

**5 METODOLOGIA DE ENSINO**

Aulas expositivas e dialogadas. Debate em grupos. Leitura dirigida. Estudos dirigidos. Exibição de filmes/documentários relacionados às discussões da disciplina. Exposição de ideias a partir de indicação de leituras/filmes. Seminários. Atividade integrada com outras disciplinas. Visita de campo/institucional.

**6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS**

TÍTULO DA AULA	LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)
-	-

**7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS**

TIPO (interna ou externa)	LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)	CIDADE
Externa	Instituições públicas e/ou privadas – Movimentos Sociais	Iguatu/cidades vizinhas

**8 AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação será constituído de duas etapas: N1 e N2. A avaliação ocorrerá através de provas, que também poderá ser associadas às atividades indicadas em sala de aula, apresentação de trabalho, assiduidade e participação nos debates em sala de aula. Aspectos qualitativos serão considerados para aferição das notas.

N1 – prova escrita, participação em sala, entrega e apresentação de trabalhos sugeridos.

N2 – prova escrita, apresentação de seminários, trabalho escrito, participação em sala de aula.

$$MF = \frac{M1x2 + M2x3}{5} \geq 7,0$$

Para aprovação deverá obter a média final maior ou igual a 7,0. Fará prova final quem obtiver média final entre 6,9 a 3,0.

**9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo. Brasiliense. 2004.

PINTO, Cecília Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 2004.  
 SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 2004.

**10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo. FCC. Ed. 34. 2002.  
 FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. vol. 1 e 2. São Paulo: Globo, 2008.  
 HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?: um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo. Boitempo. 2002.  
 PATEMAN, Carole. **O contrato social**. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1993.  
 SILVA, Uelber Barbosa. **Racismo e alienação: uma aproximação à base ontológica da temática racial**. São Paulo. Instituto Lukács. 2012.

Professor(a)	Chefe do Depto. de Ensino
--------------	---------------------------



**DEPARTAMENTO DE ENSINO**

**PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<b>1 DISCIPLINA: PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL II</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.29	<b>Carga Horária:</b> 80 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 04
<b>Código pré-requisito:</b> 09.500.24	<b>Semestre:</b> 6º	
Nível: Superior		
<b>Prof.ª Responsável</b>	Evelyne Medeiros Pereira	
<b>2 EMENTA</b>		
A produção do conhecimento no âmbito do Serviço Social. Construção do projeto de pesquisa: definição do objeto, do método e da metodologia; relevância da temática; elaboração de instrumental; identificação dos sujeitos centrais; procedimentos de sistematização dos dados quali e quantitativos. Apresentação do anteprojeto de pesquisa.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		

Refletir sobre a importância da articulação entre a dimensão interventiva e investigativa do Serviço Social. Conhecer o processo de elaboração científica próprio da pesquisa social. Elaborar o anteprojeto de pesquisa.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>Unidade I – Pesquisa e Serviço Social: a questão do método, implicações éticas e enfrentamentos políticos</b>		
1.1. A perspectiva teórico-metodológica: relação sujeito e objeto; teoria e prática		
1.2. A relação entre a dimensão investigativa e interventiva da profissão: a produção do conhecimento no âmbito do Serviço Social		
<b>Unidade II – O (ante)Projeto de Pesquisa</b>		
2.1. A construção do projeto de pesquisa: escolha do tema; definição do objeto; justificativa; problematização; referencial teórico; metodologia; cronograma; orçamento.		
<b>Unidade III - Orientação para elaboração do (ante)Projeto de Pesquisa</b>		
3.1. Elaboração do Projeto de Pesquisa Acadêmica		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
- Aulas expositivas dialogadas; - Trabalhos individuais e grupos de discussões; - Pesquisa preliminar; - Orientações Grupais e individuais.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
-	-	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
-	-	-
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
As avaliações serão realizadas de forma processual através de atividades orais e escritas. A avaliação final levará em consideração, principalmente, assiduidade, participação e desempenho dos (as) estudantes nos trabalhos escritos (provas e anteprojeto de pesquisa).		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
ALCOFORADO, Mirtes Guedes. <b>Elaboração de projetos de pesquisa</b> . In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.		
GIL, Antônio Carlos. <b>Como elaborar projetos de pesquisa</b> . São Paulo: Ed. Atlas, 4ª ed., 2002.		
SETUBAL, Aglair Alencar. <b>Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade</b> . São Paulo: Cortez, 1995.		
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
BAPTISTA, Myrian Veras. <b>A investigação em serviço social</b> . São Paulo: Ed. Veras, 2006.		
BARROCO, Maria Lúcia. <b>Serviço Social e Pesquisa: implicações éticas e enfrentamentos políticos</b> . In Revista Temporalis, ano IX, nº 17. Brasília: ABEPSS, 2009.		
MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). <b>Pesquisa Social: teoria, método e criatividade</b> . 31ª ed. Rio de		



Janeiro: Vozes: 2012  
 SORIANO, Raúl Rojas. **Manual de Pesquisa Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.  
 TAVARES, Maria Augusta. **A pesquisa no Serviço Social: a propósito de método**. In Revista Temporalis, ano 10, nº 19. Brasília: ABEPSS, 2010.

Professora	Chefe do Depto. de Ensino
------------	---------------------------



DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

<b>1 DISCIPLINA: SERVIÇO SOCIAL E INSTRUMENTALIDADE</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.30	<b>Carga Horária:</b> 80 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 04
<b>Código pré-requisito:</b> 09.500.23	<b>Semestre:</b> 6º	
Nível: Superior		
<b>Prof.ª Responsável</b>	Michele Ribeiro de Oliveira	
<b>2 EMENTA</b>		
<p>Debate teórico-conceitual sobre instrumentalidade no Serviço Social. A instrumentalidade no Serviço Social: totalidade, contradição e mediação. Cotidiano e exercício profissional. A intencionalidade da ação do/a assistente social. Debate sobre o instrumental técnico -operativo do Serviço Social. Instrumentos e técnicas do Serviço Social. Estratégias e metodologia da prática profissional nos processos: execução, gestão, avaliação e político-organizativos.</p>		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
<p><i>Geral:</i>          Possibilitar o debate teórico-conceitual sobre a instrumentalidade no Serviço Social, compreendendo a relação teoria e prática no exercício profissional e o significado do instrumental técnico-operativo na profissão.</p> <p><i>Específicos:</i>          Debater o significado e conceito de instrumentalidade do Serviço Social;          Discutir a categoria mediação, totalidade e contradição para/no exercício profissional;          Analisar a categoria cotidiano e sua relação no exercício profissional;          Analisar a relação teoria e prática no exercício profissional;</p>		

<p>Relacionar as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativo para o exercício profissional;          Refletir sobre a instrumentalidade e o aspecto instrumental técnico-operativo do Serviço Social;          Discutir os instrumentos técnico-operativos no Serviço Social.</p>		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<p><b>I Unidade – Debate teórico-conceitual sobre instrumentalidade no Serviço Social.</b>          Contextualização sócio-histórico do debate da instrumentalidade no Serviço Social. Debate sobre categoria trabalho e sua relação com a instrumentalidade do Serviço Social. Serviço Social na dinâmica da sociedade capitalista: significado e apreensão da intervenção profissional.</p>		
<p><b>II Unidade – A instrumentalidade no Serviço Social: totalidade, contradição e mediação.</b>          Analisar a categoria da totalidade social, contradição e mediação. Debater a compreensão e importância da mediação no/para o exercício profissional: universalidade, particularidade e singularidade.</p>		
<p><b>III Unidade – Cotidiano e exercício profissional.</b>          Debater a categoria cotidiano. Apreender o cotidiano no exercício profissional: análise da realidade concreta, superação da superficialidade e imediatividade. A relação teoria e prática. Exercício profissional e direção social. A intencionalidade da ação do/a assistente social.</p>		
<p><b>IV Unidade – Debate sobre o instrumental técnico-operativo do Serviço Social</b>          Instrumentos e técnicas do Serviço Social: entrevista; visita domiciliar; diagnóstico social; investigação; laudo, estudo e parecer social. Estratégias e metodologia da prática profissional nos processos: execução, gestão, avaliação e político-organizativos.</p>		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
<p>Aulas expositivas e dialogadas. Debate em grupos. Leitura programada. Estudos dirigidos. Exposição de ideias a partir de indicação de leituras. Seminários. Atividade integrada com outras disciplinas. Visita de campo. Debate em sala de aula com a participação de profissionais assistentes sociais para debater sobre os espaços sócio-ocupacionais e o exercício profissional (atividade realizada mediante convite aos profissionais de Serviço Social).</p>		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>		<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>
-		-
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
Externa	Espaços sócio-ocupacionais: Programa Social de Habitação/ Programas Sociais	Juazeiro do Norte/CE
Interna	Espaços sócio-ocupacionais que dispõem de assistentes sócias.	Iguatu/CE
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
<p>O processo de avaliação será constituído de duas etapas: N1 e N2. A avaliação ocorrerá através de provas, que também poderá ser associadas às atividades indicadas em sala de aula, apresentação de trabalho,</p>		

assiduidade e participação nos debates em sala de aula. Aspectos qualitativos serão considerados para aferição das notas.

N1 – prova escrita, participação em sala, entrega e apresentação de trabalhos sugeridos.

N2 – prova escrita, apresentação de seminários, trabalho escrito, participação em sala de aula.

$$MF = \frac{M1x2 + M2x3}{5} \geq 7,0$$

Para aprovação deverá obter a média final maior ou igual a 7,0. Fará prova final quem obtiver média final entre 6,9 a 3,0.

## 9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 6ª ed. São Paulo. Cortez. 2007.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. 4ª ed. São Paulo. Cortez. 2007.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACHX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora. Editora UFJF. 2012.

## 10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAPTISTA, Myrian Veras (org). **A prática profissional do Assistente Social: teoria, ação e construção do conhecimento**. v.1. São Paulo. Veras Editora. 2009.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 6ª ed. São Paulo. Cortez. 2005.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (org.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro. Juris Lumen. 2010.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo. Paz e Terra. 2004.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro. Editora Lumen Juris. 2011.

Professora	Chefe do Depto. de Ensino
------------	---------------------------



DEPARTAMENTO DE ENSINO

## PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

### 1 DISCIPLINA: SEGURIDADE SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

Curso: Serviço Social

Código: 09.500.32

Carga Horária: 80 h/a

Nº de Créditos: 04

Código pré-requisito: -

Semestre: 6º

<b>Nível:</b> Superior
<b>Prof. (es) Responsável (eis)</b> Aparecida dos Santos / Adriana Alves
<b>2 EMENTA</b>
A construção da Seguridade Social no Brasil: conceitos e perspectivas a partir dos modelos europeu e norte-americano. O sistema de Seguridade Social na Constituição de 1988 como uma política de direito: gestão, financiamento e controle democrático. Contextualização sócio-histórica, natureza, conceitos, princípios e diretrizes das políticas de assistência social, saúde e previdência social. Contrarreforma do Estado e os impactos na Seguridade Social brasileira. Tendências da Seguridade Social na atualidade. Serviço Social e Seguridade Social: inserção, limites e possibilidades do exercício profissional.
<b>3 OBJETIVOS</b>
Entender, analisar e instrumentalizar as políticas públicas no âmbito da seguridade social em suas amplas dimensões: gestão, financiamento, controle democrático, diretrizes, princípios, etc.
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<p><b>Unidade I – Seguridade Social: Sistema de Proteção Social.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção histórica da seguridade brasileira;</li> <li>• Concepções, princípios e modelos de proteção social;</li> <li>• “Crise” da Seguridade Social;</li> <li>• Financiamento;</li> <li>• Aspectos normativos-legais;</li> </ul> <p><b>Unidade II – Assistência Social.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Trajetória da Assistência Social;</li> <li>• Assistência Social no Brasil: concepção, gestão, financiamento e controle social;</li> <li>• Sistema Único de Assistência Social (SUAS);</li> <li>• Aspectos normativos-legais;</li> <li>• O trabalho do/a assistente social na assistência social: limites e possibilidades.</li> </ul> <p><b>Unidade III – Saúde.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema Único de Saúde e seu caráter universalizante;</li> <li>• Saúde pública no Brasil e o SUS: concepção, gestão, financiamento e controle social;</li> <li>• Aspectos normativos-legais;</li> <li>• O trabalho do/a assistente social na saúde: limites e possibilidades.</li> </ul> <p><b>Unidade IV – Previdência Social.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema contributivo e padrão de proteção ao trabalhador;</li> <li>• Previdência Social no Brasil: concepção, gestão, financiamento e controle social;</li> <li>• Aspectos normativos-legais;</li> <li>• O trabalho do/a assistente social na previdência: limites e possibilidades</li> </ul>
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>
Aulas expositivas e dialogadas assentadas em materiais de apoio compostos por textos, leis e normatizações da seguridade social (indicativos de leituras), recursos audiovisuais (filmes, documentários) e questões postas (matérias de jornais e/ou revistas) na atualidade que possibilitem a discussão grupal. Técnicas utilizadas: discussão grupal, pesquisas individual e grupal, estudos dirigidos, apresentação de seminário e ciclo de debates sobre a atuação do/a assistente social na previdência, saúde e assistência social.

<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
03 aulas-debate com profissionais das áreas da saúde, assistência social e previdência social	IFCE	
Participação na Conferência Municipal de Assistência Social	-	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
Externa	03 Visitas institucionais a serem realizadas por equipes nas instituições da rede de proteção social (saúde, previdência e assistência social) com objetivo de pesquisar e analisar a política na seguridade social: limites e possibilidades.	Iguatu/Ceará
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
<p>A avaliação será contínua e processual, assim, será considerada a capacidade de reflexão, apropriação, correlações entre os conteúdos ministrados e as sínteses produzidas pelos alunos. Dentre os critérios, além das notas, tem-se a presença nas aulas (mínimo 75%), a participação em sala e nas atividades propostas como trabalhos individuais e/ou em grupos e pesquisas. O processo avaliativo será composto por múltiplas atividades a serem desenvolvidas durante o semestre, tais como: prova individual, exercícios individuais e grupais, trabalhos em grupo, pesquisa de campo e seminário.</p> <p>1ª. Nota – Avaliação escrita</p> <p>2ª. Nota – Pesquisa de Campo (03 visitas institucionais) e socialização dos resultados</p>		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
<p>MOTA, Ana Elisabete [et al...]. <b>Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional</b>. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>MOTA, Ana Elisabete. <b>O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade</b>. 4ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2010.</p> <p>SILVA, Maria Lúcia Lopes da. <b>Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização</b>. São Paulo: Cortez Editora, 2012.</p>		
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
<p>BOSCHETTI, Ivanete. <b>Seguridade Social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência</b>. Brasília. Letras Livres. Editora da UnB. 2006.</p> <p>MOTA, Ana Elisabete. <b>Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90</b>. 6ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2011.</p> <p>SALVADOR, Evilásio. <b>Fundo público e seguridade social no Brasil</b>. São Paulo. Cortez. 2010.</p> <p>SILVA, Ademir Alves. <b>A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado</b>. 2ª ed. São Paulo. Cortez. 2009.</p> <p>SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. <b>Modelo Brasileiro de Proteção Social Não Contributiva: concepções fundantes</b>. In SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. <b>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Concepção e Gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil</b>. Brasília: MDS;</p>		

UNESCO, 2009.	
Professora	Chefe do Depto. de Ensino

**7º SEMESTRE:**



DEPARTAMENTO DE ENSINO

**PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<b>1 DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO II</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.35	<b>Carga Horária:</b> 80 h/a	<b>Nº Créditos:</b> 04
<b>Código pré-requisito:</b> 09.500.33	<b>Semestre:</b> 7º	
Nível: Superior		
<b>Prof. (es) responsável (eis)</b>		-
<b>2 EMENTA</b>		
Acompanhamento da execução do Projeto de Intervenção e do Plano de Estágio. Problematização, sistematização e socialização das experiências. Articulação entre as dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica no ensino da prática profissional. Relatório avaliativo do estágio e do projeto de intervenção.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
Acompanhar a execução do Projeto de Intervenção elaborado do Estágio I; Problematizar e socializar as experiências no campo de estágio; Compreensão acerca das três dimensões da prática profissional do/a assistente social: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>Unidade I</b>		
-Elaboração do Plano de estágio;		

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliação de Projetos Sociais;</li> <li>- Acompanhamento dos campos de estágio.</li> </ul> <p><b>Unidade II</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- As três dimensões do trabalho do/a assistente social: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa;</li> <li>- Acompanhamento e avaliação dos projetos de intervenção;</li> <li>- Relatório final de estágio.</li> </ul>		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
<p>Aulas expositivas e dialogadas sobre a formação e o exercício profissional a partir da experiência de estágio. Técnicas utilizadas: discussão grupal, pesquisas individual e grupal, estudos dirigidos, elaboração do plano de estágio, acompanhamento e avaliação do projeto de intervenção profissional, e ciclo de debates sobre a atuação do/a assistente social nos espaços ocupacionais.</p>		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
-	-	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
-	-	-
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
<p>A avaliação será contínua e processual, assim, será considerada a capacidade de reflexão, apropriação, correlações entre os conteúdos debatidos e as sínteses produzidas pelos alunos acerca da experiência de estágio. Dentre os critérios, além das notas, tem-se a presença nas aulas (mínimo 75%), a participação em sala, frequência no estágio e nas atividades planejadas no plano de estágio. O processo avaliativo será composto por múltiplas atividades a serem desenvolvidas durante o semestre, tais como: exercícios individuais e grupais, visitas de supervisão acadêmica, reuniões com a supervisora de campo, projeto de intervenção e relatório de estágio. A avaliação será conjunta entre supervisão acadêmica e supervisão de campo.</p>		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
<p>COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. <b>Avaliação de projetos sociais</b>. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.  FALEIROS, Vicente de Paula. <b>Estratégias em serviço social</b>. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.  LEWGOY, Alzira Maria Batista. <b>Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional</b>. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p>		
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
<p>BARROCO, Maria Lucia Silva. <b>Ética: fundamentos sócio-históricos</b>. São Paulo: Cortez, 2008.  CFESS. <b>Legislação e resoluções sobre o Trabalho do/a Assistente Social</b>. Brasília: CFESS, 2011.  FALEIROS, Vicente de Paula. <b>Saber profissional e poder institucional</b>. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2008.  FREIRE, Maria Lúcia B. <b>O serviço social na reestruturação produtiva: espaços, programas e trabalho profissional</b>. São Paulo: Cortez, 2003.</p>		

RICO, Elizabeth de Melo (Org.). <b>Avaliação de políticas sociais</b> : uma questão em debate. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.	
_____ Professor(a)	_____ Chefe do Depto. de Ensino



DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

<b>1 DISCIPLINA: DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL</b>		
Curso: Serviço Social		
Código: 09.500.37	Carga Horária: 40 h/a	Nº de Créditos: 02
Código pré-requisito: -	Semestre: 7º	
Nível: Superior		
Prof. <sup>a</sup> Responsável -		
<b>2 EMENTA</b>		
Fundamentos ontológicos e sócio-históricos dos Direitos Humanos. As gerações dos Direitos Humanos: contextos e significados. Concepções dos direitos humanos e limites à sua efetivação no contexto da sociedade burguesa. Direitos humanos e segmentos sociais. Particularidades da construção dos direitos humanos no Brasil. Serviço Social e Direitos Humanos: perspectivas e projeto ético-político profissional.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
GERAL:		
A) Analisar os fundamentos sociohistóricos dos Direitos Humanos e as particularidades na realidade brasileira, considerando o debate e limites na sociedade capitalista.		
ESPECÍFICOS:		
Debater sobre a construção sócio-histórica dos direitos humanos, considerando as gerações e significados;		
Discutir os direitos humanos no âmbito da sociedade capitalista;		
Contextualizar as particularidades da construção dos direitos humanos no Brasil;		
Refletir sobre o debate dos direitos humanos e segmentos sociais;		
Analisar o debate dos direitos humanos no Serviço Social e a relação com o projeto ético-político da profissão.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		



**I Unidade: Fundamentos ontológicos e sócio-históricos dos Direitos Humanos.**

As gerações dos Direitos Humanos: contextos e significados. Concepções dos Direitos Humanos e limites à sua efetivação no contexto da sociedade burguesa. Direitos Humanos e segmentos sociais.

**II Unidade: Particularidades da construção dos direitos humanos no Brasil.**

Particularidades sociohistóricas e políticas dos Direitos Humanos no Brasil. Historicidade dos Direitos Humanos e a cidadania e democracia na sociedade brasileira. Lutas, resistência e direitos no cenário brasileiro. Debate sobre os Direitos Humanos, ordem burguesa e sociedade brasileira.

**III Unidade: Serviço Social e Direitos Humanos: perspectivas e projeto ético-político profissional.**

Serviço Social e a defesa dos Direitos Humanos. Direitos Humanos, Ética e Serviço Social. Projeto Ético Político do Serviço Social e Direitos Humanos. Lutas coletivas, direitos Humanos e Serviço Social. Transformações societárias, neoliberalismo e Direitos Humanos.

**5 METODOLOGIA DE ENSINO**

Aulas expositivas e dialogadas. Debate em grupos. Leitura dirigida. Estudos dirigidos. Exibição de filmes/documentários relacionados às discussões da disciplina. Exposição de ideias a partir de indicação de leituras/filmes. Seminários. Atividade integrada com outras disciplinas. Visita de campo/institucional.

**6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS**

TÍTULO DA AULA	LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)
-	-

**7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS**

TIPO (interna ou externa)	LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)	CIDADE
Externa	Instituições públicas e/ou privadas; Movimentos Sociais	Iguatu /cidades circunvizinhas /Região do Cariri

**8 AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação será constituído de duas etapas: N1 e N2. A avaliação ocorrerá através de provas, que também poderá ser associadas às atividades indicadas em sala de aula, apresentação de trabalho, assiduidade e participação nos debates em sala de aula. Aspectos qualitativos serão considerados para aferição das notas.

N1 – prova escrita, participação em sala, entrega e apresentação de trabalhos sugeridos.

N2 – prova escrita, apresentação de seminários, trabalho escrito, participação em sala de aula.

$$MF = \frac{M1x2 + M2x3}{5} \geq 7,0$$

Para aprovação deverá obter a média final maior ou igual a 7,0. Fará prova final quem obtiver média final entre 6,9 a 3,0.

**9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BOBBIO, Norberto. **Era dos Direitos**. Rio de Janeiro. Elsevier. 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo. Saraiva. 2005.

FORTI, Valéria; BRITES, Cristina Maria. **Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates**. 3ª ed. Rio de Janeiro. Lumen Juris. 2013.

## 10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 12ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2009.  
COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo. Saraiva. 2005.  
COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaios sobre a democracia e socialismo**. São Paulo. Cortez. 2008.  
PINSKY, Jaime (org.). **A história da cidadania**. São Paulo. Contexto. 2003.  
TRINDADE, J.D.C. **História Social dos Direitos Humanos**. São Paulo. Fundação Petrópolis. 2002.

Professora

Chefe do Depto. de Ensino



DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

#### 1 DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EM SERVIÇO SOCIAL

**Curso:** Serviço Social

**Código:** 09.500.34

**Carga Horária:** 80h/a

**Nº de Créditos:** 04

**Código pré-requisito:** -

**Semestre:** 7º

**Nível:** Superior

**Prof. (es) responsável (eis)**

-

#### 2 EMENTA

Perspectivas de gestão e administração em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil no contexto da reestruturação produtiva e da contrarreforma do Estado. Debate sobre orçamento público e gestão participativa. Análise conceitual, dimensões, tipos e tendências do planejamento social. Planejamento e gestão das políticas sociais. Processo de planejamento: aspectos políticos e teóricos na elaboração de planos, programas e projetos. Elaboração, coordenação, execução e avaliação de planos, programas e projetos na área do Serviço Social. A inserção do/a assistente social na administração e planejamento de programas e serviços sociais e sua relação com outras profissões.

#### 3 OBJETIVOS

Debater sobre as diversas perspectivas teóricas de planejamento e gestão na administração pública; Compreender os processos de planejamento e gestão das políticas sociais: planos, programas e

projetos; Aprender as fases do planejamento de políticas sociais: elaboração, implementação e avaliação; Refletir sobre o trabalho do/as assistentes sociais no planejamento e gestão das políticas sociais.

#### 4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### UNIDADE I

- As teorias organizacionais e as concepções de eficiência e eficácia.
- A Organização Burocrática.
- Planejamento e Gestão: nas esferas pública e privada.
- Gestão das políticas sociais: principais conceitos e desafios para o assistente social.

##### UNIDADE II

- A importância do estudo do Planejamento e da Administração para a formação do assistente social.
- A formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas sociais.
- Planejamento social: conceito, histórico, função, intencionalidade, instrumentação.
- Planejamento estratégico e participativo

##### UNIDADE III

- Avaliação de políticas e programas sociais-teoria e prática
- Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos
- Avaliação de programa de política de assistência social.

#### 5 METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialogadas assentadas em materiais de apoio compostos por textos e artigos acadêmicos sobre administração e planejamento em serviço social, uso de recursos audiovisuais (filmes, documentários) e questões postas (matérias de jornais e/ou revistas) na atualidade que possibilitem a discussão grupal. Técnicas utilizadas: discussão grupal, pesquisas individual e grupal, estudos dirigidos, apresentação de seminário.

#### 6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS

TÍTULO DA AULA	LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)
-	-

#### 7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS

TIPO (interna ou externa)	LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)	CIDADE
Externa	Instituições públicas e Empresas privadas	Iguatu e Juazeiro do Norte/Ceará

#### 8 AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua e processual, assim, será considerada a capacidade de reflexão, apropriação, correlações entre os conteúdos ministrados e as sínteses produzidas pelos alunos. Dentre os critérios, além das notas, tem-se a presença nas aulas (mínimo 75%), a participação em sala e nas atividades propostas como trabalhos individuais e/ou em grupos e pesquisas. O processo avaliativo será composto por múltiplas atividades a serem desenvolvidas durante o semestre, tais como: prova individual, exercícios individuais e grupais, trabalhos em grupo e seminário.

<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
BAPTISTA, M. V. <b>Planejamento</b> . Introdução à Metodologia do Planejamento Social. São Paulo: Moraes, 1981. RAICHELIS, Rachel, RICO, Elizabeth de Melo. <b>Gestão social</b> : uma questão em debate. São Paulo: Educ, 1999. SILVA, Maria Ozanira da Silva e. <b>Avaliação de Políticas e Programas Sociais</b> : teoria e prática. São Paulo: Veras, 2001.	
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
AVRITZER, Leonardo (org.). <b>Experiências nacionais de participação social</b> . São Paulo: Cortez, 2009. BAPTISTA, M. V. <b>Planejamento Social</b> : intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2000. CHIAVENATO, Idalberto. <b>Teoria geral da administração</b> . São Paulo: Makron Books, McGraw-Hill, 1993. GANDIN, D. <b>A Prática do Planejamento Participativo</b> . Petrópolis: Vozes, 1995. LUCK, Heloísa. <b>Metodologia de Projetos</b> : uma ferramenta de planejamento e gestão. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.	
_____ Professor(a)	_____ Chefe do Depto. de Ensino



DEPARTAMENTO DE ENSINO

**PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<b>1 DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.36	<b>Carga Horária:</b> 80 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 04
<b>Código pré-requisito:</b> 09.500.29	<b>Semestre:</b> 7º	
<b>Nível:</b> Superior		
<b>Prof.ª Responsável</b> -		
<b>2 EMENTA</b>		
Elaboração e acompanhamento do Projeto de Pesquisa: delimitação do objeto, aprofundamento do referencial teórico e da metodologia da pesquisa. Elaboração e aplicação dos instrumentais de coleta de		

dados. Seminários de qualificação dos projetos de monografia.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
Qualificar o anteprojeto de pesquisa. Elaborar e apresentar projeto final de monografia. Desenvolver a capacidade de escrita, argumentação e reflexão sobre a realidade pesquisada. Apreender os aspectos necessários para o desenvolvimento da pesquisa social. Projetar os instrumentais de pesquisa e aplicá-los para futura análise e sistematização dos dados.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>Unidade I – Caminhos da qualificação do (ante)projeto de monografia</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Revisão do (ante)projeto de pesquisa;</li> <li>- Aprofundamento e aprimoramento do referencial teórico (pesquisa bibliográfica) e da metodologia da pesquisa;</li> <li>- Elaboração e aplicação dos instrumentais de coleta de dados.</li> </ul>		
<b>Unidade II - Seminários de projetos de monografia</b>		
- Elaboração e apresentação do projeto de pesquisa (qualificação)		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
Aulas expositivas e dialogadas. Debate em grupos. Orientações individuais para elaboração e acompanhamento da pesquisa. Seminários de qualificação dos projetos de monografia.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
-	-	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
-	-	-
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
A avaliação dar-se-á mediante apresentação, em seminários, do projeto de pesquisa qualificado. Também será levado em consideração a assiduidade nas orientações individuais e participação nos debates em grupo.		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
<p>GIL, Antonio Carlos. <b>Como elaborar projetos de pesquisa</b>. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. <b>Métodos e técnicas de pesquisa social</b>. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). <b>Pesquisa social – teoria, método e criatividade</b>. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.</p>		
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
<p>CHIZZOTTI, Antonio. <b>Pesquisa em ciências humanas e sociais</b>. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. <b>Fundamentos de metodologia científica</b>. 6 ed. São Paulo, Atlas, 2005.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza. <b>O desafio do conhecimento</b>. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1996.</p> <p>RICHARDSON, Roberto Jarry [et al]. <b>Pesquisa Social: métodos e técnicas</b>. 3ª Edição. São Paulo: Atlas,</p>		

2007. SEVERINO, Antônio Joaquim. <b>Metodologia do trabalho científico</b> . 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.	
Professor(a)	Chefe do Depto. de Ensino

### **8º SEMESTRE:**



DEPARTAMENTO DE ENSINO

### **PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<b>1 DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.42	<b>Carga Horária:</b> 160 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 08
<b>Código pré-requisito:</b> 09.500.36 + 09.500.35	<b>Semestre:</b> 8º	
Nível: Superior		
<b>Prof.ª Responsável</b>	-	
<b>2 EMENTA</b>		
Análise, sistematização e interpretação teórico-metodológica dos dados da pesquisa. Estruturação metodológica e elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Defesa da monografia.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
Desenvolver a capacidade de análise da realidade a partir de informações e dados coletados durante o desenvolvimento da pesquisa em andamento. Construir, mediante orientação, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento do planejamento da pesquisa. Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho em banca pública de defesa.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>Unidade I</b> – Análise, sistematização e interpretação de dados		

<b>Unidade II – Entre a investigação e a exposição: a estruturação do TCC</b>		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
Encontros semanais com orientações individuais para elaboração e estruturação do TCC.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
-	-	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
-	-	-
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
A avaliação dar-se-á mediante defesa pública do trabalho monográfico a banca examinadora, conformada de acordo com os regulamentos dispostos no IFCE e no PPP do Curso.		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA<sup>14</sup></b>		
-		
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR<sup>15</sup></b>		
-		
_____ Professor(a)	_____ Chefe do Depto. de Ensino	

<sup>14</sup> A bibliografia básica utilizada nesta disciplina dependerá do tema e da orientação da pesquisa em desenvolvimento.

<sup>15</sup> A bibliografia complementar utilizada nesta disciplina dependerá do tema e da orientação da pesquisa em desenvolvimento.

### 5.3.1.2. Disciplinas Eletivas

✓ Eletiva I



DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

<b>1 DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.40	<b>Carga Horária:</b> 60 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 03
<b>Código pré-requisito:</b> -	<b>Semestre:</b> 7º	
Nível: Superior		
<b>Prof.<sup>a</sup> Responsável</b>	-	
<b>2 EMENTA</b>		
Aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. Inclusão Social. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais; Noções de variação. Praticar Libras: desenvolver a expressão visual-espacial.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
Conhecer e debater: Experiências educação que refletem formas de construir uma pedagogia visual; Experiências metodológicas com os diferentes níveis de ensino; básico, intermediário e avançado; Experiências metodológicas de literatura produzida em língua de sinais; Experiências da escrita de sinais.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<ul style="list-style-type: none"><li>• Introdução</li><li>• Aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez.</li><li>• A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia.</li><li>• Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais;</li><li>• Noções de variação.</li><li>• Praticar Libras: desenvolver a expressão visual-espacial.</li></ul>		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
A metodologia de ensino terá como base: aulas expositivas e dialogadas; trabalhos/exercícios em grupo e/ou		



individual; utilização de vídeos e filmes.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
-	-	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
-	-	-
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
A avaliação se dará de forma contínua. Será pautada na frequência; participação em sala; atividades escritas e/ou orais; Provas e seminários, sendo a média final obtida a partir do seguinte cálculo:		
$\left[ \frac{N1x2 + N2x3}{5} \right]$		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
<p>FELIPE, Tanya A. <b>LIBRAS em contexto</b>: Curso básico: Livro do estudante. 8ª ed. Rio de Janeiro: WalPrint, 2007.</p> <p>FERNADEZ, Eulália (Org.). <b>Surdez e bilinguismo</b>. Porto Alegre: Mediação, 2005.</p> <p>LEGISLAÇÃO DE LIBRAS. <b>Linguagem Brasileira de Sinais</b>. Disponível em: &lt;<a href="http://www.libras.org.br/leilibras.htm">http://www.libras.org.br/leilibras.htm</a>&gt;. Acesso em: 10 mar. 2011.</p>		
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
<p>BRITO, Lucinda Ferreira. <b>Integração social e educação de surdos</b>. Rio de Janeiro: Babel, 1993.</p> <p><b>DECLARAÇÃO da Guatemala</b>. Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Guatemala, 1999.</p> <p><b>DECLARAÇÃO de Salamanca</b>. Sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Espanha: Salamanca, 1994.</p> <p>GOLDFELD, Márcia. <b>A criança surda</b>: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista. São Paulo: Plexus, 2003.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. <b>Língua de sinais brasileira</b>: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>SKLIAR, Carlos (org.). <b>A surdez</b>: um olhar sobre as diferenças. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.</p>		
_____ Professor(a)	_____ Chefe do Depto. de Ensino	

DEPARTAMENTO DE ENSINO

**PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<b>1 DISCIPLINA: EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL</b>		
Curso: Serviço Social		
Código: 09.500.41	Carga Horária: 40 h/a	Nº de Créditos: 02
Código pré-requisito: -	Semestre: 7º	
Nível: Superior		
Prof. <sup>a</sup> Responsável -		
<b>2 EMENTA</b>		
<p>Concepções e aspectos sóciohistóricos da educação. A educação como política pública. Educação e formação profissional na sociedade capitalista. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a reforma do sistema educacional brasileiro. Debate sobre gestão democrática e participação. Tendências e desafios da política da educação na atualidade. Serviço Social e educação: perspectivas e parâmetros de atuação na política educacional.</p>		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
<p>Compreender o caráter pedagógico do Serviço Social. Apreender as atuais demandas existentes para o exercício profissional no âmbito da política de educação. Visualizar a construção de estratégias que se materializem em respostas a tais demandas a partir dos diversos espaços sócioocupacionais na política da educação.</p>		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<p><b>Unidade I</b> – Educação: perspectivas, concepções e aspectos sóciohistóricos.</p> <p><b>Unidade II</b> – Políticas Públicas e Educação: aspectos históricos e normativos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a reforma do sistema educacional brasileiro.</li> <li>- A gestão da educação: tendências democráticas e participativas.</li> </ul> <p><b>Unidade III</b> - Serviço Social e Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- As funções pedagógicas da profissão, principais demandas e os espaços sócioocupacionais no âmbito da política da educação;</li> <li>- Perspectivas e parâmetros da Educação na atualidade e suas inflexões para a atuação profissional.</li> </ul>		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aulas expositivas dialogadas;</li> <li>- Trabalhos individuais e grupos de discussões;</li> <li>- Pesquisa preliminar;</li> <li>- Orientações Grupais e individuais.</li> </ul>		

6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS		
TÍTULO DA AULA	LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)	
-	-	
7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS		
TIPO (interna ou externa)	LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)	CIDADE
Interna	Serviço Social IFCE	Iguatu-Ceará
Externa	Núcleo de Atendimento Pedagógico Especializado (NAPE)	Iguatu-Ceará
8 AVALIAÇÃO		
As avaliações serão realizadas de forma processual através de atividades orais e escritas. A avaliação final levará em consideração, principalmente, assiduidade, participação e desempenho dos (as) estudantes nos trabalhos e provas escritas.		
9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>GENTILLI, Pablo; FROGOTTO, Gaudêncio (orgs). <b>A cidadania negada</b>: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo/Buenos Aires, Argentina. Cortez/CLACSO. 2001.</p> <p>PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. <b>Serviço Social e Educação</b>. Rio de Janeiro. Lumen Juris. 2012.</p> <p>SILVA, Marcela Mary José da. <b>Serviço Social na Educação</b>: teoria e prática. São Paulo: Editoria Papel Social, 2013.</p>		
10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>AMARO, Sarita. <b>Serviço Social na Educação</b>: bases para o trabalho profissional. Florianópolis. Editora UFSC. 2001</p> <p>BRASIL. <b>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira</b>. Brasília: DF, 1996.</p> <p>GENTILI, Pablo. <b>A falsificação do consenso</b>: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis. Vozes. 1998.</p> <p>LESBAUPIN, Ivo. <b>O desmonte da nação</b>. Rio de Janeiro. Vozes. 1999.</p> <p>OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). <b>Gestão democrática da educação</b>: desafios contemporâneos. 3ª ed. Petrópolis. Vozes. 2001.</p> <p>PINTO, Rosa Maria Ferreira. <b>Política Educacional e Serviço Social</b>. São Paulo. Cortez. 1986.</p>		
_____ Professor(a)	_____ Chefe do Depto. de Ensino	

DEPARTAMENTO DE ENSINO

**PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<b>1 DISCIPLINA: POLÍTICA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.38	<b>Carga Horária:</b> 40 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 02
<b>Código pré-requisito:</b> -	<b>Semestre:</b> 7º	
Nível: Superior		
<b>Prof.<sup>a</sup> Responsável</b>	-	
<b>2 EMENTA</b>		
<p>Construção sociohistórica da infância e adolescência. Problemática da criança e adolescente como expressão da “questão social” e a reformulação jurídico-institucional: do Código de Menores ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Sistema de garantia de direitos e socioeducativa. Crianças e adolescentes em situação de risco social. Desafios e perspectivas de atendimento dos programas sociais direcionados a infância e a adolescência no Brasil. Atuação do Serviço Social na área da infância e adolescência.</p>		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
<p><i>Geral:</i> Analisar a construção da Política de Proteção à Criança e ao Adolescente no Brasil, considerando o sistema de garantia de direitos e as políticas de atendimento direcionadas à infância e a adolescência, relacionando a atuação do Serviço Social nessa área.</p> <p><i>Específicos:</i> Analisar a construção sociohistórica da infância e da adolescência; Compreender o significado da infância e adolescência na sociedade burguesa; Discutir a problemática da infância e adolescência como expressão da “questão social” no Brasil; Contextualizar a construção da política de proteção e atendimento à criança e ao adolescente no Brasil; Discutir a mudança de paradigma de atendimento, considerando à criança e o adolescente como sujeitos de direitos; Analisar as políticas, programas e projetos direcionados à infância e adolescência na atualidade brasileira; Refletir sobre a atuação do Serviço Social na área da infância e adolescência.</p>		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<p><b>I Unidade:</b> Construção sociohistórica da infância e adolescência. Construção da infância na sociedade burguesa. Relação família e atenção a infância.</p> <p><b>II Unidade:</b> Problemática da criança e adolescente como expressão da “questão social” e a reformulação jurídico-institucional: do Código de Menores ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Atendimento a criança e adolescente no Brasil. Conceito “menor” ou minoridade. Políticas e aspectos</p>		

<p>jurídico-institucional: Sistema de Assistência ao Menor (SAM), Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBEM), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).</p> <p><b>III Unidade:</b> Desafios e perspectivas de atendimento dos programas sociais direcionados a infância e a adolescência no Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente e política de atendimento a infância e adolescência. Sistema de Garantia de Direitos e Socioeducativas. Desafios das políticas de atendimento.</p> <p><b>IV Unidade:</b> Atuação do Serviço Social na área da infância e adolescência. Políticas de atendimento a criança e ao adolescente e a inserção do Serviço Social. Defesa de direitos e projeto ético político. Demandas e exercício profissional.</p>		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
Aulas expositivas e dialogadas. Debate em grupos. Leitura dirigida. Estudos dirigidos. Exibição de filmes/documentários relacionados às discussões da disciplina. Exposição de ideias a partir de indicação de leituras/filmes. Seminários. Atividade integrada com outras disciplinas. Visita de campo/institucional.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>		<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>
-		-
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
Externa	Instituições públicas e/ou privadas	Iguatu / cidades vizinhas
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
<p>O processo de avaliação será constituído de duas etapas: N1 e N2. A avaliação ocorrerá através de provas, que também poderá ser associadas às atividades indicadas em sala de aula, apresentação de trabalho, assiduidade e participação nos debates em sala de aula. Aspectos qualitativos serão considerados para aferição das notas.</p> <p>N1 – prova escrita, participação em sala, entrega e apresentação de trabalhos sugeridos. N2 – prova escrita, apresentação de seminários, trabalho escrito, participação em sala de aula.</p> $MF = \frac{M1x2 + M2x3}{5} \geq 7,0$ <p>Para aprovação deverá obter a média final maior ou igual a 7,0. Fará prova final quem obtiver média final entre 6,9 a 3,0.</p>		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
<p>ARIÈS, Philippe. <b>História Social da Criança e da Família</b>. 2ª ed. Rio de Janeiro. LTC. 2007.          PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. <b>A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil</b>. São Paulo. Cortez. 2010.          RIZINI, Irene. <b>O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil</b>. 2ª edição. São Paulo. Cortez. 2001.</p>		
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
AZEVEDO, Maria Amélia; AZEVEDO, Viviane Nogueira. <b>A infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento</b> . São Paulo. Cortez. 2005.		

DEL PRIORE, Mary. <b>História das Crianças no Brasil</b> . São Paulo. Contexto. 1999. FÁVERO, Eunice Terezinha. <b>Questão social e perda do poder familiar</b> . São Paulo. Veras.2007. GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. <b>Violência de pais contra filhos: a tragédia revisada</b> . 3ª ed. São Paulo. Cortez. 1998. RIZZINE, Irene. <b>A Institucionalização de crianças no Brasil</b> . São Paulo. Loyola. 2004.	
<hr/> Professor(a)	<hr/> Chefe do Depto. de Ensino



DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

<b>1 DISCIPLINA: SERVIÇO SOCIAL E ENVELHECIMENTO</b>		
Curso: Serviço Social		
Código: 09.500.39	Carga Horária: 40 h/a	Nº de Créditos: 02
Código pré-requisito: -	Semestre: 7º	
Nível: Superior		
Prof. <sup>a</sup> Responsável -		
<b>2 EMENTA</b>		
Concepções e perspectivas da velhice. Aspectos socioculturais do envelhecimento na sociedade capitalista contemporânea. Direitos sociais e velhice. Política sociais de atenção e atendimento a população idosa. Atuação do/a assistente social na proteção social à pessoa idosa.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
<i>Geral:</i> Analisar os aspectos socioculturais do envelhecimento na sociedade capitalista contemporânea, considerando os direitos sociais e as políticas de atenção e atendimento a pessoa idosa no Brasil e a inserção profissional do/a assistente social na área do envelhecimento.		
<i>Específicos:</i> Analisar a construção sociohistórica da velhice; Compreender os aspectos que envolvem o processo de envelhecimento na sociedade capitalista; Discutir a relação do trabalho e o envelhecimento na sociedade capitalista, sob a lógica da produtividade; Contextualizar a conquistas dos direitos sociais da pessoa idosa; Discutir sobre as atuais políticas de atenção e atendimento à pessoa idosa no Brasil;		

Refletir sobre a inserção do/a assistente social nas políticas de atenção e atendimento à pessoa idosa; Analisar as demandas e o exercício profissional na área do envelhecimento.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>I Unidade: Concepções e perspectivas da velhice.</b> Envelhecimento: aspectos sociohistóricos, culturais e biológicos. Construção social do envelhecimento.		
<b>II Unidade: Aspectos socioculturais do envelhecimento na sociedade capitalista contemporânea.</b> Relação de trabalho e envelhecimento na sociedade capitalista. Debate sobre os termos para designar o processo de envelhecimento humano (“terceira idade”, “melhor idade”).		
<b>III Unidade: Direitos sociais e velhice.</b> Aumento da perspectiva de vida, direitos e política de atenção e atendimento a pessoa idosa. Conquistas jurídicas da população idosa. Políticas sociais de atenção e atendimento a população idosa: programas, projetos e instituições.		
<b>IV Unidade: Atuação do/a assistente social na proteção social à pessoa idosa.</b> Políticas sociais de atenção e atendimento a pessoa idosa e a inserção do Serviço Social. Defesa de direitos e acesso aos serviços. Demandas e exercício profissional.		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
Aulas expositivas e dialogadas. Debate em grupos. Leitura dirigida. Estudos dirigidos. Exibição de filmes/documentários relacionados às discussões da disciplina. Exposição de ideias a partir de indicação de leituras/filmes. Seminários. Atividade integrada com outras disciplinas. Visita de campo/institucional.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>		<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>
-		-
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
Externa	Instituições públicas e/ou privadas	Iguatu – cidades circunvizinhas
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
O processo de avaliação será constituído de duas etapas: N1 e N2. A avaliação ocorrerá através de provas, que também poderá ser associadas às atividades indicadas em sala de aula, apresentação de trabalho, assiduidade e participação nos debates em sala de aula. Aspectos qualitativos serão considerados para aferição das notas. N1 – prova escrita, participação em sala, entrega e apresentação de trabalhos sugeridos. N2 – prova escrita, apresentação de seminários, trabalho escrito, participação em sala de aula. $MF = \frac{M1x2 + M2x3}{5} \geq 7,0$ Para aprovação deverá obter a média final maior ou igual a 7,0. Fará prova final quem obtiver média final entre 6,9 a 3,0.		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		

<p>SPOSATI, Aldaíza. <b>Proteção social de cidadania:</b> inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. São Paulo. Cortez. 2004.</p> <p>TEIXEIRA, Solange Maria. <b>Envelhecimento e trabalho no tempo do capital:</b> implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo. Cortez. 2008.</p> <p>ZIMERMAN, G. I. Velhice. <b>Aspectos biopsicossociais.</b> Porto Alegre. Artes Médicas Sul. 2000.</p>	
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>BARROS, Myriam Moraes Lins de (org.). <b>Velhice ou terceira idade?</b> 2ª ed. Fundação Getulio Vargas. 2000.</p> <p>BOSI, Ecléa. <b>Lembranças dos velhos.</b> 3ª ed. São Paulo. Companhia das Letras. 1994.</p> <p>COSTA, Ruthe Corrêa da. <b>A terceira idade hoje sob a ótica do Serviço Social.</b> Canoas. Editora Ulbra. 2007.</p> <p>NERI, Anita (org.). <b>Idosos no Brasil:</b> vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo. Perseu Abramo. 2007.</p> <p>PEIXOTO, Clarice Ehlers (org.). <b>Família e envelhecimento.</b> Rio de Janeiro. UERJ/FGV. 2004.</p>	
_____ Professor(a)	_____ Chefe do Depto. de Ensino

✓ Eletiva II



DEPARTAMENTO DE ENSINO

**PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<b>1 DISCIPLINA: PREVIDÊNCIA E SERVIÇO SOCIAL</b>		
Curso: Serviço Social		
Código: 09.500.48	Carga Horária: 40 h/a	Nº de Créditos: 02
Código pré-requisito: -	Semestre: 8º	
Nível: Superior		
Prof. (es) responsável (eis) -		



<b>2 EMENTA</b>		
Constituição sócio-histórica do modelo previdenciário brasileiro. Constituição Federal de 1988 e as mudanças no sistema previdenciário. Contrarreforma do Estado e os impactos sobre o modelo previdenciário. As reformas da previdência brasileira na atualidade. A trajetória do Serviço Social na Previdência: demandas e projetos profissionais.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
Compreender a constituição sócio-histórica da previdência social do Brasil; Analisar as mudanças no sistema previdenciário a partir da Constituição de 1988; Entender os impactos da contrarreforma do Estado no modelo previdenciário, particularizando a realidade brasileira; Problematicar a trajetória do serviço social na política de previdência social.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>Unidade I</b> Contextualização sociohistórica da previdência social no Brasil; A constituição de 1988 e os direitos previdenciários; A contrarreforma do Estado e os impactos no modelo previdenciário brasileiro;		
<b>Unidade II</b> A trajetória do serviço social na previdência social; O processo de reestruturação do serviço social no INSS; Os direitos e benefícios previdenciários; A atuação do assistente social na política de previdência		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
Aulas expositivas e dialogadas assentadas em materiais de apoio compostos por textos e artigos acadêmicos sobre a previdência social, no Brasil e no mundo, uso de recursos audiovisuais (filmes, documentários) e questões postas (matérias de jornais e/ou revistas) na atualidade que possibilitem a discussão grupal. Técnicas utilizadas: discussão grupal, pesquisas individual e grupal, estudos dirigidos, apresentação de seminário.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
-	-	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
Externa	Agência do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS	Iguatu-Ceará
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
A avaliação será contínua e processual, assim, será considerada a capacidade de reflexão, apropriação, correlações entre os conteúdos ministrados e as sínteses produzidas pelos alunos. Dentre os critérios, além das notas, tem-se a presença nas aulas (mínimo 75%), a participação em sala e nas atividades propostas como trabalhos individuais e/ou em grupos e pesquisas. O processo avaliativo será composto		

por múltiplas atividades a serem desenvolvidas durante o semestre, tais como: prova individual, exercícios individuais e grupais, trabalhos em grupo e seminário.	
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
BRAGA, Lea; CABRAL, Maria do Socorro. <b>Serviço social na previdência</b> . São Paulo. Cortez. 2008. CARTAXO, Ana Baima. <b>Estratégias de sobrevivência: a previdência e o serviço social</b> . São Paulo. Cortez. 2008. SILVA, Maria Lúcia Lopes da. <b>Previdência social no Brasil: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização</b> . São Paulo. Cortez. 2012.	
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório de. <b>Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas</b> . São Paulo: Cortez. 2008. BOSCHETTI, Ivanete. <b>Seguridade Social e Trabalho: paradoxos das Políticas de Previdência e Assistência Social no Brasil</b> . Brasília. Letras Livres / Editora UnB, 2006. FLEURY, Sônia. <b>A seguridade social inconclusa</b> . Brasília. Inesc. 2004. MOTA, Ana Elizabete. (org). <b>As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social</b> . Recife. Editora Universitária UFPE. 2010. SILVA, Ademir Alves. <b>A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado</b> . 2ª ed. São Paulo. Cortez. 2009.	
_____ Professora(a)	_____ Chefe do Depto. de Ensino



DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

<b>1 DISCIPLINA: POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL</b>		
Curso: Serviço Social		
Código: 09.500.43	Carga Horária: 60 h/a	Nº de Créditos: 03
Código pré-requisito: -	Semestre: 8º	
Nível: Superior		
Prof. (es) responsável (eis) -		
<b>2 EMENTA</b>		

Assistência Social: concepções e funções na sociedade capitalista. Construção sóciohistórica da Política da Assistência Social no Brasil. Debate sobre cidadania e Assistência Social. Reconfiguração da Assistência Social brasileira e contrarreforma do Estado. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Política Nacional da Assistência Social (PNAS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), gestão, financiamento e controle social. Transformações estruturais do capitalismo e as expressões da “questão social”. Serviço Social e Assistência Social: possibilidades e limites profissionais.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
Debater sobre as concepções e funcionalidades da assistência social na sociedade capitalista; Compreender o processo de construção e desenvolvimento da política de assistência social no Brasil; Refletir sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): gestão, financiamento e controle social; Analisar a contrarreforma do Estado e seus impactos no SUAS: a assistencialização; Debater os parâmetros de atuação dos/as assistentes sociais na assistência social.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>Unidade I</b> - A funcionalidade da assistência social no contexto do capitalismo monopolista; - A construção da assistência social brasileira: avanços e limites; - O Sistema Único de Assistência Social: princípios, diretrizes, gestão, financiamento e controle social.		
<b>Unidade II</b> - O novo desenvolvimentismo e a assistencialização das políticas sociais; - Parâmetros de atuação dos assistentes sociais na saúde.		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
Aulas expositivas e dialogadas assentadas em materiais de apoio compostos por textos e artigos acadêmicos sobre a política de assistência social no Brasil, uso de recursos audiovisuais (filmes, documentários) e questões postas (matérias de jornais e/ou revistas) na atualidade que possibilitem a discussão grupal. Técnicas utilizadas: discussão grupal, pesquisas individual e grupal, estudos dirigidos, apresentação de seminário.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
-	-	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
Externa	Serviços de assistência social e órgãos de controle: CMAS, CRAS, CREAS, Abrigo.	Iguatu-Ceará
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
A avaliação será contínua e processual, assim, será considerada a capacidade de reflexão, apropriação, correlações entre os conteúdos ministrados e as sínteses produzidas pelos alunos. Dentre os critérios, além das notas, tem-se a presença nas aulas (mínimo 75%), a participação em sala e nas atividades propostas como trabalhos individuais e/ou em grupos e pesquisas. O processo avaliativo será composto		

por múltiplas atividades a serem desenvolvidas durante o semestre, tais como: prova individual, exercícios individuais e grupais, trabalhos em grupo e seminário.	
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
BOSCHETTI, Ivanete. <b>Assistência Social no Brasil</b> : um direito entre originalidade e conservadorismo. 2ª ed. Brasília. GESST/SER/UnB. 2003. COUTO, Berenice Rojas. <b>O direito social e assistência social na sociedade brasileira</b> : uma equação possível? São Paulo. Cortez. 2008. MOTA, Ana Elizabete. <b>O mito da assistência social</b> : ensaios sobre estado, política e sociedade. 2ª ed. São Paulo. Cortez. 2008.	
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
BRASIL. <b>Política Nacional de Assistência Social (PNAS)</b> . Brasília: DF, 2004. BRASIL, Lei nº 8.742. <b>Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)</b> . Brasília: DF, 1993. PEREIRA, Potyara Amazoneida P. <b>A Assistência Social na perspectiva dos direitos</b> : crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília. Thesaurus. 1996. SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. et al. <b>A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras</b> : uma questão em análise. 6ª Ed. São Paulo. Cortez. 1995.	
_____ Professor(a)	_____ Chefe do Depto. de Ensino



DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

<b>1 DISCIPLINA: POLÍTICA DA SAÚDE E SERVIÇO SOCIAL</b>		
Curso: Serviço Social		
Código: 09.500.44	Carga Horária: 60 h/a	Nº de Créditos: 03
Código pré-requisito: -	Semestre: 8º	
Nível: Superior		
Prof. (es) responsável (eis) -		
<b>2 EMENTA</b>		
Construção e desenvolvimento das políticas de saúde no Brasil. Contrarreforma do Estado brasileiro e organização dos serviços de saúde. Configuração do Sistema Único de Saúde (SUS): princípios,		

diretrizes, gestão, financiamento e controle democrático. Serviço Social e inserção na política de saúde no Brasil. Projeto ético-político do Serviço Social e a Reforma Sanitária. Atuação do/a assistente social na saúde e o trabalho interdisciplinar.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
Compreender o processo de construção e desenvolvimento da política de saúde no Brasil; Analisar a contrarreforma do Estado e seus impactos no SUS; Entender a configuração dos Sistema Único da Saúde (SUS): princípios, diretrizes, gestão, financiamento e controle social; Compreender as interseções entre a Reforma sanitária e o Projeto Ético-Político do Serviço Social; Debater os parâmetros de atuação dos/as assistentes sociais na saúde.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>Unidade I</b>		
- A reforma sanitária e o processo de construção da política de saúde no Brasil; - O Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes, gestão, financiamento e controle social;		
<b>Unidade II</b>		
- As interseções entre a Reforma Sanitária e o Projeto Ético-político do serviço social; - Parâmetros de atuação dos assistentes sociais na saúde.		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
Aulas expositivas e dialogadas assentadas em materiais de apoio compostos por textos e artigos acadêmicos sobre a política de saúde no Brasil, uso de recursos audiovisuais (filmes, documentários) e questões postas (matérias de jornais e/ou revistas) na atualidade que possibilitem a discussão grupal. Técnicas utilizadas: discussão grupal, pesquisas individual e grupal, estudos dirigidos, apresentação de seminário.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
-	-	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
Externa	Serviços de saúde: PSF, NASF, CAPS III, CAPS AD, Unidade de Acolhimento, Hospital regional.	Iguatu/Ceará
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
A avaliação será contínua e processual, assim, será considerada a capacidade de reflexão, apropriação, correlações entre os conteúdos ministrados e as sínteses produzidas pelos alunos. Dentre os critérios, além das notas, tem-se a presença nas aulas (mínimo 75%), a participação em sala e nas atividades propostas como trabalhos individuais e/ou em grupos e pesquisas. O processo avaliativo será composto por múltiplas atividades a serem desenvolvidas durante o semestre, tais como: prova individual, exercícios individuais e grupais, trabalhos em grupo e seminário.		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		

<p>BRAVO, Maria Inês Souza. <b>Serviço Social e reforma sanitária</b>: lutas sociais e práticas profissionais. Rio de Janeiro. Cortez/Editora UFRJ. 1996. BRAVO, Maria Inês de Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de (org). <b>Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos</b>: desafios atuais. São Paulo. Cortez. 2012.</p> <p>VASCONCELOS, Ana Maria de. <b>A prática do Serviço Social</b>: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 3ª ed. São Paulo. Cortez. 2006.</p>	
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>COSTA, Liduina Farias; RIBEIRO, Herta Maria C. B. <b>Políticas de saúde e Serviço Social</b>: contradições, ambiguidades e possibilidades. Fortaleza. EdUECE. 2012.</p> <p>GERSCHMAN, Sílvia. <b>A democracia inconclusa</b>: um estudo da reforma sanitária brasileira. Rio de Janeiro. Fiocruz. 1995.</p> <p>MENDES, Eugênio Vilaça. <b>Os grandes dilemas do SUS</b>. Salvador. Casa da Qualidade Editora. 2001.</p> <p>MOTA, Ana Elizabeth; BRAVO, Maria Inês. <b>Serviço Social e Saúde</b>: formação e trabalho profissional. São Paulo. Cortez. 2006.</p>	
_____ Professor(a)	_____ Chefe do Depto. de Ensino



DEPARTAMENTO DE ENSINO

### PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

<b>1 DISCIPLINA: SERVIÇO SOCIAL E SÓCIO JURÍDICO</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.45	<b>Carga Horária:</b> 60 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 03:
<b>Código pré-requisito:</b> -	<b>Semestre:</b> 8º	
Nível: Superior		
<b>Prof. (es) responsável (eis)</b>		-
<b>2 EMENTA</b>		
Contextualização do Serviço Social e a área sócio-jurídica. As relações interdisciplinares e as relações de poder na área sócio-jurídica. Estratégias, instrumentos e técnicas-operativas frente às demandas sócio-jurídicas. Atuação do assistente social no campo sociojurídico: mediação de conflitos, adoção, poder familiar, medidas socioeducativas e sistema penal.		

<b>3 OBJETIVOS</b>		
Contextualizar a inserção do serviço social no sócio-jurídico no Brasil; Compreender as relações interdisciplinares e as relações de poder no sócio-jurídico; Entender as estratégias, instrumentos e técnicas utilizadas frente às demandas socio-jurídicas; Problematizar a atuação do assistente social nesta área.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>Unidade I</b>		
- Contextualização da inserção do assistente social no campo sociojurídico; - Relações interdisciplinares e de poder no sociojurídico;		
<b>Unidade II</b>		
- Estratégias, instrumentos e técnicas do serviço social no campo sociojurídico: mediação de conflitos, adoção, poder familiar, medidas socioeducativas e sistema penal. - A atuação do assistente social no campo sociojurídico;		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
Aulas expositivas e dialogadas assentadas em materiais de apoio compostos por textos e artigos acadêmicos sobre o campo sociojurídico, uso de recursos audiovisuais (filmes, documentários) e questões postas (matérias de jornais e/ou revistas) na atualidade que possibilitem a discussão grupal. Técnicas utilizadas: discussão grupal, pesquisas individual e grupal, estudos dirigidos, apresentação de seminário.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
-	-	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
Externa	Serviço de Atendimento à adolescentes em Conflito com a Lei, Núcleo de Semi-Liberdade para Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas;  Unidade Penitenciária masculina e feminina.	Iguatu e/ou Juazeiro do Norte - Ceará
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
A avaliação será contínua e processual, assim, será considerada a capacidade de reflexão, apropriação, correlações entre os conteúdos ministrados e as sínteses produzidas pelos alunos. Dentre os critérios, além das notas, tem-se a presença nas aulas (mínimo 75%), a participação em sala e nas atividades propostas como trabalhos individuais e/ou em grupos e pesquisas. O processo avaliativo será composto por múltiplas atividades a serem desenvolvidas durante o semestre, tais como: prova individual, exercícios individuais e grupais, trabalhos em grupo e seminário.		

<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
FÁVERO, Eunice Teresinha. <b>Serviço social, práticas judiciárias, poder:</b> implantação e implementação do Serviço Social. São Paulo. Veras. 2005. PIZZOL, Alcebir Dal. <b>O Serviço social na justiça comum brasileira.</b> Editora Insular. 2008. SIMÕES, Carlos. <b>Curso de Direito do Serviço Social.</b> São Paulo. Cortez. 2008.	
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
ALAPANIAN, Silvia. <b>Serviço social e poder judiciário:</b> reflexões sobre o direito e o poder judiciário – vol. 1. São Paulo. Veras. 2008. CFESS. <b>O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos:</b> contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social. 10ª ed. São Paulo. Cortez. 2011. FÁVERO, Eunice Terezinha. <b>Questão social e perda do poder familiar.</b> São Paulo. Veras. 2007. FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (org.). <b>Serviço Social:</b> temas, textos e contextos. 3ª ed. Rio de Janeiro. Lumen Juris. 2012. SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio C. de; LEAL, Maria Cristina (org.). <b>Política Social, Família e Juventude:</b> uma questão de direitos. São Paulo. Cortez. 2004.	
_____ Professor(a)	_____ Chefe do Depto. de Ensino



DEPARTAMENTO DE ENSINO

**PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<b>1 DISCIPLINA: SAÚDE MENTAL E SERVIÇO SOCIAL</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.46	<b>Carga Horária:</b> 60 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 03
<b>Código pré-requisito:</b> -	<b>Semestre:</b> 8º	
Nível: Superior		
<b>Prof. (es) responsável (eis)</b> -		
<b>2 EMENTA</b>		
Concepções de saúde mental. Debate sobre a loucura na sociedade: concepção e atendimento. Reforma Psiquiátrica e luta antimanicomial. Sistema Único de Saúde (SUS) e Política de Saúde Mental no Brasil. A Política Nacional de Atenção Integral para usuários de álcool e outras drogas. Uso de		



substâncias psicoativas e a redução de danos. Atuação do/as assistentes sociais na área de saúde mental.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
Refletir sobre as concepções acerca da loucura e da saúde mental; Compreender o processo de reforma psiquiátrica e a luta antimanicomial no Brasil e no mundo; Analisar a Rede Substitutiva de Saúde mental no SUS; Debater sobre a questão da drogadição, Redução de Danos e a Política Nacional de Atendimento para usuários de álcool e drogas; Discutir sobre a atuação dos/as assistentes sociais na saúde mental.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>Unidade I</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Concepções sobre a Loucura e Saúde Mental;</li> <li>- A reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial;</li> <li>- O SUS e a rede substitutiva em saúde mental;</li> </ul>		
<b>Unidade II</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- A questão da drogadição e as formas históricas de enfrentamento as drogas pelo Estado: proibicionismo e criminalização;</li> <li>- A política Nacional de Atendimento aos usuários de álcool e outras drogas e a Política Nacional de Redução de Danos;</li> <li>- Parâmetros de atuação dos assistentes sociais na saúde mental.</li> </ul>		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
Aulas expositivas e dialogadas assentadas em materiais de apoio compostos por textos e artigos acadêmicos sobre a política de saúde mental no Brasil, uso de recursos audiovisuais (filmes, documentários) e questões postas (matérias de jornais e/ou revistas) na atualidade que possibilitem a discussão grupal. Técnicas utilizadas: discussão grupal, pesquisas individual e grupal, estudos dirigidos, apresentação de seminário.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
-	-	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
Externa	Rede Substitutiva de Saúde Mental: NASF, CAPS III, CAPS AD, CAPSi, Unidade de Acolhimento para usuários de Álcool e Drogas e Residência Terapêutica.	Iguatu/Ceará
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
A avaliação será contínua e processual, assim, será considerada a capacidade de reflexão, apropriação, correlações entre os conteúdos ministrados e as sínteses produzidas pelos alunos. Dentre os critérios, além das notas, tem-se a presença nas aulas (mínimo 75%), a participação em sala e nas atividades propostas como trabalhos individuais e/ou em grupos e pesquisas. O processo avaliativo será composto		

por múltiplas atividades a serem desenvolvidas durante o semestre, tais como: prova individual, exercícios individuais e grupais, trabalhos em grupo e seminário.	
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
ARLACON, Sergio; JORGE, Marcos Aurélio Soares (org). <b>Álcool e outras drogas: dialogo sobre o mal-estar contemporâneo</b> . Rio de Janeiro. Fio Cruz. 2012. BISNETO, José Augusto. <b>Serviço Social e saúde mental: uma análise institucional da prática</b> . Cortez. São Paulo. Cortez. 2007. VASCONCELOS, Eduardo Mourão (org.). <b>Saúde mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade</b> . 4ª ed. São Paulo. Cortez. 2008.	
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
LANCETTI, Antônio. <b>A clínica paripatética</b> . São Paulo. Hucitec. 2008. PESSOTI, Isaias. <b>Os nomes da loucura</b> . São Paulo. Editora 34. 1999. RIBEIRO, Edite Lauridesn. <b>Atenção em saúde mental para criança e adolescente</b> . São Paulo. Hucitec.2010. ROSA, Lúcia. <b>Transtorno mental e cuidado na família</b> . 2ª ed. São Paulo. Cortez. 2008. TUNDIS, Silvério Almeida; COSTA, Nilson do Rosário. <b>Cidadania e loucura: política de saúde mental no Brasil</b> . Petrópolis. Vozes. 2001.	
_____ Professor(a)	_____ Chefe do Depto. de Ensino

✓ Eletiva III



DEPARTAMENTO DE ENSINO

**PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<b>1 DISCIPLINA: EDUCAÇÃO POPULAR</b>		
Curso: Serviço Social		
Código: 09.500.47	Carga Horária: 60 h/a	Nº de Créditos: 03
Código pré-requisito: -	Semestre: 8º	

<b>Nível:</b> Superior	
<b>Prof.ª Responsável</b> -	
<b>2 EMENTA</b>	
Estudo e análise da educação popular no Brasil: surgimento, fundamentações teóricas, experiências desenvolvidas, dilemas e desafios. Educação popular e as ideias pedagógicas na sociedade brasileira. Contribuição de Paulo Freire e a pedagogia do oprimido. Transformações societárias e suas repercussões na educação popular. Educação e movimentos sociais no contexto neoliberal. Apropriações e ressignificações da educação popular: influência pós-moderna.	
<b>3 OBJETIVOS</b>	
GERAL: Compreender a história, contradições e atualidade da educação popular no Brasil ESPECÍFICOS: - Entender as motivações históricas e políticas do “surgimento” da educação popular; - Refletir sobre as experiências mais significativas desenvolvidas no Brasil em torno da E.P; - Conhecer e se apropriar das categorias centrais presentes no legado de Paulo Freire; - Analisar a atualidade e desafios da educação popular no Brasil hoje.	
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<b>UNIDADE 1: A história da Educação Popular</b> - Panorama da Educação Popular no Brasil - Contexto histórico e motivações político-pedagógicas da emergência da educação popular - Experiências iniciais: MCP; CPC; MEB e o PNA - O recuo da Educação Popular: o golpe de 1964	
<b>UNIDADE 2: Paulo Freire e a pedagogia do oprimido</b> - Trajetória e legado de Paulo Freire - A crítica à educação bancária - Educação e a luta pela libertação dos oprimidos	
<b>UNIDADE 3: Atualidade e dilemas da educação popular</b> - A educação popular no contexto da redemocratização no Brasil - As influências pós-modernas - Educação e movimentos sociais no contexto neoliberal - Escola pública e educação popular - Apropriações e ressignificações da Educação Popular hoje	
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
- Aulas expositivas dialogadas; - Trabalhos em grupos; - Exibição e análise de filmes referentes ao conteúdo da disciplina; - Realização de debates com convidados; - Aulas de campo.	
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>	
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>
-	-

<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
Externa	Instituições, entidades e/ou Movimentos Sociais.	Iguatu /cidades circunvizinhas /Região do Cariri/ Fortaleza
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
As avaliações serão realizadas na forma de atividades escritas e orais. A definição das notas levará em consideração alguns critérios, como: assiduidade, participação e desempenho nos trabalhos escritos (exercícios e provas).		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
<p>FREIRE, Paulo. <b>Pedagogia do Oprimido</b>. São Paulo. Paz e Terra. 2005.</p> <p>GARCIA, Pedro Benjamin. <b>O pêndulo das ideologias: a educação popular e o desafio da pós-modernidade</b>. Rio de Janeiro. Relume-Dumará. 1994.</p> <p>PALUDO, Conceição. <b>Educação popular em busca de alternativas: uma análise desde o campo democrático popular</b>. Porto Alegre. Tomo Editorial. 2001.</p>		
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
<p>BERLINCK, Manuel Tosta. <b>O centro popular de cultura da UNE</b>. Campinas. Papyrus. 1984.</p> <p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. <b>A educação popular na escola cidadã</b>. Petrópolis. Vozes. 2002.</p> <p>CALDART, Roseli Salette. <b>Pedagogia do Movimento Sem Terra</b>. São Paulo. Expressão Popular. 2004.</p> <p>FÁVERO, Osmar (orgs). <b>Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60</b>. Rio de Janeiro. Graal. 1983.</p> <p>FREIRE, Paulo. <b>Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa</b>. 29ª ed. São Paulo. Paz e Terra. 2004.</p> <p>JEZINE, Edineli; ALMEIDA, Maria de Lourdes (orgs). <b>Educação e movimentos sociais: novos olhares</b>. Campinas/São Paulo. Alínea. 2007.</p>		
_____ Professora	_____ Chefe do Depto. de Ensino	

DEPARTAMENTO DE ENSINO

**PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<b>1 DISCIPLINA: QUESTÃO URBANA E HABITAÇÃO</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.49	<b>Carga Horária:</b> 60 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 03
<b>Código pré-requisito:</b> -	<b>Semestre:</b> 8º	
Nível: Superior		
<b>Prof.<sup>a</sup> Responsável</b>	-	
<b>2 EMENTA</b>		
<p>Construção sociohistórica da cidade e espaço urbano. Relação campo e cidade. Desenvolvimento da sociedade capitalista: urbanização, sociedade industrial e modernização da cidade. Campo e espaço urbano na sociedade brasileira. Planejamento urbano, territorialidade e lutas sociais. A questão urbana, agrária e ambiental como expressão da “questão social” na contemporaneidade.</p>		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
<p>Compreender a construção sócio-histórica da cidade e do espaço urbano relacionando esse processo com a relação intrínseca entre questão urbana e agrária. Apreender os marcos regulatórios existentes no âmbito do espaço urbano e agrário. Analisar os conflitos existentes na sociedade brasileira que permeiam a questão urbana e agrária hoje e suas implicações para a profissão.</p>		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<p><b>Unidade I – Cidade e Campo: fundamentos sócio-históricos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento da sociedade capitalista: urbanização, sociedade industrial e modernização da cidade;</li> <li>- Relação campo e cidade;</li> <li>- Questão urbana e agrária: as particularidades da questão social na sociedade brasileira.</li> </ul> <p><b>Unidade II – Políticas públicas, habitação e movimentos sociais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforma urbana e agrária: impasses e perspectivas no Brasil;</li> <li>- Planejamento urbano, territorialidade e lutas sociais.</li> </ul>		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aulas expositivas dialogadas;</li> <li>- Trabalhos em grupos;</li> <li>- Exibição e análise de filmes referentes ao conteúdo da disciplina;</li> <li>- Realização de debates com convidados;</li> <li>- Aulas de campo.</li> </ul>		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		

TÍTULO DA AULA		LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)
-		-
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
TIPO (interna ou externa)	LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)	CIDADE
Externa	Instituições, entidades e/ou Movimentos Sociais.	Iguatu /cidades circunvizinhas /Região do Cariri/ Fortaleza
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
As avaliações serão realizadas na forma de atividades escritas e orais. A definição das notas levará em consideração alguns critérios, como: assiduidade, participação e desempenho nos trabalhos escritos (exercícios e provas).		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
<p>HARVEY, David. <b>A produção capitalista do espaço</b>. São Paulo: Annablume, 2005.</p> <p>MARICATO, Ermínia. <b>O impasse da política urbana no Brasil</b>. São Paulo: Vozes, 2011.</p> <p>STÉDILE, J.P. <b>A questão agrária no Brasil</b>. São Paulo: Expressão Popular, 2012 (Vol. I - VII)</p>		
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
<p>HARVEY, David. <b>Cidade Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil</b>. São Paulo: Boitempo, 2013.</p> <p>LEFEBVRE, Henri. <b>O direito à cidade</b>. São Paulo: Centauro, 2001.</p> <p>LOJKINE, Jean. <b>O Estado capitalista e a questão urbana</b>. 2ª ed. São Paulo: Martins, 1997.</p> <p>MARICATO, Ermínia (org). <b>A produção capitalista da casa e a cidade no Brasil industrial</b>. 2 ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.</p> <p>SANT'ANA, Raquel Santos. <b>Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e Serviço Social</b>. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>SANTOS, Milton. <b>A urbanização brasileira</b>. São Paulo: Edusp, 2005.</p>		
_____ Professora	_____ Chefe do Depto. de Ensino	

DEPARTAMENTO DE ENSINO

**PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<b>1 DISCIPLINA: POLÍTICAS PÚBLICAS, QUESTÃO SOCIAL E MEIO AMBIENTE</b>		
Curso: Serviço Social		
<b>Código:</b> 09.500.50	<b>Carga Horária:</b> 60 h/a	<b>Nº de Créditos:</b> 03
<b>Código pré-requisito:</b> -	<b>Semestre:</b> 8º	
Nível: Superior		
<b>Prof.ª Responsável</b>	-	
<b>2 EMENTA</b>		
Elementos conceituais e históricos da questão ambiental no Brasil. A questão ambiental como uma expressão da “questão social”: acumulação capitalista, exploração dos bens naturais e dos espaços territoriais. Políticas públicas, movimentos sociais e conflitos ambientais. Regulação pública do meio ambiente e o discurso da sustentabilidade. A atuação do Serviço Social frente às refrações da questão ambiental.		
<b>3 OBJETIVOS</b>		
Analisar criticamente os aspectos que conformam a questão ambiental hoje e suas implicações para o acirramento da questão social. Apreender as diversas formas de enfrentamento a questão ambiental por parte do Estado e da sociedade, em especial as políticas públicas e os movimentos sociais existentes na realidade brasileira. Compreender a relação entre Serviço Social e questão ambiental na contemporaneidade.		
<b>4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<b>Unidade I – A “questão ambiental” e o capitalismo</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aspectos históricos e conceituais: as particularidades do Brasil;</li> <li>- A questão ambiental como uma expressão da questão social: acumulação capitalista, exploração dos bens naturais e dos espaços territoriais.</li> <li>- Conflitos e tensões que marcam a questão ambiental como interface da questão social no Brasil.</li> </ul>		
<b>Unidade II - Políticas públicas, movimentos sociais e meio ambiente</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regulação pública do meio ambiente e o discurso da sustentabilidade.</li> <li>- As políticas pública voltadas para o enfrentamento a questão ambiental: limites e possibilidades;</li> <li>- Os movimentos sociais e a questão ambiental;</li> <li>- A atuação do Serviço Social frente as refrações da questão ambiental.</li> </ul>		
<b>5 METODOLOGIA DE ENSINO</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aulas expositivas dialogadas;</li> <li>- Trabalhos em grupos;</li> <li>- Exibição e análise de filmes referentes ao conteúdo da disciplina;</li> <li>- Realização de debates com convidados;</li> </ul>		

- Aulas de campo.		
<b>6 AULAS PRÁTICAS PREVISTAS</b>		
<b>TÍTULO DA AULA</b>	<b>LOCAL (Laboratório, área experimental etc.)</b>	
-	-	
<b>7 VISITAS TÉCNICAS PREVISTAS</b>		
<b>TIPO (interna ou externa)</b>	<b>LOCAL A SER VISITADO (Empresa, instituição etc.)</b>	<b>CIDADE</b>
Externa	Instituições, entidades e/ou Movimentos Sociais.	Iguatu /cidades circunvizinhas /Região do Cariri/ Fortaleza
Externa	Áreas de conflitos e impactos ambientais	Iguatu /cidades circunvizinhas /Região do Cariri/ Fortaleza
<b>8 AVALIAÇÃO</b>		
As avaliações serão realizadas na forma de atividades escritas e orais. A definição das notas levará em consideração alguns critérios, como: assiduidade, participação e desempenho nos trabalhos escritos (exercícios e provas).		
<b>9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
COUTINHO, Ronaldo; ROCCO, Rogério (org.). <b>O Direito Ambiental das Cidades</b> . Rio de Janeiro. DP&A. 2004. HARVEY, David. <b>A produção capitalista do espaço</b> . São Paulo: Annablume, 2005. SILVA, Maria das Graças e. <b>Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social</b> . São Paulo. Cortez. 2010.		
<b>10 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
CHESNAIS, F. <b>A finança mundializada</b> . São Paulo. Boitempo. 2005. CURRIE, Karen L. <b>Meio ambiente: interdisciplinaridade na prática</b> . 5. ed. Campinas: Papyrus, 2003. GÓMEZ, J. Andrés Dominguez; AGUADO, Octavio Vasquez; PÉREZ, Alejandro Gaona. <b>Serviço Social e Meio Ambiente</b> . São Paulo. Cortez. 2005. LÖWY, Michael. <b>Ecologia e Socialismo</b> . São Paulo, Cortez, 2005. MACHADO, Paulo Affonso Leme. <b>Direito ambiental brasileiro</b> . 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.		
_____ Professora	_____ Chefe do Depto. de Ensino	



#### 5.4. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado se constitui um importante instrumento na formação crítica e na capacidade interventiva, propositiva e investigativa do/a estudante de serviço social, pois contribui para apreensão dos elementos concretos que compõem a realidade social no contexto da sociedade capitalista e suas contradições e, nas estratégias de enfrentamento às expressões da “questão social” que vem sendo agravadas diante da crise da economia em sua fase financeira e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais.

Nesse contexto, de precarização do trabalho e de redução dos direitos sociais é importante reconhecer o lugar que o estágio supervisionado se coloca, isto é, como um espaço estratégico na defesa do projeto de formação profissional em consonância com o projeto ético-político do serviço social.

A formação profissional do/a assistente social é compreendida como processo, ou seja, como educação continuada e não simplesmente como uma qualificação “pronta e acabada”, assim necessita ser pensada de forma contextualizada com a realidade social, expressa pelos aspectos estruturais e conjunturais - e pelo sistema educativo - que refletem o movimento histórico da sociedade, mas também pela compreensão da própria história da profissão.

Assim, somos desafiados/as a refletir criticamente sobre o contexto e o processo de implantação das diretrizes curriculares do serviço social, construídas e aprovadas coletivamente pela categoria profissional em 1996, justamente quando os impactos da contra-reforma do Estado vêm avançando ofensivamente na política de ensino superior no Brasil, em particular, nos cursos de serviço social.

A política nacional de ensino superior traz rebatimentos significativos no cotidiano das condições de trabalho docente, dos recursos materiais necessários à realização de projetos de pesquisa e extensão essenciais para consolidar uma formação profissional de qualidade com garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão defendida pelas Diretrizes Curriculares (Ramos, 2006).

Cabe ressaltar, como salienta Santos e Abreu (2011), que essa política de educação em vigor se sustenta por meio de uma larga escala de expansão universitária mercantil e de precarização da formação profissional expressas em várias irregularidades no estágio supervisionado como: número excessivo de alunos por supervisão acadêmica, carga-horária

reduzida de estágio, alocação de estudantes em campos sem as condições éticas e técnicas para o exercício profissional, etc.

O Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, deve responder, através do seu exercício profissional, às atuais demandas colocadas pelo mercado de trabalho, mas também qualificar a sua atuação profissional, reconhecendo e conquistando novas possibilidades de ação. Como salienta Ianomoto (1992, p.163):

Estas considerações remetem à formação de profissionais qualificados para investigar e produzir conhecimentos sobre o campo que circunscreve sua prática, de reconhecer o seu espaço ocupacional no contexto mais amplo da realidade sócio-econômica e política do país e no quadro geral das profissões. Formar profissionais habilitados teórica e metodologicamente (e, portanto, tecnicamente) para compreender as implicações de sua prática, reconstruí-la, efetivá-la e recriá-la no jogo das forças sociais presentes.

Tendo como referência o Projeto de Formação Profissional aprovado pela categoria, expresso nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço social da ABEPSS em 1996, a Lei 8662/93 que regulamenta a profissão, o Código de Ética dos (as) Assistentes Sociais de 1993, a Lei 11.788/2008 que dispõe sobre estágio de estudantes e a resolução 533/2008 do CFESS que regulamenta a supervisão de estágio, a Política Nacional de Estágio (PNE) foi construída como um instrumento de resistência à expansão da desqualificação da formação profissional e como forma de garantir a indissociabilidade entre formação e exercício profissional.

A relevância que ocupa estágio no novo projeto de formação profissional, reafirmado pelas Diretrizes Curriculares, se dá a partir da *defesa de articulação entre a dimensão investigativa e a interventiva* como condição central da formação profissional, superando equívocos anteriores que supervalorizava a abordagem tecnicista e instrumental do “como fazer”. Outro avanço é a obrigatoriedade da supervisão conjunta entre supervisor acadêmico e supervisor de campo o que fortalece a unidade entre formação e exercício profissional.

A Política Nacional de Estágio (PNE) indica, portanto, que as Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) elaborem suas respectivas Políticas de Estágio, coerentes com toda a normatização e legislação em vigor. Tal política de estágio deve constar no projeto pedagógico dos cursos e ser amplamente divulgada junto aos sujeitos envolvidos no estágio, aos setores da universidade e da categoria, visando fortalecer coletivamente as diretrizes para o estágio supervisionado no Serviço Social.

Desse modo, o Curso de Serviço Social do IFCE estruturou a política de estágio supervisionado curricular em Serviço Social, buscando garantir o debate permanente no interior da UFA, a partir do reconhecimento do estágio como elemento constituinte da formação profissional.

#### **5.4.1. Princípios Norteadores da Supervisão de Estágio**

Os princípios norteadores do estágio supervisionado baseiam-se nos valores assumidos pelo projeto ético-político que rompe com o conservadorismo e elege como princípios fundamentais a democracia, a defesa dos direitos humanos, da cidadania, da justiça social e do pluralismo. Assim direciona o projeto profissional para construção de uma nova ordem societária, sem qualquer tipo de opressão ou dominação, aliando-se com os movimentos sociais e outras categorias profissionais na luta e defesa dos direitos da classe trabalhadora, comprometendo-se em garantir qualidade nos serviços prestados à população. Estes princípios apresentam uma clara direção social que se fundamenta nos avanços obtidos pela categoria profissional por meio da aprovação do Código de Ética de 1993, em que o debate da ética é transversal e presente em toda dimensão profissional.

Entre os princípios formativos destacam-se **a transversalidade da ética e da pesquisa**, constituindo os eixos fundamentais das Diretrizes Curriculares para o Serviço Social, assim **como a indissociabilidade entre as dimensões da competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa** e a articulação entre formação e exercício profissional que é possível de materializar-se através do rigor histórico e teórico-metodológico no trato da realidade social tendo em vista que, segundo as Diretrizes Curriculares, a formação profissional “deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 147).

Outro princípio fundante na formação profissional é da **indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**, pois compreende-se que a vivência do estágio possibilita a articulação desta tríade e, através dela, a aplicabilidade da dimensão teórico-metodológica indissociada da atitude investigativa, apreendida como “estratégia contínua de formação” (BOSCHETTI, 2004, p.29).

Assim o estágio supervisionado curricular, nas modalidades obrigatório e não-obrigatório, é um processo didático-pedagógico que se consubstancia pela **“indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional”** (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 62) pois se busca aproximar os sujeitos e seus processos de trabalho, na perspectiva de superar

[...] o famoso distanciamento entre o trabalho intelectual, de cunho teórico-metodológico, e o exercício da prática profissional cotidiana. Esse é um desafio colocado por estudantes e profissionais ao salientarem a defasagem entre as bases de fundamentação teórica da profissão e o trabalho de campo (IAMAMOTO, 2001, p. 52).

É esse “elo” entre as supervisões de campo e acadêmica que oportunizarão a qualidade no processo de ensino-aprendizagem através de um processo didático-pedagógico que perpassa o deciframento da realidade social, o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações refletidas, analisadas e supervisionadas. Para isso, será garantida a **supervisão do estagiário pelo supervisor de campo e pelo supervisor acadêmico**, através da articulação de encontros periódicos e sistemáticos para planejamento, avaliação e troca entre estes, e do compromisso que a cada um compete conforme explicitado no art. 4º da Resolução CFESS 533/2008:

Art. 4º. A supervisão direta de estágio em Serviço Social estabelece-se na relação entre unidade acadêmica e instituição pública ou privada que recebe o estudante, sendo que caberá:

- 4 ao supervisor de campo apresentar projeto de trabalho à unidade de ensino incluindo sua proposta de supervisão, no momento de abertura do campo de estágio;
- 5 aos supervisores acadêmico e de campo e pelo estagiário construir plano de estágio onde constem os papéis, funções, atribuições e dinâmica processual da supervisão, no início de cada semestre/ano letivo.

Portanto destaca-se, também, como princípio do estágio supervisionado a **articulação entre universidade e sociedade**, uma vez que se compreende que o conhecimento construído ao longo do processo de formação possibilita ao estagiário a leitura crítica da realidade social, bem como a capacidade técnico-operativa de dar respostas às demandas da sociedade.

Já os princípios da **unidade teoria-prática** e da **interdisciplinaridade** desenvolvem-se através da permanente articulação e complementariedade que o estagiário fará entre os

conteúdos teóricos, éticos, políticos e culturais na intervenção nos processos sociais. Sobre a concepção de unidade entre teoria e prática na formação profissional Ramos (2008, p.173) reforça:

É um pressuposto para precedermos a problematização das polêmicas do eixo ensino da prática na formação profissional. Para o marxismo, concepção teórico-metodológica que imprime direção social ao projeto de formação profissional dos/as assistentes sociais brasileiros/as, há uma unidade dialética entre os conceitos e a realidade, questão central no debate epistemológico.

Os procedimentos operacionais para a realização do Estágio obedecem à legislação em vigor. No Anexo II encontra-se a regulamentação de estágio supervisionado a ser desenvolvido pelo curso de Serviço Social do IFCE, *campus* Iguatu.

## **5.5. ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

Compreendem-se como atividades complementares as ações acadêmicas desenvolvidas pelos estudantes ao decorrer do curso, mediante comprovação de sua participação, que visam a contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, ampliando e qualificando a formação cultural, político-profissional dos estudantes, diversificando os espaços de formação, além de representar um componente que garante a flexibilização curricular do curso que integraliza sua carga horária com tais atividades. Dessa forma, as atividades complementares correspondem a aproximadamente 5% da carga horária do curso, o que corresponde a 160 horas/aula e a 08 créditos.

Para ser aprovado o planejamento e a sua inclusão na integralização curricular, as atividades complementares deverão ter caráter de complementação da formação acadêmica e profissional do estudante, mantendo correlação aos objetivos do curso de Serviço Social e aos conhecimentos e habilidades previstos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Tais ações poderão ser desenvolvidas nas áreas de pesquisa, iniciação científica, extensão, monitoria, estágio curricular não-obrigatório, cursos, oficinas, palestras, seminários, simpósios, eventos profissionais, estudantis, culturais, entre outros, conforme prevê regulamento disposto no Anexo IV.

## **5.6. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório que proporciona ao estudante a sistematização dos conhecimentos adquiridos no processo de

formação, ao longo do curso. No Anexo II encontram-se as diretrizes que regulamentam o TCC no Curso de Serviço Social do IFCE.

### **5.6.1 Obtenção do Título**

O processo de certificação ocorrerá segundo os procedimentos do IFCE, determinados pelo Regulamento de Ordenação Didática (ROD), conforme segue:

#### **CAPÍTULO VIII - Da expedição de diplomas e certificados**

**Art. 75** Aos concludentes dos cursos técnicos, superiores de tecnologia, de licenciaturas e bacharelados serão conferidos, respectivamente, diploma de técnico, de tecnólogo, de licenciado e de bacharel.

**§1º** A conclusão de cursos técnicos, nas modalidades subsequente e concomitante, dá direito a certificados de qualificação profissional intermediária, desde que o currículo tenha sido estruturado por módulos.

**§2º** Ao concluir o curso técnico na modalidade concomitante, o discente que apresentar certificação do ensino médio terá direito ao diploma de técnico; caso contrário, receberá apenas o certificado de qualificação profissional.

**§3º** O diploma de técnico para os concludentes na modalidade integrada, somente será expedido após a integralização do curso e do estágio curricular, quando obrigatório.

**§4º** A emissão dos diplomas aos concludentes dos cursos de graduação está condicionada à conclusão de todas as etapas de estudos, incluindo o trabalho de conclusão de curso (TCC) e o estágio curricular, quando for o caso.

**Art. 76** Aos egressos da formação inicial e continuada de trabalhadores, o IFCE conferirá certificado de qualificação profissional.

**Art. 77** O IFCE implementará certificação de competência em nível técnico, mediante exames.

**Parágrafo único** - Observada a regulamentação da certificação de competência estabelecida na legislação vigente, o IFCE, por intermédio da Pró-reitoria de Ensino, estabelecerá normas complementares, regulamentando os processos em relação a prazos e procedimentos.

## **5.7. PESQUISA, EXTENSÃO E MONITORIA**

Elemento característico do ensino superior, da universidade, é o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essa concepção supera a visão tradicional do ensino universitário e da prática pedagógica como processo de transmissão de conhecimentos e formação acadêmica ao tecnicismo.

Assim, a finalidade dessa lógica é de contribuir, estimular e propiciar o desenvolvimento cultural, científico e reflexivo nas diversas áreas do conhecimento. Vale destacar, a espe-

cificidade da pesquisa e da extensão para o Serviço Social, tendo em vista a necessária articulação entre as dimensões investigativa e interventiva, aspecto constitutivo do exercício profissional.

### **5.7.1. Pesquisa e Extensão**

Na formação profissional se preconiza uma articulação entre o trabalho profissional e as atividades acadêmicas, com ênfase a dimensão investigativa da profissão de Serviço Social, em que tem a pesquisa como instrumento indispensável para o conhecimento da realidade social e a intervenção profissional.

A pesquisa deve ser foco e constitutiva do processo de formação do profissional e não concebida apenas como atividade complementar, possível de ser dispensada, dependendo da vontade ou da habilidade do profissional para realizá-la. Na verdade, a pesquisa é uma forma que o profissional dispõe para conhecer a realidade social na qual desenvolve suas atividades, ou seja, constitui atividade básica na construção da realidade, da compreensão da dinâmica e relações sociais, como mediação na construção da identidade e exercício profissional.

Como defende as Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), o reconhecimento do caráter interventivo do assistente social, supõe uma capacitação crítico-analítica que possibilite a construção de seus objetos de ação, em suas particularidades sócio-institucionais para a elaboração criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional.

Nessa perspectiva, a pesquisa é reconhecida como um elemento constitutivo da formação e da atividade profissional, influenciando o desenvolvimento da capacidade do Assistente Social para apreender as dificuldades específicas presentes em dado contexto histórico, a partir de uma análise crítica das mediações que as envolvem, superando uma visão superficial e imediatista da dinâmica social, que desconsidera as contradições e complexos da totalidade social.

Desse modo, torna-se necessário fomentar políticas de pesquisas e extensão, uma vez que envolve professores e estudantes em atividades de iniciação científica, na produção do conhecimento e articulação com os diversos sujeitos e demandas sociais. É importante ressaltar que a pesquisa e extensão compreende uma atividade universitária docente.

A extensão é incorporada ao ensino superior, visando à articulação entre a universidade e comunidade. Entende-se que a relação entre universidade e sociedade permite a troca de

saberes, acadêmico e popular, contribuindo, conseqüentemente, com a produção do conhecimento e a participação da comunidade no espaço universitário. A necessidade de uma maior aproximação com a realidade é uma ação que deve ser defendida levando em consideração o histórico distanciamento entre as instituições públicas de ensino superior e a população mais subalternizada. Dentro dessa perspectiva, faz-se necessário o incentivo e elaboração de metodologias e ações articuladas pela universidade e institutos, que possam dialogar com a realidade da sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, considerando as demandas da realidade local, o curso de Serviço Social do IFCE necessita de um maior desenvolvimento de ações de pesquisa e extensão que viabilize e consolide uma formação condizente com os parâmetros nacionais, proporcionando a produção de conhecimento e articulação com as políticas públicas, entidades e movimentos sociais da região. Para isso, é necessário um maior incentivo tanto por parte das agências de fomento a pesquisa e a extensão como também por parte do IFCE, garantindo a continuidade das ações já desenvolvidas e a implementação de novos projetos de pesquisa e extensão.

Torna-se, portanto, imprescindível a construção de estratégias como a elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão; participação e organização de grupos de estudos, eventos, cursos e oficinas; publicações de artigos, livros, revistas e cartilhas; constituição de núcleo e grupos de pesquisa e extensão que possa envolver docentes e discentes do curso, além de profissionais e representantes de movimentos sociais, atentando para a multi e interdisciplinaridade. Nesse sentido, ressalta-se que tais iniciativas devem ser vinculadas as seguintes linhas temáticas:

- Trabalho, Educação e Formação Profissional;
- Movimentos Sociais e Sujeitos Coletivos: classe, gênero, raça/etnia e geração;
- Ética, Direitos Humanos e Cultura;
- Estado, Política Social e Direitos Sociais;
- Questão Social, Trabalho e Serviço Social;
- Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social;
- Questão agrária, Questão Urbana e Desenvolvimento Regional.

Atualmente, docentes e estudantes do curso de Serviço Social, em conjunto com outros servidores e discentes de demais cursos, estão coordenando e desenvolvendo ações no âmbito de projetos e núcleo abaixo descritos:



	<b>TÍTULO PROJETO/NÚCLEO</b>	<b>DOCENTES</b>	<b>BOLSISTAS</b>	<b>INSTITUIÇÕES/ ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS</b>
<b>Núcleo de Pesquisa e Extensão</b>	“Núcleo de Educação, Políticas Públicas e Serviço Social - NEPPSS”	03	----	IFCE
<b>Projeto de Extensão</b>	“Juventude e Cooperação Agrícola: a utilização as TICs no fortalecimento da agricultura familiar”	03	13	IFCE
				Ministério das Comunicações (MC)/Secretaria de Inclusão Digital (SID)
				Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
				Comissão Pastoral da Terra (CPT)
				Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP)
	Cáritas Diocesana			
<b>Programa de Iniciação Científica (PI-BIC)</b>	“O processo de implantação do curso de Serviço Social no IFCE: desafios da formação profissional frente à política de expansão da educação superior no capitalismo contemporâneo”	01	03	IFCE
	“Trabalho, Organização Produtiva e Questão Social no município de Iguatu/Ceará”	01	01	IFCE
	“O Estágio Curricular Supervisionado em Serviço Social: espaço de ensino da prática e reafirmação de princípios ético-políticos profissionais”	01	01	IFCE
	“A violência de cada dia: um olhar sobre as mulheres do Programa Mulheres Mil do IFCE – Campus Iguatu”	01	01	IFCE

Vale lembrar que o Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social do IFCE – *campus* Iguatu, é o instrumento que deve orientar a articulação e o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, em relação ao processo didático-pedagógico, gestão e organização acadêmica.

### 5.7.2. Monitoria

A monitoria é atividade complementar no processo de formação profissional, que tem como objetivo capacitar discentes para atividade de formação docente. A seleção se realiza anualmente, mediante processo seletivo.

A demanda por monitorias a ser encaminhada para o Programa de Monitoria do IFCE – Campus Iguatu é decidida no Colegiado do Curso de Serviço Social, priorizando as disciplinas que possuem conteúdos referentes aos fundamentos da formação em Serviço Social como também aquelas que possuem um índice maior de retenção por reprovação e dificuldades de aprendizado por parte dos discentes.

A monitoria deve ser realizada com o acompanhamento do docente responsável pela disciplina, mediante encontros semanais, para estudo e debate de temáticas relacionadas à monitoria e formação profissional. Além da articulação com atividade docente, a monitoria permitirá aos discentes, contribuir para o processo de pesquisa e estudo, com produção de trabalhos científicos e acadêmicos, grupos de estudos e acompanhamento dos conteúdos, e organização de eventos e cursos que possuam um caráter complementar a formação.

Tal como a pesquisa e extensão, o número de vagas e as ações realizadas no âmbito da monitoria acadêmica no Curso de Serviço Social ainda não atendem as demandas reais dos docentes e estudantes do curso, razão pela qual os alunos procuram desenvolver a atividade de forma não remunerada, desde que solicitado pelos professores das disciplinas. Entretanto, observando o perfil dos estudantes do curso e a necessidade de dedicação às atividades semanais de monitoria, são priorizadas as vagas com remuneração por intermédio de bolsas de monitoria, mediante seleção pública com edital específico.

Com o objetivo de contribuir para o planejamento das atividades da instituição e, conseqüentemente, do curso de Serviço Social, visando a sua consolidação, segue abaixo quadro com estimativa das demandas para o Programa de Monitoria Acadêmica desenvolvido pelo IFCE, levando em consideração os critérios já indicados para as disciplinas. Ressalta-se, no entanto, que poderá ocorrer uma alteração nesta demanda compreendendo a possibilidade de um eventual índice de retenção e dificuldades de aprendizado em componentes curriculares que não estejam listados abaixo. Tais decisões deverão ser tomadas pelo Colegiado do Curso.

<b>DISCIPLINAS</b>	<b>SEMESTRE</b>	<b>MONITORES</b>	<b>BOLSAS</b>
Introdução ao Serviço Social	1º	01	01
Economia Política	1º	01	01
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I	2º	01	01
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II	3º	-----	-----
Questão Social e Serviço Social	3º	01	01
Política Social e Serviço Social I	3º	-----	-----
Política Social e Serviço Social II	4º	-----	-----
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III	4º	-----	-----
Classes, Movimentos Sociais e Serviço Social	4º	-----	-----
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV	5º	-----	-----
Ética Profissional e Serviço Social	5º	-----	-----
Pesquisa em Serviço Social I	5º	-----	-----
Processos de Trabalho e Serviço Social	5º	-----	-----
Pesquisa em Serviço Social II	6º	-----	-----
Serviço Social e Instrumentalidade	6º	-----	-----
<b>TOTAL</b>	-----	<b>15</b>	<b>15</b>

## **5.8. AVALIAÇÃO**

### **5.8.1. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

Baseado nas palavras de Luckesi (1997, p.32), a avaliação representa “um posicionamento positivo ou negativo em relação ao objeto, ato ou curso de ação avaliado”. Assim, a avaliação representa o ato de acompanhar a construção do conhecimento do aluno, no qual deve representar o meio e não o fim do processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação deve promover o aprendizado, favorecendo progresso pessoal e a autonomia, num processo global, sistemático, participativo. Nessa perspectiva o desenvolvimento de competências pressupõe avaliar se a metodologia de trabalho correspondeu a um processo de ensino ativo, desprezando processos que levem o aluno a uma atitude passiva, respectiva e alienante. Implica em redimensionar o conteúdo e a forma de avaliação, oportunizando momentos para que o aluno expresse sua compreensão, análise e julgamento de determinados dificuldades, relacionados à formação profissional em cada disciplina.

No Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE a avaliação é compreendida como uma ação pedagógica que dá significado ao trabalho escolar onde suas estratégias devem favorecer a prática da pesquisa, da reflexão, da criatividade e do autodesenvolvimento. Dessa forma, assume um caráter processual, contínuo e progressivo, cujo objetivo é mensurar a aprendizagem em suas diversas dimensões (habilidades, hábitos, valores, conceitos e atitudes) e possibilitar aos discentes a progressão dos seus estudos na instituição.

A avaliação do rendimento escolar será feita por disciplina, abrangendo sempre os elementos assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmo. Entende-se por assiduidade e frequência às atividades correspondentes a cada disciplina, ficando reprovado o aluno que faltar a mais de 25% (vinte e cinco por cento) dessas atividades, vedado o abandono de falta quando não previsto em lei ou norma institucional. O aluno que obtiver 75% (setenta e cinco por cento), ou mais, de frequência em cada disciplina será considerado aprovado por assiduidade, devendo submeter-se ainda aos critérios de avaliação de eficiência para obter a aprovação na respectiva disciplina.

É também considerado no processo de formação:

- A aprendizagem progressiva e continuada de conhecimento, avaliada em provas, trabalho individuais, atividades práticas, experimentais ou tarefas outras desenvolvidas ao longo do período letivo;
- O domínio do conjunto da unidade lecionada, aferindo em exame que só será realizado após encerrado o período letivo e cumprido o respectivo programa;

Em consonância com a LDB, os resultados parciais ao longo do período letivo prevalecerão aos resultados de eventuais provas finais, assim como serão priorizados aspectos qualitativos em detrimento dos quantitativos nos processos avaliativos, evitando desta forma a mera elaboração de hierarquias de excelência.

Observado esses princípios, os docentes podem se valer de múltiplos instrumentos e metodologias avaliativos tendo sempre como referência os objetivos definidos nos planos dos cursos.

No que tange a sistematização da avaliação da aprendizagem subscreve-se o disposto no ROD:

### **Subseção III – Da sistemática de avaliação no ensino superior**

**Art. 54** A sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas.

**§1º** Em cada etapa, serão atribuídas aos discentes médias obtidas nas avaliações dos conhecimentos construídos.

§2º Independentemente do número de aulas semanais, o docente deverá aplicar, no mínimo, 02 (duas) avaliações por etapa.

§3º A nota do semestre será a média ponderada das avaliações parciais, devendo o discente obter a média mínima 7,0 para a aprovação.

**Art. 55** A média final de cada etapa e de cada período letivo terá apenas uma casa decimal; as notas das avaliações parciais poderão ter até duas casas decimais.

**Art. 56** Caso o aluno não atinja a média mínima para a aprovação (7,0), mas tenha obtido, no semestre, a nota mínima 3,0, ser-lhe-á assegurado o direito de fazer a avaliação final.

§1º A avaliação final deverá ser aplicada no mínimo três dias após a divulgação do resultado da média semestral.

§2º A média final será obtida pela soma da média semestral, com a nota da prova final, dividida por 2 (dois); a aprovação do discente estará condicionada à obtenção da média mínima 5,0.

§3º A avaliação final deverá contemplar todo o conteúdo trabalhado no semestre.

§4º A aprovação do rendimento acadêmico far-se-á, aplicando-se a fórmula a seguir:

$$X_S = \frac{2X_1 + 3X_2}{5} \geq 7,0$$

$$X_F = \frac{X_S + AF}{2} \geq 5,0$$

**LEGENDA:**

$X_S$  = Média Semestral

$X_1$  = Média da primeira etapa

$X_2$  = Média da segunda etapa

$X_F$  = Média Final

$AF$  = Avaliação Final

**Art. 57** Será considerado aprovado o discente que obtiver a média mínima, desde que tenha frequência igual ou superior a 75% do total das aulas de cada componente curricular.

**Seção V – Da promoção**

**Art. 58** Para efeito de promoção, o discente será avaliado quanto ao rendimento acadêmico, de acordo com a média estabelecida para o seu nível de ensino, e pela assiduidade às aulas que devera ser igual ou superior a 75% do total de horas letivas de cada componente curricular.

**Parágrafo único** - As faltas justificadas não serão abonadas, embora seja assegurado ao aluno o direito à realização de trabalhos e avaliações ocorridas no período da ausência.

Os casos omissos deverão ser encaminhados à Coordenação do Curso que tomará as devidas providências sendo o Colegiado do Curso, sob o respaldo das normativas institucionais, a instância privilegiada de decisões e encaminhamentos referentes a tais casos.

### **5.8.2. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

Instrumento primordial ao aperfeiçoamento das atividades acadêmicas, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) está prevista no Art.11 da Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e regulamentada pela Portaria nº. 2.051, do Ministério da Educação (MEC), de 09 de julho de 2004. Essa comissão é, na forma da lei, um órgão colegiado, de natureza deliberativa e normativa, cuja atribuição precípua é de proceder à avaliação institucional nos aspectos acadêmicos e administrativos.

Assim, o processo de auto-avaliação do curso de Bacharelado em Serviço Social do IFCE - *Campus* Iguatu será realizado pela Comissão Permanente de Avaliação instituída pela portaria nº 64 de 02 de julho de 2009 em parceria com a Coordenação e Colegiado do Curso viabilizando, dessa forma, a participação de todos os seguimentos nesse processo.

Em consonância com os valores e premissas de aprimoramento acadêmico, o objetivo principal da auto-avaliação é prover meios próprios de coleta de dados representativos de suas práticas numa perspectiva diagnóstica, subsidiando as ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Consolidando as ações supracitadas, faz-se necessário as análises e deliberações das reuniões promovidas pelo colegiado do curso, discentes, direção, técnico-administrativos dos diversos setores envolvidos diretamente com o curso a fim de identificar as fragilidades que se apresentam ao longo do ano para o atendimento necessário das expectativas da comunidade acadêmica.

### **5.8.3. AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO**

A avaliação deste Projeto Político-Pedagógico (PPP) deve ser contínua, levando em consideração a dinâmica da política educacional, da própria instituição de ensino e dos diversos sujeitos partícipes do processo de formação profissional. Dessa forma, deverá ocorrer pelo menos uma atividade semestral de planejamento e avaliação, envolvendo docentes, discentes e demais sujeitos que acompanham o curso de forma regular. Fica sob a responsabilidade do

Núcleo Docente Estruturante (NDE) ou de uma comissão específica de revisão curricular, composta no Colegiado do Curso, o acompanhamento e monitoramento da implantação do PPP.

Considerando o caráter inovador da proposta e os novos elementos que ela incorpora no processo de formação profissional, condizentes com os parâmetros e diretrizes curriculares nacionalmente instituídas pela ABEPSS e MEC, a avaliação torna-se fundamental para efetuar ajustes necessários a fim de assegurar o cumprimento da proposta. Para tanto, o curso e suas representações (Coordenação, NDE, Centro Acadêmico, etc.) deverá manter articulação e comunicação com as entidades representativas da profissão (ABEPSS, CFESS, CRESS, ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes) que devem contribuir com o acompanhamento das diretrizes curriculares dos novos projetos pedagógicos nas Unidades de Ensino de Serviço Social em todo o território nacional.

Nesse sentido, é imprescindível que o IFCE viabilize as condições necessárias para que os docentes, especialmente aqueles que estão nas coordenações de curso e estágio curricular supervisionado, e estudantes, priorizando os que compõem o Centro Acadêmico (CASS) e o Conselho de Representantes de Turmas (CORETUR), possam participar das ações de caráter nacional e regional (Oficinas da ABEPSS e ENESSO, Encontro CFESS/CRESS, Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social/ENPESS, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais/CBAS) desenvolvidas pela categoria e suas entidades visando a atualização constante acerca dos desafios contemporâneos da formação e do exercício profissional, o aprimoramento e a consolidação do curso.

Torna-se fundamental o desenvolvimento de debates e demais instrumentos de socialização do PPP na instituição, além de metodologias de avaliação periódica que ficará a cargo, á princípio, do grupo de trabalho que construiu este PPP, em consonância com o colegiado e coordenação do curso.

## **6. RECURSOS HUMANOS**

### **6.1. CORPO DOCENTE**

O corpo docente do Curso de Serviço Social do IFCE – campus Iguatu, é composto por professores/as efetivos/as, em regime de dedicação exclusiva, além de professores/as efeti-

vos/as e/ou substitutos/as, em regime de 40h/a ou 20h/a, conforme estabelece a Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

Atualmente o curso conta com 04 (quatro) docentes efetivas, com titulação de mestre, sendo duas em Serviço Social; uma em Sociologia e uma em Saúde da Criança e do Adolescente.

O ingresso de docentes ocorrerá mediante aprovação em concurso público de provas e títulos. Apesar do enquadramento funcional dos docentes do curso, remeter a condição de professor/a do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), torna-se importante priorizar profissionais habilitados e com experiência em atividades acadêmicas próprias do docente no âmbito do ensino superior, considerando que o curso de Serviço Social integra essa modalidade de ensino. Esse aspecto é primordial para o desenvolvimento das atividades acadêmicas científicas, indispensável para a consolidação e reconhecimento da atual concepção de formação profissional do Serviço Social.

É necessário considerar que a expansão de cursos superiores nos IFs atende a política de expansão da educação superior, a qual desencadeia contradições institucionais, confrontando princípios, objetivos e perspectivas das diversas modalidades de ensino ofertadas. Outro elemento a ser considerado, é a segmentação e precarização do trabalho docente do magistério superior, uma vez que atua nessa modalidade de ensino, mas com enquadramento diferente. Em virtude do enquadramento profissional, possui uma carga horária de até 24 h/a em sala de aula, desconsiderando as especificidades e maior exigência do ensino superior, com aprofundamento teórico, requerendo maior tempo de envolvimento preparação e apoio as atividades de ensino.

Ainda, destaca-se como desafio o fato da participação de docentes em reuniões sistemáticas do Colegiado de Curso e encontros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) não ainda serem considerados para a carga horária do trabalho docente.

A política de qualificação profissional, considerando as normas e regulamento do IFCE, permitirá elevar o percentual de titulação de doutores e mestres dos/as docentes e a qualificação dos/as profissionais. Nesse sentido, a instituição promoverá incentivo a liberação de docentes para realizar curso de Pós-graduação *stritu sensu*, preferencialmente em cursos acadêmicos, na área de Serviço Social ou afins; realizar cursos em outras universidades ou instituições; e ainda, participar de congressos, seminários, encontros internacionais, nacionais e regionais, e demais eventos acadêmico-científicos, para publicação de trabalhos ou participação para aperfeiçoamento profissional.



Segue abaixo quadro que dispõe dos dados de docentes que atuam (ou atuaram) em áreas específicas ou afins demandadas pelo curso:

<b>DOCENTES</b>	<b>TITULAÇÃO</b>	<b>VÍNCULO FUNCIONAL/REGIME DE TRABALHO</b>
Adriana Alves da Silva	Graduada em Serviço Social/UECE Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente/UECE Doutoranda em Educação/UFC	Efetivo/40h
Cynthia Studart Albuquerque	Graduada em Serviço Social/UECE Mestre em Sociologia/UFC	Efetivo/40h/Dedicação Exclusiva
Evelyne Medeiros Pereira	Graduada em Serviço Social/UECE Mestre em Serviço Social/UFPE	Efetivo/ 40h/Dedicação Exclusiva
Michele Ribeiro de Oliveira	Graduada em Serviço Social/UFPB Mestre em Serviço Social/UFPB	Efetivo/40h/Dedicação Exclusiva
Antônio Nunes Pereira	Graduado em Letras/UECE Especialista em Gestão Educacional/URCA Mestre em Teologia/EST	Efetivo/40h/Dedicação Exclusiva
Aurenívia Ferreira da Silva	Graduada em Letras/UECE Mestre em Linguística/UFC	Efetivo/40h/Dedicação Exclusiva
Jerciano Pinheiro Feijó	Graduado em História/URCA Especialista em Estudos Clássicos/URCA	Efetivo/40h/Dedicação Exclusiva
Maria Madalena da Silva	Graduada em Pedagogia/UFC Mestre em Educação/UFC Doutoranda em Educação/UNESP	Efetivo/40h/Dedicação Exclusiva
Mônica Maria Siqueira Damasceno	Graduada em Pedagogia/UEVA Especialista em Psicologia da Educação e em Saúde Menta/URCA Mestranda em Saúde da Infância e da Adolescência/UECE	Efetivo/40h/Dedicação Exclusiva
Neidimar Lopes Matias de Paula	Graduada em Pedagogia/UECE Especialista em Planejamento Educacional Mestranda em Educação/UFC	Efetivo/40h/Dedicação Exclusiva
Paulo Sérgio do Nascimento	Graduado em Geografia/URCA Mestre em Desenvolvimento Regional/URCA Doutorando em Geografia/UNESP	Efetivo/40h/Dedicação Exclusiva
Anastácio Ferreira de Oliveira	Graduação em Licenciatura em Filosofia/UECE	Efetivo/40h/Dedicação Exclusiva
Tiago Gomes Landim	Graduação em Licenciatura em Filosofia/UECE Mestre em Filosofia/UFC	Efetivo/40h/Dedicação Exclusiva

	Doutorando em Filosofia pela Universidad Pontificia de Salamanca - Espanha	
Willyana de Lima Antero	Graduada em Serviço Social/UECE	Substituta/40h
Aparecida do Santos	Graduada em Serviço Social/UECE Mestre em Sociologia/UFC Doutoranda em Sociologia/UFC	Substituta/40h

## 6.2. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Como a estrutura organizativa dos IFCE, *campus* Iguatu, ainda em processo de transição entre a antiga Escola Agrotécnica Federal (EAFI) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE), não dispõe de departamentos de cursos, no caso, de Serviço Social, os servidores técnico-administrativos que dão subsídio às atividades do curso estão vinculados a outros departamentos e coordenações, tais como: Diretoria de Ensino; Departamento de Ensino; Coordenadoria de Graduação e Pós-graduação; Coordenadoria de Registros Acadêmicos; Coordenadoria de Biblioteca; Departamento de Pesquisa, Extensão e Produção; Coordenadoria de Pesquisa e Extensão; Coordenadoria de Acompanhamento de Estágio e Avaliação de Egressos; Departamento de Apoio Estudantil; Diretoria de Administração.

Assim, levando em consideração as particularidades institucionais e as demandas do curso de Serviço Social, aponta-se para a necessidade de um maior apoio das ações realizadas pela coordenação e colegiado com a contratação, de forma imediata, de pelo menos um servidor técnico-administrativo para tal função. Atualmente, a coordenação conta com o apoio de um estudante do curso, bolsista de formação acadêmica, que desenvolve ações administrativas (elaboração de memorandos, comunicados, atas do colegiado, etc.) junto às ações voltadas para a pesquisa orientada pela professora que assume a função de coordenadora do curso. Diante de tal situação, as contínuas ações demandadas pelo curso de caráter técnico-administrativo que, inclusive, exigem sigilo profissional, ficam bastante comprometidas.

## 7. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

Os recursos humanos, físicos e materiais sem dúvida constituem requisitos para a qualidade de um curso de nível superior. Nesse sentido, é fundamental que o IFCE, *campus*

Iguatu, ofereça condições para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de ações que compõe a dinâmica do curso que competem as Coordenações do Curso e de Estágio Supervisionado em Serviço Social, ao NDE e ao Colegiado do Curso. Isso significa a necessidade de construção e disposição de novas salas, incluindo a da Coordenação do Curso e a de apoio a pesquisa, devidamente adequadas com equipamentos permanentes e de consumo; a atualização do acervo bibliográfico, atentando para o PPP do curso e a solicitação de docentes e discentes; a disposição de auditórios para a realização de eventos; transporte para o desenvolvimento de atividades de extensão e pesquisa, além do deslocamento cotidiano dos estudantes; entre outros.

Levando em consideração essa realidade, dispõem-se abaixo os recursos materiais e a estrutura física, em geral, atualmente existente no IFCE – *campus* Iguatu, Unidade I (Areias) e Unidade II (Cajazeiras) que o curso pode acessar.

#### Unidade I – Areias

<b>Características</b>	<b>Status</b>
- 02 Laboratórios de Informática; - 01 Sala de Vídeo-conferência; - 01 Auditório (200 pessoas); - 01 Salão de Eventos; - 01 Biblioteca setorial; - 04 Banheiros; - 01 refeitório.	DISPONÍVEL

#### Unidade II – Cajazeiras

<b>Características</b>	<b>Status</b>
- 09 Salas de Aula climatizadas; - 01 Teatro (400 pessoas) - 01 Auditório (160 pessoas) - 03 Laboratórios de Informática; - 01 Laboratório de Línguas; - 01 Biblioteca Central; - 07 Gabinetes de professores; - 01 Sala de professores (reunião); - 01 Setor de Registro Acadêmico;	DISPONÍVEL

<ul style="list-style-type: none"> <li>- 01 Setor Pedagógico;</li> <li>- 01 Setor de Apoio Estudantil;</li> <li>- 01 Setor de Recursos áudios-visuais;</li> <li>- 01 Cantina;</li> <li>- 01 Refeitório;</li> <li>- 04 banheiros;</li> <li>- 02 ônibus de viagem;</li> <li>- 01 Van Ducauto;</li> </ul>	
--	--

Em relação à biblioteca, além da necessidade de atualizar o acervo bibliográfico conforme as demandas dispostas no PPP e na reconfiguração das ementas e bibliografias, ressalta-se que a mesma está apta a oferecer ao aluno amplo material de consulta e pesquisa, necessários a boa formação acadêmica. Dispõe de área para estudo em grupo e estudo individual, dotada de computadores para elaboração de trabalho e pesquisas. O sistema de gerenciamento da biblioteca é informatizado facilitando ao aluno a procura do livro ou periódico desejado através do terminal de consulta ao acervo disponível no interior da mesma. A biblioteca atende toda a comunidade acadêmica de segunda a sexta-feira, das 07h às 22h. Os alunos podem executar reservas de materiais que não estejam no acervo por motivo de empréstimo. A biblioteca conta com um bibliotecário, 05 auxiliares de biblioteca e 02 bolsistas.

Em relação às demandas do Curso de Serviço Social, destacam-se, além dos livros dispostos nas bibliografias das disciplinas, os seguintes periódicos:

<b>NOME</b>	<b>EDITORA/INSTITUIÇÃO</b>
Temporalis	ABEPSS
Revista Inscrita	CFESS
Revistas Serviço Social e Sociedade	Editora Cortez
Revista Katálysis	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Em Pauta	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)
Ser Social	Universidade de Brasília (Unb)
Revista Praia Vermelha	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Revista Crítica Marxista	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO PROJETO

- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.396**, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto**. Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior. Comissão de Ensino em Serviço Social. Diretrizes curriculares: Curso: Serviço Social. Brasília, DF, 1999.
- BRASIL. **Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes.**
- BRASIL. **Lei nº 8662 de 07 de junho de 1993 que regulamenta a profissão do Bacharel em Serviço Social.**
- CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.** Brasília: CFESS, 1993
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 2ed. São Paulo: Cortez, 1999, p. 75-81.
- IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade.** in: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Atribuições privativas do (a) assistente social em questão. Brasília: CFESS, 2002
- IAMAMOTO, Marilda Vilella. **O Serviço Social na cena contemporânea.** In: Serviço Social, direitos sociais e competências profissionais. UNB, 2009
- IAMAMOTO, Marilda Vilella & CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1982.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. **Proposta Curricular do Curso de Serviço Social.** Faculdade de Serviço Social. Campinas, junho de 2000.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. IAMAMOTO. M. V. **Relatório de Consultoria.** Escola de Serviço Social. Belo Horizonte: PUC-MG, janeiro de 1998. (mimeo)
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Matriz curricular.** Curso de Serviço Social. Faculdade de Serviço Social. Fortaleza, março de 2010
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Proposta Curricular do Curso de Serviço Social. Faculdade de Serviço Social.** Salvador, 2006.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Proposta Curricular do Curso de Serviço Social. Curso de Serviço Social.** Brasília, 2000.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Diretrizes para estágio supervisionado.** Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Serviço Social. Brasília, 2000.

## 9. ANEXOS

### 9.1. ANEXO I – QUADRO DE MAPEAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA REGIÃO

INSTITUIÇÃO	Nº AS	LOTAÇÃO	PROCEDÊNCIA	INSTITUIÇÃO DE ENSINO
<b>MUNICÍPIO DE IGUATU</b>				
Secretaria de Saúde	3	Hospital Regional de Iguatu	Iguatu – 2 Juazeiro do Norte - 1	UEPB Leão Sampaio Universidade Regional do Ne
			Quixelô - 1	UEPB
	2	Escola de Saúde Pública	Maranhão	UECE
			Fortaleza	UECE
	1	Endemias e Controle de Vetores	Iguatu	UEPB
	1	CAPS	Iguatu	UEPB
	1	Centro de Zonoses	Iguatu	UEPB
Secretaria de Saúde (Est)	1	CRES	Jucás	UEPB
Previdência Social	1	INSS	Iguatu	UECE
SEBRAE	1	Gestão	Iguatu	UECE
Filantrópico	1	Escola Marista Champagnat	Iguatu	UEPB
Fundação	1	Fundação Edvane Matias	Iguatu	UECE
Secretaria do Trabalho de Desenvolvimento Social do Estado do Ceará - STDS	1	Semi-liberdade	Iguatu	UECE
Secretaria Municipal de Ação Social	8	CRAS	Paraíba e Juazeiro do Norte	UEPB Faculdade leão Sampaio
			Paraíba	UEPB
	1	Gestão	Paraíba	UEPB
	1	CREAS	Paraíba	UEPB
	1	Bolsa Família		Universidade Regional do Nordeste
	1	Abrigo domiciliar		
	1	Centro de Referência da Mulher		
1	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	Juazeiro do Norte	Faculdade Leão Sampaio	
<b>MUNICÍPIO DE ACOPIARA</b>				
Secretaria de Saúde	1	CAPS	Acopiara(2)	2UEPB
	1	Auditoria	Jucás(1)	4 UECE
	1	NASF	São Paulo(1)	
Secretaria de Ação Social	1	Gestão	Irapuan Pinheiro(1)	
	2	CRAS	Quixelô(1)	

<b>MUNICÍPIO DE CARIÚS</b>				
Secretaria de Ação Social	3	CRAS(2)	Iguatu(2)	UEPB
		Gestão (1)	Acopiara	UECE
<b>MUNICÍPIO DE CATARINA</b>				
Secretaria de Ação Social	2	Bolsa Família	Catarina	UECE
		Gestão	Ipaumirim	UEPB
<b>MUNICÍPIO DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO</b>				
Secretaria de Ação Social	2	CRAS	Natal	UERN
		Gestão	Natal	
<b>MUNICÍPIO DE JUCÁS</b>				
Secretaria de Ação Social	4	CRAS	Iguatu, (2)	UECE(2)
	1	Gestão	Jucás(1)	UEPB(3)
			Paraíba(1)	
			RN(1)	
<b>MUNICÍPIO DE PIQUET CARNEIRO</b>				
Secretaria de Ação Social	1	CRAS	Piquet Carneiro	UECE
<b>MUNICÍPIO DE QUIXELÓ</b>				
Secretaria de Ação Social	3	Gestão	Iguatu	UECE
	1	Habitação	Maranhão	UECE
	1	CRAS	Caucaia	UECE
<b>MUNICÍPIO DE SABOIEIRO</b>				
Secretaria de Ação Social	1	CRASS	Brejo Santo	UECE
<b>MUNICÍPIO DE ÓROS</b>				
Secretaria de Ação Social	04	Gestão (2)	Paraíba (3)	UEPB
		CRAS (2)	Orós (1)	UECE
<b>MUNICÍPIO DE VARZEA ALÉGRE</b>				
Secretaria de Ação Social	2	Habitação(1)	Icó	UEPB
		Gestão(1)	Lavras da Manga-beira	

\*Dados sujeitos a alteração tendo em vista a dinâmica na mudança das gestões municipais, além da realização de concursos e contratações de profissionais. A atualização constante dessas informações será de responsabilidade da coordenação de estágio supervisionado em Serviço Social durante implementação da política de estágio supervisionado do curso de Serviço Social, IFCE, *campus* Iguatu.

## 9.2. ANEXO II - REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O presente Regulamento integra o Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *campus* Iguatu, e tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas a elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso-TCC dos discentes, requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

### DA CARACTERIZAÇÃO OBJETO TCC

**Art. 1º** - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é de caráter obrigatório e se constitui um componente curricular indispensável à integralização plena do currículo do Curso de Serviço Social e um requisito parcial obrigatório à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

**Art. 2º** - O TCC tem como objetivo propiciar aos alunos a demonstração do grau de habilitação adquirida, o aprofundamento teórico em determinada área, o estímulo à produção científica, à consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e de análise crítica da realidade social.

**Art. 3º** - O TCC se caracterizará como um trabalho monográfico de sistematização do conhecimento gerados preferencialmente a partir das experiências de estágio no decorrer do curso, elaborado conforme metodologia de pesquisa e normas técnicas estabelecidas pela ABNT.

**Parágrafo Único** - O TCC deverá contemplar obrigatoriamente:

- a) Elaboração de uma fundamentação teórica referente ao tema de pesquisa;
- b) Elaboração de pesquisa (de campo, documental, bibliográfica, teórica);
- c) Análise dos dados obtidos pela pesquisa com base em procedimentos metodológicos, técnico-científicos e teoricamente embasados.

### DA ELABORAÇÃO

**Art. 4º** - A elaboração do TCC ocorrerá a partir das disciplinas Fundamentos de TCC e TCC em que os discentes devem cursar e ter cumprido nos períodos anteriores as disciplinas indicadas como pré-requisitos.

**Art. 5º** - O Projeto de TCC deverá ser elaborado durante a disciplina Fundamentos de TCC e apresentado em Seminário submetido à apreciação de professores da instituição designados pelo Colegiado de Serviço Social.

**Art. 6º** - A elaboração do TCC é uma produção individual.

**Art. 7º** - O TCC deverá conter no mínimo 60 (sessenta) e no máximo 100 (cem) páginas digitadas, obedecendo às normas estabelecidas pela ABNT.

**Art. 8º** - O tema do TCC será de livre escolha do discente, desde que seu conteúdo possua caráter científico e esteja vinculado à área do conhecimento do Serviço Social.



**Parágrafo Único** - A escolha do tema, objeto de estudo do TCC, bem como o Pré-Projeto de Pesquisa serão definidos e elaborados respectivamente nas disciplinas Pesquisa em Serviço Social I e II

§ 1º – O Pré-Projeto de Pesquisa, deverá ser aceito e aprovado pelo orientador da disciplina Fundamentos de TCC, podendo este juntamente com o aluno realizar mudanças, inclusive de tema para construção do Projeto de TCC.

§ 2º - Para mudar o tema do TCC o discente deverá encaminhar um novo Projeto de TCC, acompanhado de uma carta expondo os motivos da mudança para o professor orientador do TCC que deverá avaliar a pertinência ou não de tal mudança.

§ 3º - A mudança de Projeto não implica, necessariamente, na mudança de orientador.

**Art. 9º** - A responsabilidade pela elaboração do TCC é integralmente do aluno, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

### **DA ORIENTAÇÃO**

**Art. 10º** - A orientação do TCC é feita, prioritariamente, na disciplina de TCC, com 08 créditos, tendo como base o projeto elaborado na disciplina de Fundamentos de TCC.

**Art. 11º** - A orientação do TCC ocorrerá por:

- a) Docente da instituição com formação na área específica vinculada ao curso de Serviço Social. Neste caso, a banca poderá ser composta por examinador externo, sendo profissional de nível superior em instituição credenciada e reconhecida pelo MEC;
- b) Docente da instituição com a formação em área afim e titulação mínima de especialista. Neste caso, a banca deverá ser composta por examinador interno sendo docente da área específica vinculada ao curso.

**Parágrafo único** – Excepcionalmente a orientação poderá ser realizada por profissional da área específica ou de área afim com, no mínimo, a titulação de especialista, que não compõe o quadro institucional. Neste caso, será obrigatória a composição da banca examinadora por dois docentes vinculados ao Curso de Serviço Social, sendo pelo menos um com formação em Serviço Social.

**Art. 12º** - Deverão ser considerados os seguintes aspectos na distribuição junto aos docentes para orientações de TCC:

- a) Afinidade do professor com o tema de pesquisa proposto;
- b) Disponibilidade do professor;

**Art. 13º** - A troca de orientador só é permitida quando outro docente assumir formalmente a orientação, mediante aquiescência expressa do professor substituído e notificação à Coordenação de Curso de Serviço Social.

### **DO ORIENTADOR**

**Art. 14º** - Cabe ao professor orientador:

I - prever no seu plano semanal de trabalho, carga horária específica de orientação por discente, conforme previsto na organização pedagógica do curso.

II – controlar a frequência do acadêmico sob sua orientação no diário de classe

III - atender e orientar o acadêmico em todas as etapas de elaboração do TCC, em horário previamente fixado;

IV - indicar bibliografia adequada à construção do TCC;

V – indicar ao orientando as reformulações necessárias durante o processo de elaboração do TCC;

VI - presidir as bancas dos trabalhos de conclusão de curso de seus orientandos;

VII - avaliar a versão final do trabalho de conclusão, juntamente com os demais membros da banca;

VIII - entregar as fichas de frequência, devidamente preenchidas e assinadas, à Coordenação do Curso;

IX - assinar, juntamente com os demais membros das bancas examinadoras, as fichas de avaliação das monografias, as atas finais das sessões de defesa e o TCC depois de realizadas as alterações indicada pela banca examinadora;

XI - participar das reuniões convocadas pelo Coordenador do Curso;

XII - cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

**Art. 15<sup>a</sup>** – A carga horária do docente destinada à orientação do TCC deverá ser contabilizada oficialmente como atividade docente de ensino, constando na sua carga horária geral.

**Art. 16<sup>a</sup>** – As orientações deverão ser realizadas preferencialmente por professores do Curso de Serviço Social, com formação na área específica, ou seja, no mínimo bacharel em Serviço Social.

## **DO ALUNO**

**Art. 17<sup>o</sup>** - Cabe ao aluno:

I - manter contatos semanais com o orientador para discussão e aprimoramento de seu trabalho;

II - cumprir o calendário estabelecido para entrega das cópias do TCC, para cada membro da banca, com antecedência de 10 dias;

III - apresentar, de acordo com o calendário estabelecido, o Trabalho de Conclusão perante a Banca Examinadora;

IV – entregar duas cópias da versão final do TCC em capa dura e em CD-ROM à Coordenação do Curso e à Biblioteca do IFCE, Campus Iguatu;

VI - cumprir e fazer cumprir este Regulamento

## **DA COORDENAÇÃO DO CURSO**

**Art. 18º** - Compete ao Coordenador de Curso:

I - Apresentar ao discente a disponibilidade de professores orientadores após deliberação do colegiado do Curso de Serviço Social;

II - Analisar os recursos das avaliações dos professores orientadores e bancas examinadoras;

III - Tomar, em primeira instância, todas as demais decisões e medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento;

IV – Coordenar a formação das bancas examinadoras de TCC;

V - Convocar, quando necessário, reuniões com os Professores Orientadores, para o cumprimento destas normas.

## **DO COLEGIADO DO CURSO**

**Art. 19º** - Compete ao Colegiado do Curso de Graduação em Serviço Social:

I - analisar e aprovar alterações neste Regulamento;

II - resolver os casos omissos neste Regulamento e interpretar seus dispositivos;

III – Deliberar o calendário semestral, de acordo com o calendário acadêmico institucional, dos prazos para a entrega dos TCCs e realização das defesas;

IV – Deliberar sobre a disposição das orientações junto aos docentes, atentando para a carga horária dos mesmos.

## **DO DEPARTAMENTO DE ENSINO**

**Art. 20º** - Compete ao Departamento de Ensino do IFCE, campus Iguatu:

I - reserva de sala para a realização dos seminários e apresentação dos TCC;

II - reserva de equipamentos, que o aluno necessitar para sua apresentação;

III - recebimento das cópias dos Trabalhos de Conclusão de Curso após apresentados e devidamente corrigidos para arquivo na biblioteca e coordenação do curso;

IV - divulgação (no período que antecede os seminários) do planejamento dos dias, horários e locais do seminário e apresentação dos TCC;

V - confecção das atas de Trabalho de Conclusão de Curso;

VI - confecção dos formulários para avaliação dos membros das bancas;

## **DAS BANCAS**

**Art. 21º** - A versão final do TCC será defendida pelo aluno perante banca examinadora, composta pelo professor orientador que a preside e, por outros dois membros, designados pelo orientador juntamente com o aluno.

§ 1º - São membros da banca examinadora, professores da área específica ou afim, conforme dispõe artigo 11º.

§ 2º - Na composição das bancas um dos membros poderá ser um profissional - assistente social, com titulação mínima de especialista.

**Art. 22º** - A comissão examinadora somente pode executar seus trabalhos com três membros presentes

§ 1º - Não comparecendo algum dos membros designados para a banca examinadora, o fato deve ser comunicado, por escrito, ao Coordenador do Curso de Serviço Social

§ 2º - Não havendo o comparecimento de algum dos membros da banca examinadora deve ser marcada nova data para a defesa

**Art. 23º** - Todos os professores do Curso de Serviço Social podem ser convocados para as bancas examinadoras.

**Art. 24º** - Os membros das bancas examinadoras, a contar da data de recebimento do TCC, têm o prazo de dez dias, no mínimo, para procederem a leitura e apreciação da monografia.

### **DAS DEFESAS**

**Art. 25º** - As sessões de defesa dos TCCs são públicas.

**Parágrafo único** - Não é permitido aos membros das bancas examinadoras tornar públicos os conteúdos dos trabalhos antes de suas defesas.

**Art. 26º** - Cabe ao professor orientador coordenar a mesa, iniciar e finalizar os trabalhos, fazer o controle do tempo e redigir a ata da realização da banca em formulário próprio;

**Art. 27º** - Na defesa, o aluno tem até trinta minutos para apresentar seu trabalho e cada componente da banca examinadora até dez minutos para fazer sua arguição/apreciação, dispondo ainda o discente de outros dez minutos para responder a cada um dos examinadores.

§ 1º - É condição para defesa do TCC pelo discente ter cumprido os seguintes requisitos exigidos pelo componente curricular TCC:

- b) alcançar 75% de presença nas orientações;
- c) atender as orientações e expressá-las em seu TCC

§ 2º - Os requisitos exigidos pelo componente curricular TCC é condição para protocolar o TCC na coordenação do curso, bem como para realização dos procedimentos da defesa.

### **DA AVALIAÇÃO**

**Art. 28º** - A atribuição das notas dá-se após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo-se o sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e a defesa na arguição pela banca examinadora.

§ 1º. Para a atribuição das notas utilizam-se fichas de avaliação individuais, nas quais o professor registra suas notas para cada item a ser considerado.

**Art. 29º** - Cada membro da banca examinadora atribui uma nota para cada item avaliado, somando-se e chegando a um resultado parcial, somam-se as três notas parciais e divide-se por três para obtenção da nota final. Será aprovado o aluno que obtiver a nota final igual ou superior a sete (7,0).

**Parágrafo Único** - O cálculo da nota final é obtido através de média aritmética da nota dos três membros da banca avaliadora.

**Art. 30º** - O aluno que obtiver média inferior a sete (7,0) será considerado reprovado pela banca final.

**Parágrafo Único** - No caso de reprovação o discente deverá novamente matricular-se no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

**Art. 31º** - A atribuição de notas do TCC deve respeitar aos parâmetros:

- a) Formatação e apresentação gráfica conforme recomendações da ABNT;
- b) Redação com abordagem objetiva, concisa, coesa, e direta em parágrafos curtos, além da correta utilização da língua portuguesa;
- c) Adequação ao tamanho de no mínimo, obrigatoriamente, 60 laudas e no máximo, preferencialmente, 100 laudas;
- d) Relevância e atualidade do tema;
- e) Explicação clara do tema central do TCC e de seus objetivos;
- f) Coerência e coesão na sequência da apresentação da análise empírica, teórica ou histórica relacionada ao tema central e aos objetivos iniciais
- g) Utilização de bibliografia pertinente ao tema;
- h) Adequação das conclusões aos objetivos e do conteúdo ao problema central do TCC
- i) Clareza e objetividade do aluno na apresentação oral do seu TCC.

**Art. 30º** - Sobre a decisão da banca examinadora do TCC, não caberá recursos

**Art. 31º** - O TCC cujo conteúdo for considerado plágio – parcial ou total – será automaticamente reprovado e o aluno deverá cursar novamente o componente curricular TCC no próximo semestre letivo.

**Art. 32º** - A banca examinadora, por qualquer de seus membros, pode sugerir ao aluno que reformule aspectos de seu TCC.

§ 1º. A sugestão da reformulação de aspectos do TCC, deverá ser apreciada posteriormente pelo aluno juntamente com seu orientador;

**Art. 33º** - A avaliação final, assinada por todos os membros da banca examinadora, deve ser registrada no livro de atas do IFCE, *campus* Iguatu

**Art. 34°** - Os Trabalhos de Conclusão de Curso aprovados, e reformulados quando acordados pelo professor orientador e discente, deverão ser entregues em dois (02) exemplares em capa dura para a Secretaria do Curso que ficará com um exemplar e encaminhará outro exemplar para à biblioteca do IFCE, *campus* Iguatu.

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 35°** - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos em primeira instância pelo Coordenador do Curso e em segunda pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE

Este regulamento foi apreciado e aprovado pelo Colegiado do Curso Bacharelado em Serviço Social em reunião realizada aos 26 dias de fevereiro de 2013 e é parte integrante do Projeto Político do Curso.

### 9.3. ANEXO III - POLÍTICA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR EM SERVIÇO SOCIAL

A presente Política de Estágio Supervisionado Curricular integra o Projeto Político Pedagógico do Curso Bacharelado em Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *campus* Iguatu e tem por finalidade normatizar a este componente curricular, requisito obrigatório na formação profissional em serviço social.

#### 1. APRESENTAÇÃO

A concepção que fundamenta o estágio curricular supervisionado tem como perspectiva a processualidade da supervisão na formação profissional como atividade não-linear, complexa e histórica. Nesse sentido o compromisso político com a profissão é um elemento chave no âmbito da competência profissional, na defesa da qualidade dos serviços prestados à população usuária.

O estágio curricular pode ser realizado através de duas modalidades *obrigatório e não-obrigatório* como prevê a Lei 11.788/2008, no seu artigo 2º: parágrafo 1º: Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. No parágrafo 2º: Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

O **estágio supervisionado curricular obrigatório** vincula-se ao projeto político profissional e à perspectiva legal prevista no Código de Ética Profissional (1993), na Lei de regulamentação da Profissão (8662/93), nas Diretrizes Curriculares da ABESS/CEDEPSS (1996) e Resolução do CFESS 533/2008, considerando:

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional de campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade de campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética Profissional (1993). O estágio supervisionado é concomitante ao período letivo escolar (ABESS/CEDEPSS, 1996, p.71).

O processo de supervisão dessa modalidade pressupõe supervisão direta conjunta pelo supervisor (a) professor e supervisor (a) de campo, além de condições éticas e técnicas nos espaços ocupacionais, conforme prevê o art. 2º e o parágrafo único da Resolução 533/CFESS.

**Art. 2º.** A supervisão direta de estágio em Serviço Social é **atividade privativa do assistente social**, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo o assistente social da instituição campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da instituição de ensino.

**Parágrafo único.** Para sua realização, **a instituição campo de estágio deve assegurar os seguintes requisitos básicos:** espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, dentre outros requisitos, nos termos da Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as “condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social”. (grifos nossos).

O **estágio supervisionado curricular não-obrigatório**, preconizado pela Lei 11.788/2008, se configura no curso de Serviço Social como atividade complementar. Esta modalidade está sistematizada em consonância com a PNE e demais normativas que orientam o serviço social, pois como adverte Ramos (2007), parece ser uma realidade geral que a maioria das IES não vem acompanhando como preconiza a PNE a referida modalidade de estágio, ficando na maioria das vezes a cargo de outras instâncias como agentes de integração, pró-reitorias, assistência estudantil, dentre outros.

Consonante com essas preocupações, a Política de Estágio Curricular em Serviço Social do IFCE aponta princípios e critérios pedagógicos a esta modalidade de estágio, sobretudo a garantia do acompanhamento sistemático, respeitando as diversidades dos processos formativos, mas utilizando-se de parâmetros que previnem a utilização mercadológica do estágio que suprime a dimensão pedagógica no processo de formação profissional.

## **2. IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO**

As estratégias de implementação do estágio supervisionado no processo de formação profissional do assistente social remetem a algumas exigências pedagógicas que devem ser assumidas por todos os entes envolvidos: coordenadores de curso e de estágio, supervisores acadêmicos, supervisores de campo e estudantes.

A materialização de uma política de estágio deverá envolver também as organizações da categoria profissional e dos estudantes (Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO e CASS), demais setores do IFCE como Diretoria, Departamento de Ensino e Coordenação de Graduação e Pós-Graduação, Setor responsável pelo estágio, além das instituições parceiras credenciadas como campo de estágio.

O estágio curricular obrigatório do IFCE é organizado em duas disciplinas obrigatórias – Estágio Supervisionado I e II – ocupando considerável carga horária do curso.



Vale ressaltar que embora a carga horária da prática de estágio supervisionado não esteja presente na matriz curricular, está integralizada no currículo e no sistema acadêmico, perfazendo o mínimo de 15% das 3.000 horas de CH mínima dos cursos de serviço social, o que totaliza 450 horas, conforme prevê o parecer nº 8/2007 e a resolução nº 2/2007 do Conselho Nacional de Educação/MEC. A carga horária semanal de atividades de campo não ultrapassa as 30 horas semanais e 6 horas diárias previstas na Lei 11.788/2008. Seguindo, ainda, as Diretrizes Curriculares, o estágio curricular obrigatório é realizado em dois semestres, distribuído de forma equitativa nos 6º e 7º períodos respectivamente.

No que se refere à realização do estágio supervisionado curricular obrigatório, destaca-se que o (a) aluno (a) só poderá ingressar no campo de estágio somente tendo cumprido às disciplinas pré-requisitos para tal atividade curricular, quais sejam: Fundamentos Históricos, Teóricos, Metodológicos do Serviço Social IV e Ética Profissional e Serviço Social. Ressalta-se, ainda, que para garantir a processualidade e a qualidade do aprendizado, os dois estágios devem ser realizados preferencialmente no mesmo Campo de Estágio.

Outro ponto relevante a ser destacado é a carga horária diferenciada na execução da disciplina estágio obrigatório, garantindo aos docentes supervisores o tempo e as condições necessárias para as tarefas extraclasse que a disciplina exige: visita aos campos, participação nos fóruns locais, regionais e estadual de supervisores, reuniões, etc.

Constituem-se como etapas do processo de organização e operacionalização do estágio curricular obrigatório:

## **2.1 ETAPAS NA OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTÁGIO**

### **1ª Etapa: Credenciamento**

#### **D) Credenciamento dos campos de estágio no IFCE/Campus Iguatu:**

As instituições/campos de estágio deverão possuir vínculo institucional com o Instituto, pactuado por meio de termo de compromisso de estágio e facultativamente por meio de convênio, contrato, projeto ou outra modalidade de cooperação interinstitucional, conforme o art. 8º da Lei nº 11.788. A coordenação conjuntamente com o setor de estágio do IFCE e a comissão de estágio realizará o mapeamento das instituições com posterior credenciamento de potenciais locais de estágio obrigatório conforme avaliação e aprovação pela coordenação de estágio dos planos de atividades do Serviço Social destas instituições.

Os planos de atividades do Serviço Social nas instituições (campos de estágio) devem expressar claramente os objetivos da mesma, seus aspectos jurídico-normativos, organização do Serviço Social, atividades a serem desenvolvidas no campo (programas e projetos), bem como os objetivos do estágio. Este documento juntamente com as demais exigências administrativas-burocráticas, servirá como norteador para abertura institucional dos campos, junto ao IFCE.

Como parte das exigências para abertura desses campos, é imprescindível ainda, a presença do assistente social em pleno gozo do exercício da profissão. Este profissional é o responsável pelo projeto em desenvolvimento e pela supervisão direta do aluno, de modo que o campo de estágio assegure as condições indispensáveis ao aprendizado do estudante - flexibilidade de horário para o cumprimento das exigências regulamentares da legislação, do curso, o tempo de observação, o treinamento acompanhado, o levantamento de dados, as pesquisas e a realização de projetos.

A instituição/campo de estágio deverá assegurar também as condições para o exercício da supervisão por parte do assistente social: horário de supervisão do estudante incluída no horário de trabalho do supervisor; incentivo ao contato com o supervisor acadêmico; incentivo e garantia de participação nos eventos realizados pelo IFCE: Curso de Formação para Supervisores de Estágio, Reuniões de Planejamento e Acompanhamento do estágio e Fóruns Local, Regional e Estadual de Supervisão do Estágio.

Constituem-se campos de estágio as organizações governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais sem fins lucrativos (ONG's) e as empresas privadas. Os campos de extensão da universidade também se constituirão campo de estágio tendo em vista que a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável entre universidade e sociedade desde que atendendo as prerrogativas da PNE/2009 e previsto no projeto político pedagógico.

O credenciamento dos campos de estágio onde o/a estagiário/a já apresenta vínculo empregatício terá sua viabilidade condicionada a situações nas quais sejam esgotadas todas as possibilidades do/a estudante se inserir como estagiário/a e em outro local, mediante avaliação da Coordenação de Estágio. Nestes casos, as atividades devem ser explicitadas no Termo de Compromisso de Estágio, apontando a diferenciação entre as atividades de estágio e de trabalho, a especificação do horário de trabalho e do horário de estágio do/a estudante trabalhador e a necessária alocação do estudante em setor de serviço diferente da sua lotação original.

## **II) Credenciamento do supervisor de campo:**

A partir do credenciamento da instituição/campo de estágio, o assistente social que deseja ser supervisor de campo deverá realizar o “Curso de Formação para Supervisores de Estágio em Serviço Social”. Este curso visa a formação, atualização, acompanhamento e avaliação permanente de supervisores. O IFCE deverá assegurar um curso anual, uma vez que se trata de pré-requisito para que o assistente social seja supervisor de campo de estudantes do curso de Serviço Social.

## **III) Credenciamento de supervisores acadêmicos e de campo no CRESS 3ª Região:**

Após credenciamento do/a supervisor/a de campo e a indicação do/a supervisor/a acadêmico/a do curso de Serviço Social, caberá à Coordenação de Estágio credenciar os respectivos campos de estágio no CRESS 3ª Região informando os locais de estágio, o nome do/a supervisor/a/a/a de campo e do supervisor acadêmico/a com os números do registro profissional.

### **2º etapa: Execução da supervisão acadêmica:**

#### **I) Das Disciplinas Estágio Supervisionado I e II e do acompanhamento pedagógico**

O processo de supervisão acadêmica se efetivará através de grupos compostos de no máximo dez estagiários/as matriculados/as nas disciplinas de Estágio Supervisionado I e II. A disciplina Estágio Supervisionado I ou II será ministrada por um Supervisor Docente, lotado pela Coordenação do Curso dentro de sua carga horária obrigatória, na proporção de um professor para no máximo 10 alunos. As supervisões ocorrerão a partir de encontros sistemáticos grupais e individuais ocorridos no horário das respectivas disciplinas, assim, o Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II será iniciado e concluído com o semestre letivo. Estas disciplinas Estágio deverão ser cursadas, separadamente, no 6º e 7º períodos, obedecendo aos pré-requisitos curriculares e demais exigências estabelecidas pela Coordenação do Curso e Coordenação do Estágio.

As aulas de Supervisão pedagógica, de responsabilidade do Professor Supervisor, desenvolvem um processo de formação individual e em grupo, com base nos planos de estágio e por meio de diferentes modalidades de sistematização (diário de campo, relatórios) com o

aprofundamento teórico através de textos trabalhados nas demais disciplinas acerca das questões advindas da prática profissional. Nessa ocasião são desenvolvidas outras atividades previstas nos Programas de Unidade Didática, tais como visitas técnicas, pesquisas, seminários, etc.

O aluno-estagiário matriculado será oficialmente encaminhado pelo Coordenador de Estágio à Organização campo de estágio. A instituição campo de estágio, no final do semestre, encaminhará à Coordenação do Estágio uma declaração (padrão), em três vias, que comprova a carga horária cumprida pelo estagiário, de acordo com as exigências legais estabelecidas, além do relatório avaliativo e demais instrumentos de acompanhamento.

Também será parte das atividades acadêmicas as reuniões sistemáticas entre os supervisores/as de campo e supervisores/as acadêmicos/as. O processo de supervisão conjunta ocorrerá por meio de encontros contínuos entre o supervisor acadêmico, supervisor de campo e o estudante, com objetivo de viabilizar a elaboração e a execução conjunta do *Plano de Estágio*. Destaca-se ainda a relevância da participação dos supervisores acadêmicos e de campo nas atividades dos Fóruns Local e Estadual de Supervisão de Estágio.

## **II) Do Plano de Estágio**

O *plano de estágio* é um documento a ser elaborado pelo/a estudante, em conjunto com os/as seus/suas supervisores/as acadêmico/a e de campo, e deve conter os objetivos e as atividades a serem desenvolvidas pelo mesmo durante o semestre ou ano letivo. Precisa contemplar a articulação das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Esse instrumento servirá como norteador do processo ensino-aprendizagem a ser construído com a participação dos três sujeitos envolvidos: supervisor(a) acadêmico/a, supervisor/a de campo e estagiário/a.

É importante destacar a importância do artigo 4º da resolução 533/2008 do CFESS, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social, e define que para realização do estágio faz-se necessário a existência de um projeto de trabalho da unidade de formação acadêmica e um plano de estágio no âmbito da instituição, além dos relatórios dos(as) estudantes. Tais exigências são fundamentais para assegurar que o estágio se constitua, de fato, em uma atividade pedagógica constitutiva do processo de formação profissional.

### **III) Do Estágio Curricular Não Obrigatório**

Para realização do Estágio Curricular Não Obrigatório o aluno deverá estar regularmente matriculado no Curso, cursando o 3º, 4º, 5º ou 8º semestre.

O Estágio Não Obrigatório será iniciado e concluído com o semestre letivo. O aluno-estagiário, também, deve ser encaminhado oficialmente pela Coordenação de Estágio à Instituição campo de estágio. O estagiário conjuntamente com a supervisão de campo e supervisão acadêmica deverão construir o plano de estágio e apresentar à Coordenação de Estágio. A instituição campo de estágio, no final do semestre, encaminhará à Coordenação do Estágio uma declaração, em três vias, que comprovando a carga horária do estagiário, o relatório avaliativo, assim como os demais instrumentos de acompanhamento exigidos pela Coordenação de Estágio. A carga horária desta atividade poderá ser aproveitadas como créditos referentes as atividades complementares, de acordo com o regulamento deste componente curricular.

O Estágio Não Obrigatório será supervisionado por docente do Curso indicado para esta atividade, que deverá visitar os campos de estágio, com o fim de promover o acompanhamento e a articulação IFCE-Instituição, possibilitando a elaboração e acompanhamento do Plano de Estágio em conjunto com o Supervisor de Campo.

## **2.2 COORDENAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**

A *Coordenação de Estágio* é a esfera de organização e gestão da política de estágio da Unidade de Formação Acadêmica - UFA. Cabe à esta Coordenação atuar diretamente, de forma articulada ao colegiado do curso e a comissão de estágio, buscando viabilizar as novas demandas de qualificação do Estágio como elemento central da formação profissional.

Há que se atentar para Lei 8.662/93, Art. 5º, *sobre as atribuições privativas do Assistente Social*:

“assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular”.

### **2.2.1 São atribuições da Coordenação de Estágio em Serviço Social:**

a) Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização da política de estágio condizente com os critérios e objetivos da formação profissional, com participação de docentes, discentes e

supervisores de campo;

b) Estruturar e acompanhar a Comissão de Estágio, grupo responsável pelo planejamento de atividades, acompanhamento e avaliação da Política de Estágio formado por representação de: supervisores(as) acadêmicos(as), supervisores(as) de campo e estagiários(as);

c) Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Estágio, objetivando o alcance dos objetivos propostos;

d) Estabelecer contato com as instituições, analisar sua proposta, interesse e possibilidade de oferta de vagas, assegurando a qualidade do estágio por meio de atividades de capacitação dos(as) supervisores(as) de campo;

e) Realizar, a cada semestre, contatos com as instituições e assistentes sociais, obedecendo aos critérios para abertura, ampliação e/ou manutenção das vagas de estágio;

f) Selecionar, credenciar e acompanhar os campos de estágio respeitando os princípios da política de estágio e considerando as demandas dos estudantes;

g) Propor/rever modelos de documentação e instrumentais técnicos: Plano de Estágio; Projeto de Ação Profissional; Projeto de Intervenção e Roteiros de Relatórios Avaliativos pelo supervisor de campo, pelos professores e estudantes quanto ao processo ensino-aprendizagem no processo de estágio;

h) Promover reuniões entre os professores da disciplina objetivando democratização e discussão das questões referentes ao estágio; troca de informações e experiências; busca de unidade no encaminhamento da disciplina; articulação do processo de estágio com a proposta curricular;

i) Discutir e encaminhar, em conjunto com supervisor acadêmico e de campo, o desligamento ou a transferência de estudantes do estágio, desde que seja detectado problemas relacionadas à extinção de programas/ projetos;

j) Organizar, em conjunto com os supervisores acadêmicos, a apresentação dos campos de estágio e/ ou experiências de práticas profissionais, objetivando a democratização de experiências entre os estudantes do IFCE;

k) Atender a demanda do CRESS 3ª região e garantir o cumprimento da documentação exigida pela resolução do CFESS nº 533/2008;

l) Fomentar, coordenar e articular o Fórum Local de Supervisores em articulação com Fórum Estadual de Supervisores de Estágio realizado pelo CRESS.

### **3. ATRIBUIÇÕES DOS SUJEITOS E INSTÂNCIAS ENVOLVIDOS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

Em consonância com um conjunto de legislações e resoluções CFESS/ABEPSS indica-se como atribuições dos supervisores acadêmicos, de campo e estagiários (as), envolvidos com o estágio supervisionado:

#### **3.1. Aos supervisores acadêmicos compete garantir a direção explicitada no projeto pedagógico do Curso de Serviço Social do IFCE através das seguintes ações:**

- a) orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, em constante diálogo com o supervisor de campo, visando a qualificação do estudante durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, em conformidade com o plano de estágio;
- b) Orientar os supervisores de campo e estagiários sobre a política de estágio, inserindo o debate atual do estágio supervisionado e seus desdobramentos no processo de formação profissional;
- c) Orientar os estagiários na elaboração do Plano de Estágio, conjuntamente com os supervisores de campo, de acordo com os objetivos acadêmicos, em consonância com o projeto pedagógico e com as demandas específicas do campo de estágio;
- d) Supervisionar as atividades desenvolvidas pelos estagiários por meio de encontros sistemáticos, com horários previamente estabelecidos, contribuindo na efetivação da supervisão direta e de qualidade, juntamente com o supervisor de campo;
- e) Auxiliar o estagiário no processo de sistematização do conhecimento, orientando e revisando suas produções teóricas, como também contribuindo no processo pedagógico de análise do trabalho profissional;
- f) Receber, ler, manter sigilo e observar criticamente as sínteses profissionais construídas pelos estagiários, conduzindo a supervisão embasada em pressupostos teóricos, ético, políticos, técnico-operativos que contribuam com uma formação integral;
- g) Organizar e participar de reuniões, encontros, seminários e outras atividades que se fizerem necessárias, com os supervisores de campo para atualizações acerca de demandas à profissão, qualificação do processo de formação e exercício profissional e o aprofundamento teórico sobre temáticas pertinentes à efetivação da supervisão direta.

- h) Acompanhar a trajetória acadêmica do(a) estagiário(a), no que se refere ao processo de estágio, por meio da documentação específica exigida pelo processo didático de aprendizagem conforme diretrizes do Curso de Serviço Social/IFCE;
- i) Fornecer, à Coordenação de Estágio, os documentos necessários para compor o prontuário de cada estagiário;
- j) Receber e analisar o controle de frequência, relatórios e demais documentos solicitados para avaliação dos acadêmicos em cada nível de estágio;
- K) Avaliar o estagiário emitindo parecer sobre sua frequência, desempenho e atitude ético-crítica e técnico-política no exercício do estágio, atribuindo o respectivo conceito;
- l) Encaminhar à Coordenação de Estágio, relato de demandas específicas ou irregularidades ocorridas junto aos campos.
- m) Analisar e acompanhar as condições necessárias para o pleno desenvolvimento do estágio supervisionado nos campos de estágio em consonância com a PNE/2009.

### **3.2 Aos supervisores de campo compete:**

- a) promover a inserção, o acompanhamento, a orientação e a avaliação do estudante no campo de estágio, em conformidade com a Política de Estágio do Curso de Serviço Social do IFCE, e em consonância com o projeto pedagógico do Curso e com os programas institucionais vinculados aos campos de estágio garantindo diálogo permanente com o supervisor acadêmico, no processo de supervisão;
- b) Comunicar à Coordenação de Estágio de Serviço Social do IFCE o número de vagas por semestre e definir, em consonância com o calendário acadêmico e conjuntamente o início das atividades de estágio do respectivo período, a inserção do estudante no campo de estágio e o número de estagiários por supervisor de campo, em conformidade com a legislação vigente;
- c) Elaborar e encaminhar à Coordenação de Estágio o plano de estágio, contemplando a sistemática de supervisão ao estagiário.
- d) Certificar se o campo de estágio está na área do Serviço Social, em conformidade às competências e atribuições específicas, previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993, objetivando a garantia das condições necessárias para o que exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética, requisitos fundamentais ao processo de formação do estagiário;



- e) Oportunizar condições institucionais para o desenvolvimento das competências e habilidades do estagiário, assumindo a responsabilidade direta das ações desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição conveniada;
- f) Disponibilizar ao(à) estagiário(a) a documentação institucional e de temáticas específicas referentes ao campo de estágio;
- g) Participar efetivamente na elaboração do projeto de trabalho dos supervisionados, de acordo com o projeto pedagógico do curso, em parceria com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), e manter cópia do referido documento no local de estágio;
- h) Realizar encontros semanais, individuais e/ou grupais com os estagiários para acompanhamento das atividades de estágio e discussão do processo de formação profissional e seus desdobramentos, bem como de estratégias pertinentes ao enfrentamento das questões inerentes ao cotidiano profissional;
- i) Participar efetivamente do processo de avaliação continuada do estagiário, juntamente, com o supervisor acadêmico; quando da avaliação semestral, emitir parecer de acordo com instrumental qualitativo, fornecido pela Comissão de Estágio;
- j) Participar das reuniões, encontros de monitoramento, avaliação e atualização, seminários, fóruns de supervisores e demais atividades que garantam o estabelecimento da unidade imprescindível ao processo pedagógico inerente ao estágio supervisionado;
- l) Encaminhar sugestões e dificuldades à Comissão de Estágio quando julgar necessário;
- m) Manter o controle atualizado da folha de frequência do estagiário, observando a carga horária exigida no respectivo nível de estágio e atestando o número de horas realizado pelo estagiário;
- n) Atender às exigências de documentação e avaliação solicitadas pela Coordenação de Estágio;
- o) Participar juntamente com a supervisão acadêmica e a Comissão de Estágio/Coordenação de Estágio nas decisões e encaminhamentos dos casos de desligamento de estagiários;

### **3.3 Responsabilidades comuns do Supervisor acadêmico e do Supervisor de campo:**

- a) Avaliar conjuntamente a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio;
- b) Acordar conjuntamente o início do estágio, a inserção do estudante no campo de estágio, bem como o número de estagiários por supervisor de campo, em consonância a PNE/2009.
- c) Planejar conjuntamente as atividades inerentes ao estágio, estabelecer o cronograma de supervisão sistemática e presencial, que deverá constar no plano de estágio;
- d) Realizar reuniões de orientação, bem como discutir e formular estratégias para resolver problemas e questões atinentes ao estágio;

e) Atestar/reconhecer as horas de estágio realizadas pelo estagiário semestralmente através da emissão/assinatura da *Declaração de Cumprimento do Estágio*, bem como realizar avaliação conjunta com o aluno relativo ao processo de estágio.

### **3.4 Ao estagiário compete:**

- a) Regularizar, junto ao IFCE a documentação necessária para o início do estágio obrigatório;
- b) Conhecer e compreender a realidade social, inserido no processo de ensino-aprendizagem, construindo conhecimentos e experiências coletivamente que solidifiquem a qualidade de sua formação;
- c) Observar e zelar pelo cumprimento dos preceitos ético-legais da profissão, das normas da instituição campo de estágio e do Instituto;
- d) Informar ao supervisor de campo, ao supervisor acadêmico, a Comissão de Estágio/Coordenação de Estágio de acordo com a situação existente, qualquer atitude individual, exigência ou atividade desenvolvida no estágio, que infrinja os princípios e preceitos da profissão;
- e) Agir com competência técnica e política nas atividades desenvolvidas no processo de realização do estágio supervisionado;
- f) Comunicar e justificar com antecedência ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou a Comissão de estágios, de acordo com a situação existente, quaisquer alterações, relativas a sua frequência, entrega de trabalhos ou atividades previstas;
- g) Participar efetivamente das supervisões acadêmicas e de campo, tanto individuais como grupais, realizando o conjunto de exigências pertinentes à referida atividade;
- h) Comprometer-se com os estudos realizados nos grupos de supervisão de estágio, com a participação nas atividades concernentes e com a documentação solicitada.

### **3.5 Organização e funcionamento da Comissão de Estágio:**

A Comissão de Estágio do Curso de Serviço Social/IFCE será uma comissão auxiliar da Coordenação de Estágio do Curso de Serviço Social, sendo responsável pela gestão, planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos estágios obrigatórios e não obrigatórios do curso.

### **3.5.1 Atribuições da Comissão de Estágio:**

- a) Executar a organização pedagógica e as estratégias de operacionalização do processo de supervisão de estágio;
- b) Credenciar e descredenciar os campos de estágio, a partir dos critérios estabelecidos na Política de Estágio do Curso;
- c) Informar a Coordenação de Estágio, até 30 dias antes do último dia de aula de cada semestre, sobre os locais de estágios obrigatórios credenciados para o semestre subsequente;
- d) Analisar quaisquer questões e demandas relacionadas a estágios do Curso de Serviço Social;
- e) Desenvolver atividades com o intuito de divulgar as modalidades de estágios entre os alunos do curso, bem como promover atividades de integração relacionadas aos estágios.

**3.5.2 A Comissão de Estágio** será integrada pelos professores/supervisores acadêmicos do curso de Serviço Social em que um deles obrigatoriamente deverá ser o Coordenador do Estágio Supervisionado, o Técnico do Setor Pedagógico da Coordenação de Graduação e Pós-Graduação, representante do Setor de estágio do IFCE e representação discente;

**3.6 O mandato dos membros da Comissão de Estágio** terá a duração de dois anos, devendo coincidir com igual período de mandato da Coordenação de Estágio. No caso de substituição de membros, os substitutos deverão cumprir o tempo restante do mandato;

**3.7 A Comissão de Estágio reunir-se-á** mensalmente durante o período letivo, e sempre que necessário para atender as demandas relacionadas aos estágios do Curso de Serviço Social e deliberará com a maioria dos seus membros.

**3.8 Compete ao Colegiado do Curso de Serviço Social** decidir sobre questões não previstas neste documento.

## **REFERÊNCIAS**

ABESS/CEDEPSS. “**Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.**” In: Cadernos ABESS nº 7. São Paulo: Cortez, p. 58, 1997.

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social** (Texto na íntegra aprovado em assembléia em novembro de 1996). Rio de Janeiro: 1996.

BOSCHETTI, Ivanete. O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação. **Temporalis**, Porto Alegre, n. 8, p. 17-30, jul./dez. 2004.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do**

**Brasil.** Brasília, DF, 25 set. 2008. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2008/11788.htm>. Acesso em: 15 de outubro de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Superior. **Diretrizes curriculares da ABEPSS 1999**. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/documentos.php>. Acesso em: 15 de outubro de 2012.

CONSELHO REGIONAL DE DE SERVIÇO SOCIAL 3ª REGIÃO. **Coletânea de leis e resoluções: assistente social: ética e direitos**. Fortaleza: CRESS-3, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço social: direitos e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 273/1993**. Alterações produzidas pelas Resoluções CFESS, 293/94, 333/96 e 594/11. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Brasília, DF: CFESS, 2011.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 533/2008**. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Brasília, DF: CFESS, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. Reforma do ensino superior e Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 35- 80, jan./jun. 2000.

\_\_\_\_\_. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In.: **Atribuições privativas do(a) assistente social em questão**. Brasília, DF: CFESS, 2002.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

POLÍTICA Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 1, n. 17, jan.-jul. 2009. 24

PROPOSTA básica para o projeto de formação profissional. **Serviço social & sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 143- 171, abr. 1996.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **na prática a teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

RAMOS, Sâmia. A prática na formação profissional em Serviço Social: tendências e dificuldades In: Revista **Temporalis** nº14. Ano VII. São Luis: ABEPSS, Julho a dezembro de 2007.

\_\_\_\_\_. Tratamento dispensado à prática na formação profissional In: cdroom do **Relatório da pesquisa avaliativa da implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social**. São Luis, ABEPSS, 2008.

#### 9.4. ANEXO IV - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O presente Regulamento, integra o Projeto Político Pedagógico do Curso Bacharelado em Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *campus* Iguatu e tem por finalidade estabelecer critérios e normas para institucionalização das Atividades Complementares como componente curricular do Curso. Para tanto, foi considerado os seguintes dispositivos legais abaixo:

- Parecer nº 67 do CNE/CES, que estabelece um referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação;
- Resoluções CNE/CP Nº 2, de 19/02/2002, que dispõe sobre a carga horária mínima e os procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Resolução CNE/CSE Nº 2, de 18/06/2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.

**Art. 1º**- As Atividades Complementares são componentes curriculares que visam a contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, ampliando e qualificando a formação cultural, político-profissional dos estudantes, diversificando os espaços de formação, além de representar um componente que garante a flexibilização curricular do curso que integraliza sua carga horária com tais atividades.

**Parágrafo único:** Para serem aprovados o planejamento e a sua inclusão na integralização curricular, as Atividades Complementares deverão ter caráter de complementação da formação acadêmica e profissional do estudante, mantendo correlação aos objetivos do curso em que estão matriculado e aos conhecimentos e habilidades previstos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

**Art. 2º** - As atividades complementares devem integrar o currículo do Curso de Serviço Social, correspondendo a 5% da carga horária total do curso, ou seja, 160 horas;

**Art. 3º** - Serão consideradas Atividades Complementares, em princípio, toda e qualquer atividade extras sala de aula, que sejam de aprofundamento e/ou ampliação da formação profissional dos alunos de graduação que guardem correlação ou conexão com a área de conhecimento do curso do graduando. Dessa forma, essas atividades, extraclasse, podem ser constituídas por atividades de pesquisa e extensão, iniciação e produção científica, monitoria, cursos, participação e organização de encontros, seminários e congressos com ou sem apresentação de trabalho, produção didática e artística, participação em comissões e colegiados, conforme estabelece tabela em anexo, fortalecendo a unidade entre as dimensões investigativa e interventiva da profissão.

**Art. 4º**- Compete aos alunos:

- a) Participar das Atividades Complementares como componente curricular do curso com aproveitamento, a fim de aperfeiçoar à sua formação acadêmica e compor a carga horária do curso de graduação para integralização curricular;
- b) Prevenir-se contra o não cumprimento da carga horária prevista para as atividades complementares, administrando e contabilizando as atividades realizadas ao longo do curso;
- c) Requerer em formulário específico e em período estabelecido no Calendário Acadêmico, o registro de suas atividades, anexando ao requerimento a documentação comprobatória da sua efetiva participação, expedida pelo Órgão, Entidade ou Instituição onde as realizou;
- d) Entrar com recurso de reanálise junto ao Colegiado do Curso, quando cabível, respeitando os prazos estipulados.

**Art. 5º** - Compete à Coordenação do Curso e ao NDE:

- a) Analisar e deferir plenamente, com alterações ou indeferir as solicitações da integralização dos créditos;
- b) Preencher o mapa de registro das atividades complementares;
- c) Conferir a documentação comprobatória de realização dessas atividades, a quantidade de horas e a correspondência em créditos integrais para registro no histórico escolar do aluno;
- d) Encaminhar a Coordenação de estágio em Serviço Social e a Coordenadoria de Registros Acadêmicos a quantidade de horas das atividades complementares e sua correspondência em créditos arredondados para análise final e implantação junto ao Departamento de Ensino, em período estipulado no calendário acadêmico

**Parágrafo único:** Os casos de realização de estágio supervisionado não obrigatório ficam sob a responsabilidade da coordenação de estágio em Serviço Social a análise e validação da carga horária a ser encaminhada à Coordenação do Curso.

**Art. 6º** - Compete ao Colegiado do Curso de Serviço Social:

- a) Analisar os recursos impetrados pelos alunos para revisão de validação dos créditos das atividades complementares;
- b) Fomentar, propiciar e contribuir para o desenvolvimento de atividades que permitam aos alunos contabilizar horas/créditos;
- c) Deliberar sobre novos tipos de atividades complementares que devem ser incluídas no PPP do Curso;
- e) Analisar as Atividades Complementares omissas nesta Resolução, atribuindo horas exigidas para a validação.

**Art. 7º** - Compete ao IFCE:

- a) Garantir condições de recursos humanos e materiais à Coordenação do Curso e ao NDE para a realização dos trabalhos normatizados neste regulamento;
- b) Realizar e proporcionar oportunidades aos alunos para que possam participar das atividades complementares oferecidas e indicadas como prioridade pela coordenação do Curso e colegiado;
- c) Buscar estabelecer parcerias com instituições e demais organizações sociais a fim de possibilitar inserções dos alunos em atividades complementares diversas.

**Art. 8º** - O registro das Atividades Complementares deverá ser solicitado, preferencialmente, no semestre anterior à conclusão do curso ou imediatamente após a contabilização integral das horas necessárias, respeitando-se os prazos estabelecidos pelo Calendário Acadêmico.

**Art. 9º**- Para validação das Atividades Complementares, o aluno deverá entregar a Coordenadoria de Registros Acadêmico que encaminhará à Coordenação do Curso os seguintes documentos:

I- Um formulário específico preenchido para o conjunto de atividade que pretende validar;

II- Comprovantes originais e/ou cópias autenticadas da documentação: certificado, diploma, declarações e outros documentos que comprovem as atividades realizadas;

III- Em qualquer comprovante de quaisquer das categorias de Atividades Complementares deverão constar informações necessárias para qualificá-las e permitir a avaliação de sua validação tais como: nome do aluno participante, data de realização do evento, carga horária, período, área e outros dados essenciais;

IV- Em caso de dados incompletos na documentação comprobatória, apresentar uma justificativa, contendo uma descrição concisa e clara da atividade desenvolvida e a relevância de tal atividade para a sua formação profissional.

**Art. 10** - Somente serão consideradas para o cômputo de horas/créditos de Atividades Complementares aquelas atividades realizadas pelo aluno enquanto regularmente matriculado no Curso de Graduação para o qual elas foram programadas.

**Parágrafo único** – Poderá ser aproveitada carga horária de atividades complementares cursadas por aluno oriundo de transferência de outras IES, mudança de curso ou admitido como graduado, desde que sejam estreitamente relacionadas à área de formação do Curso de Serviço Social e, neste caso, os alunos deverão apresentar a documentação relativa às atividades realizadas ainda na condição de aluno matriculado na Instituição e Curso de origem, no primeiro semestre de matrícula, observando o período estabelecido no calendário acadêmico para aproveitamento de estudos.

**Art. 11** - Os créditos/horas referentes às Atividades Complementares serão contabilizados exclusivamente para cumprimento da carga horária curricular reservada a estas atividades, não se admitindo que venham a substituir disciplinas obrigatórias ou optativas do curso de graduação em que estiver matriculado o aluno que as realizou. A mesma consideração serve para o estágio supervisionado obrigatório.

**Art. 12** - As Atividades Complementares podem ser realizadas em 4 (quatro) grupos que correspondem à natureza das atividades, a saber, conforme o quadro constante abaixo, parte integrante desta Resolução.

I- Acadêmico/Ensino;

II- Acadêmico/Pesquisa;

III- Acadêmico/Extensão;

IV- Acadêmico/Geral.

**Parágrafo único** - A carga horária em horas/créditos total deverá abranger atividades constantes em, pelo menos, dois dos grupos descritos neste artigo.



<b>Atividade Acadêmica - Ensino</b>	<b>Carga Horária (máxima) Por Atividade</b>	<b>Carga Horária (máxima) Por Tipo (computável)</b>
Cursos de Língua Estrangeira - certificação mínima de 60h	-----	30h
Curso de Informática – certificação mínima de 60h	-----	30h
Cursos de Complementação de Conteúdos das Disciplinas – mínimo de 50 % da carga horária do curso	-----	60h
Cursos de Formação geral ou em áreas afins: política, sociedade, cultura, etc. - mínimo de 50 % da carga horária do curso	-----	60h
Intercâmbio Acadêmico	80h	100h
Participação em Programas de Monitoria Acadêmica	25h/semestre	50h
<b>Atividade Acadêmica – Pesquisa</b>	-----	-----
Iniciação Científica em Pesquisas vinculadas a programas acadêmicos	25h/semestre	100h
Participação em grupos de estudos e/ou pesquisa acompanhados por professores e regulamentado na instituição de ensino	15h/semestre	60h
Apresentação de trabalhos em congressos, simpósios, encontros regionais	4h	20h
Apresentação de trabalhos em congressos, simpósios, encontros nacionais	06h	30h
Participação em congressos, simpósios, encontros regionais	4h	20h
Nacionais		
Organização de congressos, simpósios, encontros regionais	12h	52h
Trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos	15h	60h
Publicação de artigos em revistas e/ou livros com ISBN	20h	80h
Publicação de resumos congressos, simpósios, encontros regionais	10h	50h
<b>Atividade Acadêmica – Extensão</b>	-----	-----
Estágio curricular não obrigatório (na área específica)	15h/semestre	30h
Produção de material didático com orientação de professores	15h	30h
Participação em Projetos e programas de Extensão	15h/semestre	60h
Produção de filmes, vídeos ou audiovisuais de informação científicos e culturais	15h	30h
<b>Atividade Acadêmica – Geral</b>	-----	-----
Participação em colegiado acadêmico e/ou conselhos de direitos e/ou políticas públicas	15h/ano	30h
Participação em diretoria/gestão em entidades representativas da categoria estudantil e/ou profissional	15h/ano	30h
Participação em projetos sociais	10h/ano	20h